

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME X

Em memória do Professor Doutor Joaquim Fontes



LISBOA  MCMLXI

Arqueologia e História

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

1.^a SÉRIE

Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos, 10 fascículos (1865)*.

2.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes I (1876)*, II (1880)*, III (1882)*, IV (1886)*, V (1888)* e VI (1890)*.

3.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes VII (1893)* e VIII (1900)*.

4.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).

5.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes XII (1910) e XIII (1913)*.

6.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1922)*, II (1923)*, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).

7.^a SÉRIE

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, volumes I (1934)*, II (1936)*, III (1937)*, IV (1938), V (1941), VI (1942) e VII (1943).

8.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1945)*, II (1946), III (1947), IV (1947), V (1951), VI (1955), VII (1956) e VIII (1958).

Os volumes marcados com * estão esgotados.



Professor Doutor Joaquim Moreira Fontes

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
1954

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME X

Em memória do Professor Doutor Joaquim Fontes



LISBOA  MCMLXI

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
BIBLIOTECA
N.º 5255
DATA 20/6/88

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES
Edifício Histórico do Carmo

TÁBUA DAS MATÉRIAS

	Págs.
Apresentação — <i>Gastão de Melo de Matos</i>	9
Joaquim Fontes, Arqueólogo — <i>Afonso do Paço</i>	11
O Professor Joaquim Fontes realizador de Beleza — <i>Mário de Sampaio Ribeiro</i>	39
Cartas de Augusto Filipe Simões para o 1.º Marquês de Sousa Holstein — <i>Eugénio Andrea da Cunha e Freitas</i>	47
Mapa da Calécia Romana — <i>José de Pina Manique e Albuquerque</i> ...	61
A Naturalidade de D. Nuno Álvares Pereira — <i>Gastão de Melo de Matos</i>	77
Estudos subsidiários para uma Monografia de Ourém — <i>João Alvim</i> ...	99
A Aula de Anatomia de Chaves — <i>J. T. Montalvão Machado</i>	129
O Professor Joaquim Fontes e a Pré-História Portuguesa — <i>Octávio da Veiga Ferreira</i>	169
O Professor Joaquim Moreira Fontes e os Serviços Geológicos de Portugal — <i>D. António de Castelo-Branco</i>	175
Dois Pintores Quinhentistas de Escola Estrangeira — <i>António Machado de Faria</i>	183

*O*s estudos publicados no presente volume foram reunidos em homenagem à memória do nosso falecido consócio e ilustre pré-historiador, Doutor Joaquim Moreira Fontes.

Não podia a Associação dos Arqueólogos Portugueses deixar de recordar quem, durante dezasseis anos, ocupou a sua presidência, exercendo sempre o cargo, com dignidade, brilho e dedicação. Eleito pela primeira vez em 1 de Junho de 1944 e sucessivamente reconduzido nas eleições de 27 de Julho de 1948, de 23 de Julho de 1951, de 29 de Julho de 1954 e de 25 de Julho de 1957, só poucos meses antes da morte o seu estado de saúde o levou a insistir pelo abandono do lugar, que tão merecidamente ocupava, porque já vinham de longe os serviços por ele prestados à Associação.

Sócio durante quarenta e três anos e meio, repetidas vezes apresentou entre nós comunicações modelares, e foi das pessoas que mais concorreram para que a Associação dos Arqueólogos obtivesse representação na Junta Nacional da Educação, porque a ele se devem, no fundo e, em certos casos, até na forma, as exposições apresentadas no Ministério da Educação acerca dos nossos serviços e dos nossos direitos históricos.

Em substituição da vulgar série de artigos necrológicos, que forçosamente se repetem, julgou a Direcção preferível um conjunto de estudos científicos para comemorar a memória do Doutor Joaquim Fontes; não se trata, evidentemente, de uma novidade, mas parece-nos indubitável ser forma da homenagem mais digna que poderia tributar-se a tão útil, tão amigo e tão sábio investigador.

GASTÃO DE MELO DE MATOS

JOAQUIM FONTES, ARQUEÓLOGO

pelo

sócio efectivo

Afonso do Paço

Associação dos
Arqueólogos
Portugueses
BIBLIOTECA

JOAQUIM FONTES, ARQUEÓLOGO

JOAQUIM MOREIRA FONTES nasceu em Lisboa a 23 de Fevereiro de 1892, e nesta cidade cursou liceus e universidade. Na antiga Escola Politécnica frequentou as cadeiras preparatórias para o estudos médicos, matriculando-se depois na Escola Médico-Cirúrgica, que no decorrer do seu primeiro ano se transformara em Faculdade de Medicina.

O seu acto grande, feito em 7 de Agosto de 1916, foi classificado com 18 valores, e mereceu os prémios «Abel Jordão» e «Sousa Martins».

Trabalhou nos Institutos de Anatomia, Fisiologia e Histologia, e depois no Instituto Rocha Cabral, de que últimamente era director.

Em 1919 começou a sua carreira docente como 2.º assistente de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, de que em 1924 passou a professor livre e em 1928 a professor auxiliar.

Em 1941 foi escolhido para professor auxiliar de Obstetrícia.

Em 1949 foi nomeado professor catedrático da cadeira de Fisiologia e Química Fisiológica.

*

Esboçamos, de jacto, a sua vida profissional, não para nos debruçar sobre ela, mas tão sòmente para dar uma ideia da sua formação científica.

* Oração pronunciada na Associação dos Arqueólogos Portugueses, na noite de 22 de Junho de 1961, em sessão solene de homenagem póstuma ao Professor Joaquim Fontes.

O nosso intento de hoje é bem outro: mostrar um pouco da sua actividade no campo da Arqueologia, ciência de que bem cedo se enamorou, e tendo cultivado com esmero ao lado da Medicina, foi a porta por onde se projectou no turbilhão do mundo científico internacional.

*

Aluno da 7.^a classe de Ciências do Liceu de Camões, foi no dia 17 de Outubro de 1910, passear para os lados da Póvoa de Santo Adrião, e subindo até ao Casal do Monte, notou pelo chão abundância de sílex. Firmando-se neles, recolheu alguns exemplares que lhe pareceu conter trabalho intencional. Mostrou-os aos Drs. J. Leite de Vasconcelos e Félix Alves Pereira, que confirmaram a sua suspeita.

O caso foi notório, e o seu professor liceal Dr. A. Aurélio da Costa Ferreira levou-o a relatar o facto à Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, prefaciando depois uma primeira notícia que o jovem estudante sobre ele publicou:

1 — *ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DO CASAL DO MONTE* — Lisboa, 1910,

na qual refere que já havia recolhido uns 250 sílices, dando a descrição de três «coups-de-poing» mais característicos.

Um esclarecimento nos permitimos aqui: é que ao lado desta publicação que foi edição do autor, uma outra saiu a lume:

1-A — *ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DO CASAL DO MONTE* —
O Archeologo Português, vol. XV, Lisboa, 1910, pág. 93.

Os dois textos contêm ligeiríssimas diferenças e o segundo é ilustrado com mais duas figuras (1).

(1) O volume de separatas propriedade de Joaquim Fontes, apenas contém o primeiro exemplar, mas as edições do *Curriculum Vitae* referem o segundo.

Este simples achado de sílices, que à primeira vista parece coisa sem importância, teve interesse extraordinário para a nossa arqueologia, pelo facto de ter sido publicado e dado a conhecer em congressos internacionais da especialidade.

Abriu o dique dos descobrimentos paleolíticos dos arredores de Lisboa, que vieram demonstrar ter existido, há muitos milhares de anos, uma densa população à volta da nossa capital (2).

Guiado nos seus estudos por Leite de Vasconcelos, Alves Pereira, Costa Ferreira e cientistas dos Serviços Geológicos, ainda nesse ano nos deu outra publicação, contendo uma mais detalhada análise das matérias, pois já nos fala em peças chelenses, acheulenses, mustierenses, solutrenses e madalenenses:

2 — *INDÚSTRIAS PALEOLÍTIICAS DO CASAL DO MONTE* —
«*Materiais para o estudo das antiguidades portuguesas*», vol. I,
n.º 2, Leiria, 1910.

*

Em Nîmes realizou-se em 1911 o 7.^{eme} *Congrès Préhistorique de France* em que Joaquim Fontes se inscreveu com a comunicação:

3 — *CONTRIBUTION A L'ÉTUDE DE LA PÉRIODE PALÉOLITHIQUE AU PORTUGAL* — *Compte rendu du septième Congrès Préhistorique de France — Nîmes 1911*, Le Mans, 1912.

Nela deu a conhecer aos cientistas estrangeiros as novas e abundantes descobertas de paleolítico que se tinham realizado em Portugal, para além dos dois «coups-de-poing» que Cartailhac referira nas *Âges Préhistoriques...* (3), de outro a que aludiu J. Leite de Vasconcelos nas *Religiões...* (4), dos de Fon-

(2) Eugénio Jalhay e Afonso do Paço *Páleo e Mesolítico Português*, «Anais da Academia Portuguesa da História», vol. IV, I série, Lisboa, 1941.

(3) Emile Cartailhac, *Les Âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Paris, 1886.

(4) *Religiões da Lusitânia*, vol. I, pág. 24.

seca Cardoso provenientes do Vale de Alcântara (5) e da discutida peça do Brunheiro.

Portugal entrava, pela mão de Joaquim Fontes e com boa quantidade de materiais, no movimento paleolítico que havia além fronteiras, e de que até então tínhamos andado um tanto arredados por carência de espécies.

No ano seguinte apresentou à *Société Préhistorique Française* (6) um novo estudo com o título:

4 — *TROIS COUPS-DE-POING ACHEULÉENS DU PORTUGAL* —
Bulletin de la Société Préhistorique Française, Le Mans, 1912.

onde se analisam comparativamente materiais provenientes de diversas estações nos arredores de Lisboa como: *A da Maia*, *Casal das Osgas*, *Alferragide de Baixo*, *Salregos*, etc.

*

A actividade de Joaquim Fontes não esmorece e um novo trabalho sai a lume:

5 — *SUBSIDIOS PARA O ESTUDO DO PALEOLITICO PORTUGUES* — *O Archeologo Português*, vol. XVII, Lisboa, 1912, pág. 22,

que contém estudos sobre:

I — Uma série de pontas das estações do Casal do Monte e da A da Maia.

II — «Cous-de-poing» usados como furadores, da estação paleolítica do Casal do Monte.

(5) *Nota sobre uma estação cheleana do Vale de Alcântara*, na «Revista de Ciências Naturais e Sociais», vol. III, Porto, 1895, pág. 10.

(6) Sessão de 25 de Julho de 1912.

III — Vários «coups-de-poing» do tipo de S.^{te}-Acheul, do Casal do Monte.

IV — Nota sobre dois «coups-de-poing» triangulares do Casal do Monte.

V — Estações paleolíticas dos arredores de A da Maia:

- 1 — Estação de A da Maia.
- 2 — Estação do Casal das Osgas.
- 3 — Estação ao pé da estrada.
- 4 — Estação da quinta de Alferragide de Baixo.
- 5 — Estação dos Salregos.

VI — Três «coups-de-poing» de tamanho excepcional da estação paleolítica do Casal do Mundo.

No seguimento destas seis epígrafes, uma outra veio a lume, com a indicação: «VII — Subsídios para o estudo do paleolítico português»:

6 — *ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DO CASAL DA SERRA* — *Revista de História*, n.º 3, Porto, 1912 (7).

Na mesma revista publicou também:

7 — *SOBRE TRÊS «COUPS-DE-POING» DO CASAL DO MONTE E MOINHO DAS CRUZES* — *Revista de História*, n.º 4, Porto, 1912.

Por este tempo aparecem na mesma *Revista de História* e em outras, diversas análises críticas de livros, assinadas com as iniciais «J. F.».

(7) Em nota 1 deste trabalho refere-se Joaquim Fontes a *Estações paleolíticas dos arredores de A da Maia* em «O Archeologo Português», vol. XVI. Ora tal estudo não foi publicado separadamente naquele volume de *O Archeologo Português*, mas constitui o n.º V do conjunto publicado no volume XVII, como se viu.



No 8.^{ème} *Congrès Préhistorique de France*, realizado em Angoulême em 1912, estava na ordem do dia o Mustierense, o J. Fontes aí aparece com exemplares que descobriu:

8 — *NOTE SUR LE MUSTERIEN AU PORTUGAL — Compte rendu du huitième Congrès Préhistorique de France — Angoulême 1912. Le Mans, 1913.*

Neste congresso teve Joaquim Fontes o primeiro contacto com o grande mestre e querido amigo Prof. H. Breuil (8), com quem, pela vida fora, manteve as melhores relações científicas.

Ainda em 1912 reunira em Genebra o *XIV^{ème} Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques*, em que J. Fontes tomou parte, apresentando a comunicação:

9 — *SUR QUELQUES TYPES INÉDITES DE COUPS-DE-POING DU PORTUGAL — Compte rendu du XIV^{ème} Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques — Genève, 1912.*

Por ocasião destes congressos visitou várias jazidas pré-históricas e escavações em curso, que muito contribuíram para a sua formação arqueológica.

Em 1913, Pierre Paris, ocupando-se no *Bulletin Hispanique* dos achados de Joaquim Fontes diz: «C'est, dit on, la première decouverte d'objects chelléens au Portugal, et la station de Casal do Monte, d'ou elle provient prend ainsi une importance exceptionnelle» (9).

Pouco depois do congresso de Genebra realizou-se em Roma uma sessão do *Congrès International d'Archéologie*. De tal maneira alguns arqueólogos

(8) Prof. H. Breuil referiu este facto numa conferência realizada na Associação dos Arqueólogos em 29 de Dezembro de 1960.

(9) *L'archéologie en Espagne et Portugal*, tome XV, 1913.

estrangeiros falaram ao nosso ministro de J. Fontes, que aquele diplomata ofereceu uma pensão para que fosse estudar Arqueologia à cidade eterna.

O período de expansão para além Pirinéus que tanto brilhou de 1911 a 1913, não teve prosseguimento nos anos seguintes por causa da guerra, mas a actividade do jovem arqueólogo não pára e em 1915 publicou:

10 — *NOTE SUR LE CHELLÉEN DE CASAL DO MONTE* — *Bulletin dela Societé Portugaise des Sciences Naturalles*, Tome VII, Lisboa, 1915.

*

Em 1917 tomou parte no *Congreso Español para el Progreso de las Ciencias* (Sessão de Sevilha), onde lera um trabalho sobre o paleolítico português⁽¹⁰⁾, que certamente nunca foi publicado, pois não consta de qualquer dos seus «curriculum».

Ainda neste mesmo ano, a expensas da *Comision de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas* de Madrid, que teve conhecimento das condições precárias em que o nosso arqueólogo trabalhava, Joaquim Fontes foi convidado pelos Profs. Hernandez Pacheco e Hugo Obermaier a tomar parte em escavações nas Astúrias com o Conde de La Vega del Sella, bem como a visitar algumas grutas com pinturas, para se familiarizar com elas e depois as procurar em Portugal.

*

A sua vida profissional e a mobilização durante a guerra, obrigaram-no a trabalhar dentro de fronteiras.

Começou a rever as colecções paleolíticas dos Serviços Geológicos, e sobre certos materiais, apresentou uma comunicação à sessão de 15 de Abril da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais:

(10) *Títulos e trabalhos científicos de Joaquim Fontes*, Lisboa, 1924.

11 — *INSTRUMENTS PALÉOLITHIQUES DES ENVIRONS DE PORTO* — *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, tomo VIII, Lisboa, 1915.

na qual estudou as espécies que o Engenheiro Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral havia apresentado ao *IX^{ème} Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques* reunido em Lisboa em 1880, como contendo trabalho intencional do Homem, e pelos quais havia sido bastante maltratado.

J. Fontes nesta sua revisão disse que Vasconcelos Cabral não errara, e que muitos dos objectos recolhidos tinham sido afeiçoados pelos nossos antepassados. Este trabalho viera demonstrar que materiais do tão decantado *asturiense*, como há duas dezenas de anos se dizia, já tinham sido apresentados ao Congresso de 1880.

Continuando com os estudos de materiais dos Serviços Geológicos publicou a seguir:

12 — *STATION PALÉOLITHIQUE DE MEALHADA* — *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, vol. XVI, Lisboa, 1915.

Materiais desta estação já haviam sido apresentados por Carlos Ribeiro ao Congresso Internacional de Geologia reunido em Paris em 1878, e ao Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas, reunido em Lisboa em 1880, estudados por Néri Delgado e Paul Choffat em 1895, e por Harlé em 1915.

Mealhada é uma estação que contém flora e fauna juntamente com arqueologia, nas suas camadas estratigráficas.

*

As actividades arqueológicas de Joaquim Fontes giram agora principalmente em torno da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, onde em sessão de 12 de Maio de 1915 apresentou um estudo sobre o grande pré-historiador J. Déchelette, ferido em combate a 5 de Outubro de 1914, e de que veio a falecer no dia seguinte:

- 13 — JOSEPH DÉCHELETTE — NOTICE NÉCROLOGIQUE —
Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, tome VII,
Lisboa, 1915.

Sobre este arqueólogo, publicou ainda:

- 14 — JOSEPH DÉCHELETTE — *Revista de História*, n.º 12, Porto,
1915.

Nestes dois trabalhos Joaquim Fontes analisa a vida e obra do autor do *Manuel d'Archéologie Préhistorique Celtique et Gallo-romaine* compêndio de fundo para os estudos arqueológicos.

*

Os trabalhos médicos de Anatomina levam-no a um estudo fora do mundo paleolítico em que até aqui estivera embrenhado, escrevendo:

- 15 — *SOBRE A TATUAGEM FACIAL EM IDOLOS PRE-HISTÓRICOS E GENTÍLICOS* — *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, vol. III, n.º 2, Lisboa, 1915.

Certos sulcos de algumas placas de xisto e ídolos cilíndricos de calcáreo, são por J. Fontes considerados simples tatuagem facial, facto que achados arqueológicos muito posteriores vieram plenamente confirmar ⁽¹¹⁾.

*

Uma visita a Rio Maior proporcionou-lhe o encontro de um belo vaso de bronze, recolhido durante os trabalhos de escavação para um forno de cal,

(11) Afonso do Paço, *Figurinha de barro da Pedra de Ouro* em «Congressos do Mundo Português — I Congresso», Lisboa, 1941.

Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, *A povoação eneolítica de Vila Nova de S. Pedro* — 3.ª, 4.ª e 5.ª Campanhas, «Brotéria», vol. XXXIV, Lisboa, 1942.

na Cova do Pinhão, ao pé da serra das Bocas, na nascente de Rio Maior, que deu origem ao estudo:

- 16 — *UNE OENOCHOË EN BRONZE RENCONTRÉ A RIO MAIOR*
— *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. III, Lisboa 1916.

Esta excelente peça, da Idade do Ferro, única em Portugal, foi depois oferecida por J. Fontes ao Museu Etnológico do Dr. J. Leite de Vasconcelos.

*

Paul Choffat, que fora grande amigo de J. Fontes, deu-lhe para estudo um molde de foicinha encontrado em 1915 no Casal de Rocanes, próximo do Cacém. No trabalho sobre ele publicado analisa-se o problema da metalurgia pré-histórica, à luz dos conhecimentos de então:

- 17 — *SUR UNE MOULE POUR FOUCILLES DE BRONZE PROVENANT DU CASAL DE ROCANNES* — *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, tomo VII, Lisboa, 1916.

*

Das digressões de seu irmão Prof. Vítor Fontes, pelo Alto Minho, vieram certos materiais que estudou em:

- 18 — *LA STATION DE «S. JULIAO» AUX ENVIRONS DE CALDELAS* — *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, tomo VII, Lisboa, 1916.

É este o primeiro estudo que Joaquim Fontes nos dá de povoados neolíticos, época pre-histórica que já havia aflorado como acima se viu, nos números 15 e 17.

*

Novo trabalho sobre o paleolítico dos Serviços Geológicos veio a lume com o título:

19 — *INSTRUMENTS PALÉOLITHIQUES DANS LA COLLECTION DE PRÉHISTOIRE DU SERVICE GÉOLOGIQUE* — *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, vol. XII, Lisboa, 1916.

Nele estuda:

- 1 — Instruments paléolithiques des environs de Porto (2.^a édition).
- 2 — Note sur le dépôt quaternaire de Furninha.
- 3 — Les instruments paléolithiques de Leiria.
- 4 — Instruments paléolithiques des environs de Santo António do Tojal.

*

Muitas vezes, na vida arqueológica, deparamos com tempestades. A primeira que os escritos de J. Fontes assinalam consta de:

20 — *A «ARTE RUPESTRE GALLEGO Y PORTUGUÊS» E A CRÍTICA DO SR. VERGÍLIO CORREIA* — *Revista de História*, vol. VIII, n.º 25, Porto, 1918.

Os quatro arqueólogos envolvidos neste artigo: Leite de Vasconcelos, Juan Cabré, Vergílio Correia e Joaquim Fontes, foram todos meus amigos e já não são deste mundo. Paz às suas almas.

*

A morte de Émile Cartailhac em Novembro de 1921 leva-o a escrever as suas notas biográficas:

21 — ÉMILE CARTAILHAC — NOTÍCIA NECROLÓGICA — *Jornal de Sciencias Naturais*, vol. II, Lisboa, 1922.

Joaquim Fontes conheceu Cartailhac em Angoulême, no decorrer do congresso de 1912, e aquele velhinho que pontificara em Lisboa em 1880, que escrevera um notável volume sobre a Arqueologia portuguesa e espanhola «acolhe-o encantadoramente». Neste estudo, ressalta toda a ternura e admiração por aquele que considera «um dos maiores arqueólogos do mundo».

*

Em 1922 publicou uma obra, que não sendo volumosa pelo número de folhas, é admirável por tudo quanto encerra:

22 — O HOMEM FÓSSIL EM PORTUGAL — *Jornal de Sciencias Naturais*, vol. VIII, Lisboa, 1922,

que foi no ano seguinte incluída na Colecção «Natura»:

22-A — O HOMEM FÓSSIL EM PORTUGAL — *Colecção «Natura»*, Lisboa, 1923.

Sobre este trabalho de J. Fontes, dizia o Prof. H. Obermaier: «Je vous félicite vivement! Elle mériterait vraiment une réédition en français».

Por sua vez dizia M. Boule em *L'Anthropologie*: J. Fontes «a voulu résumer tout ce que l'on sait de l'Homme fossile en Portugal. Il ya bien réussi. Il a doté ses compatriotes d'un petit livre écrit clairement, assez bien illustré et d'une lecture agréable, ce que n'est pas sans mérite. Les conclusions en sont fort sages...» (12).

Neste volume, «jogando com os dados geológicos, paleontológicos, antropológicos e arqueológicos», traçou J. Fontes «as primeiras páginas da história da nossa terra» (13).

(12) *L'Anthropologie*, vol. XXXIV, pág. 417.

(13) *Títulos e trabalhos científicos...*, Lisboa, 1924.

*

Tendo feito parte de uma missão que foi à zona espanhola de Marrocos representar a Associação dos Arqueólogos Portugueses nas festas de Santa Maria de África, escreveu acerca do que vira sob o ponto de vista arqueológico, além de artigos no *Diário de Notícias* (14), um estudo:

23 — *IMPRESSÕES DUMA VISITA A TAMUDA E TETUAO* —
Arqueologia e História, vol. III, Lisboa, 1924.

*

As gravuras rupestres também o interessaram. Sabedores os Jesuítas portugueses do Colégio de La Guardia do facto, convidaram-no a ir à Galiza estudar as do Monte de Santa Tecla e outras.

Visitando aquele estabelecimento de ensino em El Passage, notou que no museu se guardavam algumas quartzites de talhe grosseiro, recolhidas pelo ilustre cientista P.^o Alphonse Luisier nas imediações. Percorrendo as vizinhanças encontrou abundantes materiais em Camposancos, que descreveu no estudo:

24 — *ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DE CAMPOSANCOS (PONTEVEDRA — ESPANHA)* — *Brotéria*, vol. I, Caminha, 1925.

Deste trabalho foi feita uma tradução em espanhol, que com um prefácio de D. Juan Dominguez Fontela foi publicado em Orense:

25 — *LA ESTACIÓN PALEOLÍTICA DE LA GUARDIA* — *Boletim Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Artísticos y Históricos de Orense*, n.^o 160, tomo VII, Orense, 1925.

(14) *Diário de Notícias*, de 27-VII-1923 e 13-IX-1923.

É curioso notar que se a estação do Casal do Monte abriu as portas a uma série de descobertas paleolíticas nos arredores de Lisboa, o encontro da estação de Camposancos foi o ponto de partida para uma série notável de descobrimentos, não só na região galega mas também em Portugal ⁽¹⁵⁾.

*

Paul Choffat, ao lado de eminente geólogo, foi também excelente amigo da arqueologia e por ele tinha J. Fontes a maior estima e admiração que traduziu no estudo:

26 — PAUL CHOFFAT ET L'ARCHEOLOGIE PORTUGAISE —
Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, tomo IX,
Lisboa, 1923.

Em Choffat e Fontes a Geologia e a Arqueologia davam-se as mãos, pela necessidade que tem esta última dos ensinamentos daquela.

*

Em 26 de Novembro de 1925 a Associação dos Arqueólogos Portugueses prestara homenagem ao Prof. Doutor J. Leite de Vasconcelos, e nela J. Fontes fez um discurso em que vincou bem as qualidades e o valor do Mestre e do Amigo:

27 — DISCURSO DO SÓCIO TITULAR E SECRETÁRIO DA SEC-
ÇÃO DE ARQUEOLOGIA PRE-HISTÓRICA — *Arqueologia e*
História, vol. V, Lisboa, 1927.

⁽¹⁵⁾ Eugénio Jalhay e Afonso do Paço, *Páleo e mesolítico português...*
pág. 23.

A análise do *Professor*, do *Arqueólogo*, do *Etnógrafo*, do *Numismata*, do *Filólogo* e do *Homem*, foram feitas com verdadeiro rigor pelo abalizado clínico e discípulo dilecto. Creio que nunca se disse tanto daquele nosso Mestre em tão cerradas palavras como as de Joaquim Fontes, que não sendo um palavroso, era incisivo como um bisturi.

*

A sua viagem em 1924 à Galiza, forneceu-lhe ainda assunto para um novo estudo:

28 — *UMA EXCURSÃO ARQUEOLÓGICA À GALIZA — Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, 1927.

Neste trabalho refere-se J. Fontes mais longamente aos laços de amizade que então estabelecera com o P.^o Eugénio Jalhay, às colheitas de material paleolítico que fizera em Camposancos, às gravuras rupestres da Galiza que compara com algumas do Gião, a vários achados arqueológicos comuns à Galiza e ao termo de Lisboa, a materiais castrejos, etc.

Absorvido agora mais intensamente pelos trabalhos da Faculdade de Medicina e publicações com ela relacionadas, de vez em quando escapava-se para a Arqueologia, e dava-nos preciosos trabalhos como este.

*

Ligado, como dissemos, com esta visita à Galiza, estava o estudo das gravuras rupestres do Gião, cuidadosamente publicadas em:

29 — *SOBRE ALGUMAS FIGURAS RUPESTRES DO SANTUÁRIO PRÉ-HISTÓRICO DO GIAO — Revista de Arqueologia*, vol. I, Lisboa, 1932.

A descoberta do santuário do Gião deve-se ao P.^o Saraiva de Miranda, que depois o visitou com F. Alves Pereira, e finalmente com J. Fontes, que procedendo ao levantamento das figuras esquemáticas, realizou também o seu estudo interpretativo.

Trabalho bem documentado, é arrimo indispensável para aqueles que se propuserem estudar as nossas gravuras rupestres, tão abundantes nas penedias graníticas do Norte.

*

O trabalho acima referido sobre o homem fóssil, publicado em 1922, como que foi actualizado no novo estudo:

30 — *A QUESTÃO DO HOMEM FÓSSIL EM PORTUGAL* — *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1932.

Nele se dá conta do que se fez em 10 anos de intensas investigações que levantaram o nível arqueológico do País, envolvendo mais intensamente a nossa actividade científica no movimento internacional, mercê de um grupo de investigadores, que não se poupando a esforços, trabalharam quase todos à margem dos organismos oficiais.

Nele preconiza J. Fontes o concurso indispensável dos geólogos para nos resolverem as questões dos terraços costeiros e dos rios, a fim de proporcionarem uma classificação segura das indústrias. O trabalho de *équipe*, o concurso das outras ciências, é indispensável ao arqueólogo de hoje. Proceder de outra maneira é quase tempo perdido. A tipologia, por si só, não nos pode resolver todos os problemas.

*

Quando do centenário do nascimento de Martins Sarmiento, publicou a Sociedade Vimaranesa de que é patrono, um volume de homenagem, em que a colaboração de J. Fontes não faltou, pois para ele escreveu:

- 31 — *FIGURAS RUPESTRES ASTRAIS NO SANTUÁRIO PRÉ-HISTÓRICO DO GIAO (ARCOS DE VALDEVEZ)* — *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, 1933.

Diz-nos neste trabalho que as figuras rupestres astrais do Gião estão gravadas em lajes horizontais olhando o Zénite, e que são algo diferentes das dos outros lugares pré-históricos, pois apresentam uma pequenina depressão central donde partem os raios solares, em vez de um círculo como noutros lugares.

Voltou a estudar o Gião no ano seguinte, no trabalho:

- 32 — *VÁRIAS MODALIDADES DO SINAL CRUCIFORME NO SANTUÁRIO PRÉ-HISTÓRICO DO GIAO (ARCOS DE VALDEVEZ)* — *Revista de Arqueologia*, vol. I, 1934.

Os tipos de figuras cruciformes, tidos como representação humana, apresentam neste santuário minhoto várias modalidades, que são analisadas comparativamente com as de outros países, à luz de uma vasta bibliografia. O Gião é um curioso santuário que bem merecia ser olhado com atenção, evitando-se que se seja destruído.

*

Em 23 de Dezembro de 1932, aproveitando-se a presença do Prof. Hugo Obermaier em Lisboa, realizou-se na Associação dos Arqueólogos Portugueses uma sessão de homenagem ao notável pré-historiador, que tanto se devotara ao estudo da arqueologia peninsular, chegando a declinar um honroso convite para reger cátedra na Universidade de Berlim, preferindo ficar em Espanha.

Joaquim Fontes traçou com mestria, num discurso que proferiu nessa noite:

- 33 — *PROFESSOR HUGO OBERMAIER* — *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1934,

a vida e obra do autor de «El Hombre Fossil», que um dia já longínquo lhe proporcionara, com o Prof, Herdandez Pacheco, a possibilidade de tomar parte nas escavações que nas Astúrias realizava com outros, o Conde de La Vega del Sella, como acima foi dito.

Nós que tivemos a dita de acompanhar quase diàriamente Obermaier nessa primeira visita de estudo às colecções arqueológicas portuguesas, podemos aquilatar a estima que o grande arqueólogo da nação vizinha, tinha pelo autor de *O Homem Fóssil em Portugal*.

*

Em 26 de Outubro de 1936 perdera J. Fontes e todos nós um grande amigo, o Dr. Félix Alves Pereira, de quem escreveu uma notícia necrológica:

34 — FELIX ALVES PEREIRA — 1865-1936 — *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. III, Lisboa, 1938.

O carinho que mantivera pelo cientista que o ajudara a desbravar os primeiros achados arqueológicos do Casal do Monte e pela vida fora se conservara dedicado Amigo, está bem manifesto nas páginas que lhe consagrou. Diz a certa altura: «Com um grande poder de análise e de síntese, os seus escritos, a que não faltava lindo recorte literário, ficarão certamente clássicos na nossa Arqueologia».

F. Alves Pereira, como já dissemos, esteve ligado com Joaquim Fontes e o P.^e Saraiva de Miranda em estudos relacionados com o Gião.

Ambos foram também apaixonados de Sintra e a dedicação pelo Mestre prova-a o facto de ter Fontes reunido, quando elemento da Câmara daquela vila, no volume *Sintra do Pretérito* ⁽¹⁶⁾ tudo o que Alves Pereira escrevera sobre a arqueologia da bela região.

Também na revista *Naturália* Joaquim Fontes disse algo sobre o amigo que Deus chamara a si:

(16) Publicações da Câmara Municipal de Sintra — 1957. J. Fontes escreveu um prefácio para este trabalho.

35 — NOTAS NECROLÓGICAS — FÉLIX ALVES PEREIRA —
Naturália, 1938.

*

A actividade arqueológica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a que tão intimamente estivera ligado, mereceu-lhe um estudo:

36 — A ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA E A ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES — *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV, Lisboa, 1938,

em que faz uma resenha dos estudos pré-históricos em Portugal.

*

A vida da Faculdade de Medicina e a sua actividade clínica, afastaram-no um pouco das actividades arqueológicas, mas as comemorações do 8.º Centenário da tomada de Lisboa aos Mouros, fazem-no voltar à liça com mais dois trabalhos, um dos quais de grande fôlego:

37 — NOS TEMPOS PRÉ-HISTÓRICOS — *Lisboa Oito Séculos de História* — Câmara Municipal de Lisboa, Publicações comemorativas do 8.º Centenário da tomada de Lisboa aos Mouros — 1947,

em que analisa a evolução das populações do termo Lisboa, desde paleolítico até aos alvares dos tempos proto-históricos.

Por essa ocasião publicou a Associação dos Arqueólogos Portugueses um trabalho, constituído por dois volumes, contendo estudos científicos relacionados com a capital. Nele escreveu J. Fontes o artigo:

38 — *ESTAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DO PAÇO DO LUMIAR* —
Lisboa e seu Termo, vol. I, Lisboa, 1948.

Esta publicação, provocada pelo achado que Gui de Brée fizera de uns sílices no local de recreio do Colégio Manuel Bernardes, recordara a J. Fontes o tempo em que passara pelas vizinhanças com o seu amigo Dr. Félix Alves Pereira antes de 1918, e onde ambos recolheram vestígios que pareceram do homem Neolítico, agora confirmada pelos novos achados do jovem de Brée.

*

A identificação por seu irmão Prof. Vítor Fontes de duas grutas no sítio dos Castanhais (Sintra), e o facto de nela se terem feito algumas sondagens que revelaram ossos bem como restos de sílex e algumas cerâmicas, levou J. Fontes a relatar num trabalho, por ambos assinado, os materiais que do local haviam saído:

39 — *ESTAÇÃO ENEOLÍTICA DOS CASTANHAIS* — *Arqueologia e História*, vol. III, Lisboa, 1954.

A exploração desta gruta, que nos estava designada dentro do plano de trabalhos das Jornadas Arqueológicas de Sintra, não pode ser realizada por a proprietária dos terrenos negar, para tanto, a devida autorização.

*

Outro local arqueológico que sempre atraiu J. Fontes, foi a tão celebrada, como destruída, estação de Liceia, onde Carlos Ribeiro fizera importante recolha de materiais.

J. Fontes a cada passo nos dizia, depois de nos termos envolvido na exploração do castro de Vila Nova de S. Pedro, que devíamos ir com ele tra-

balhar em Liceia, onde muitas vezes fora com o seu amigo escultor Álvaro de Brée.

Das sondagens que ambos ali realizaram, deu-nos relato em:

40 — *ESTAÇÃO ENEOLÍTICA DE LICEIA (BARCARENA)* —
Revista de Guimarães, vol. LXV, Guimarães, 1955.

Em 4 de Março do corrente ano procuramos o escultor A. de Brée no seu «atelier» e falámos sobre Liceia, cuja visita nos foi proporcionada naquela tarde. Mostrou-nos de Brée um local onde se tinham aberto covas para plantação de eucaliptos. A enxada, ao revolver as terras, trouxera à superfície certos fragmentos cerâmicos que nos fazem supor que, por debaixo da camada de terras que o homem resolvera em sucessivos trabalhos agrícolas, deve existir um estrato ainda não remexido, que nos poderá dar indicações preciosas sobre os primeiros habitantes que no local se estabeleceram.

Falámos no assunto ao Engenheiro Director dos Serviços Geológicos, por ter sido este organismo quem primeiro ali trabalhou. Esperamos realizar no local, com os Serviços Geológicos e de Brée alguns reconhecimentos, que serão executados em memória de Joaquim Fontes.

*

No ano de 1953 comemorou a municipalidade da Figueira da Foz o centenário do nascimento do Dr. António dos Santos Rocha, e Joaquim Fontes foi convidado a fazer uma oração no acto solene.

As palavras que proferiu naquela cidade:

41 — *SANTOS ROCHA E A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA* —
Arqueologia e História, vol. VI, Lisboa, 1955,

foram depois lidas na Associação dos Arqueólogos Portugueses em sessão de 11 de Junho de 1953.

Joaquim Fontes traçou com mestria a época em que Santos Rocha viveu, bem como analisou o meio arqueológico em que floresceu aquele notável

arqueólogo, o trabalho sério que nos legou, e referiu a Sociedade Arqueológica da Figueira, a que pertenceram alguns dos mais notáveis homens do seu tempo.

*

Nos últimos anos, Joaquim Fontes, ao mesmo tempo que orientava sob o ponto de vista científico quantos dele se aproximavam, dizia que não tendo tempo para se dedicar aos trabalhos arqueológicos de campo, nem de gabinete, as suas funções eram agora de fazer accionar os novos.

Como presidente que então era do Instituto de Sintra, solicitou à Câmara Municipal, da presidência do Dr. César Moreira Baptista, a construção de um pequeno museu em S. Miguel de Odrinhas, onde se arrecadariam as preciosidades arqueológicas da localidade, que a população não desejava que saíssem dali ⁽¹⁷⁾.

Inaugurado em 13 de Junho de 1955 com a presença de Sua Excelência Reverendíssima o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, sofreu já várias ampliações, tal a afluência de materiais arqueológicos.

Sobre uma peça nele existente escreveu:

42 — *UMA NÓTULA LISBOETA — Oisipo*, n.º 71, Lisboa, 1955,

e mais tarde redigiu um roteiro para os seus visitantes:

43 — *MUSEU ARQUEOLÓGICO DE S. MIGUEL DE ODRINHAS*
— *Publicações da Câmara Municipal de Sintra*, 1960.

Foi este, que nós saibamos, o último trabalho arqueológico que subscreveu.

A este museu, que se deve totalmente à sua iniciativa foi dado em 3 de Janeiro de 1959, o nome de «Museu Arqueológico do Professor Doutor Joaquim Fontes».

⁽¹⁷⁾ Joaquim Fontes foi nomeado vereador do pelouro de Cultura e Higiene da Câmara Municipal de Sintra em 5 de Dezembro de 1955, passando a Presidente em 26 de Fevereiro de 1958, cargo que desempenhou até à sua morte.

Sintra fica-lhe ainda devendo as «Jornadas Arqueológicas», que bem alto levantaram o nível científico concelhio, e a que assistiu o Professor Luís Pericot, catedrático da Universidade de Barcelona, como delegado do país vizinho.

Iniciadas em 26 de Agosto de 1958, prolongaram-se até ao dia 29, e os seus estudos foram depois publicados pelos Serviços Geológicos (18).

*

Já vão longas as palavras que prometemos breves para inserir em um volume de *Arqueologia e História*.

Perdoem-nos se fomos extensos demais, mas 50 anos de labor arqueológico, alguns bem intensos, não se resumem em 50 linhas.

Não pagamos com o que escrevemos a amizade deste querido amigo, que com outra que a morte ceifou 10 anos antes, o P.^e Eugénio Jalhay, foram os nossos melhores companheiros no duro e ingrato labor arqueológico em que, por mal dos nossos pecados nos viemos a envolver.

Porém, depois de analisado o ângulo arqueológico deste tão notável cientista, desejaria referir ainda, ao menos ao de leve, a sua acção nesta casa.

Eleito sócio efectivo com o número 928, em 31 de Março de 1917, foi pela gerência do ano 1926-1927 encarregado, com Cordeiro de Sousa, de «arrumar convenientemente a sala pré-histórica e romana, e tão distintamente se desempenharam desta árdua missão que o Conselho lhes não regateou agradecimentos e se acha na obrigação recomendar os referidos Consócios à vossa consideração», disse o Secretário Geral de então, Jacinto de Bettencourt no seu relatório para a Assembleia Geral, de fim de ano associativo (19).

Nesse mesmo ano de 1926 iniciou Joaquim Fontes no nosso Museu uma série de lições de Arqueologia «sendo frequentada por muitos sócios desejosos de ouvir a palavra fluente e clara de tão ilustre arqueólogo» (20). Do

(18) *Jornadas Arqueológicas de Sintra* em «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo XXXIX, Lisboa, 1958.

(19) *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1928, pág. 230.

(20) *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1928, p. 231.

que foi a primeira parte desse curso, que versou o período paleolítico, a que nós, por felicidade, podemos ainda assistir, por coincidir o facto com a nossa entrada para esta casa, fez o Dr. Ludovico de Meneses um longo relato nas páginas do jornal *A Época* ⁽²¹⁾.

De uma das conferências que Joaquim Fontes proferiu nas Assembleias Gerais do ano, com o título: «A ciência da Arqueologia Pré-Histórica e Romana», não encontramos rastros e não chegou a ser publicada.

A uma outra sobre o santuário do Gião, que o relatório do Secretário-Geral classifica de: «extraordinária importância», assistiu o Ministro da Instrução Pública de então, Dr. Alfredo de Magalhães.

No relatório de Conservador do Museu, desse ano, diz Joaquim Fontes que quando tomou conta do encargo, notou que era impossível ordená-lo sem uma primeira adaptação dos armários, «pois as condições em que se encontrava não permitia um exame perfeito dos objectos».

Fechou-se a colecção de Pré-História ao público, procurou-se determinar a origem dos materiais expostos, mas de muitos foi impossível fazê-lo. Adoptou-se uma exposição didáctica que muito beneficiou o museu. Este trabalho de Joaquim Fontes foi premiado pela Assembleia Geral de 26 de Junho de 1928, que propusera a inserção do seu retrato no volume VI de *Arqueologia e História* ⁽²²⁾.

Na gerência de 1927-1928 desempenhou Joaquim Fontes as funções de Secretário-Geral e nas de 1928 a 1931 as de Presidente da Secção de Pré-História e Conservador do Museu.

Em 1942 houve certas discordâncias do Doutor Fontes com outros sócios, facto em que nos vimos envolvidos, as quais foram, porém, brevemente sanadas. No mesmo ano o Professor Fontes foi feito sócio honorário.

*

Em 1944 foi Joaquim Fontes eleito Presidente da Direcção, cargo que ocupou por sucessivas reeleições, até Junho de 1960. Só a falta de saúde o levou nessa data a pedir a sua exoneração.

⁽²¹⁾ *A Época*, de 23-11-1926.

⁽²²⁾ Lisboa, 1928.

Durante os anos de 1946 a 1948 realizou o Ministério das Obras Públicas — Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, obras nesta casa, de que resultou o agradável arranjo que actualmente apresenta.

Durante elas foi bem activo o trabalho de Joaquim Fontes, principalmente no final, para disposição das colecções arqueológicas. Tal qual em 1926-1927, a arrumação da colecção geral — excepto Vila Nova de S. Pedro que foi ordenada pelo P.^o Eugénio Jalhay e por nós — estivera a seu cargo e do Secretário-Geral desta casa, Sr. António Machado de Faria, a quem não podemos deixar de lembrar nesta ocasião.

Nesta segunda fase, desempenhou também as funções de Presidente da Secção de Pré-História, e como Presidente da Associação, passou a ter assento na 2.^a Sub-Secção da 6.^a Secção da Junta Nacional de Educação.

Os inúmeros afazeres profissionais iam-lhe cerceando as actividades arqueológicas, mas nas reuniões, a que quase sempre vinha presidir, tinha para todos um incentivo, uma palavra de orientação, um conselho amigo.

Este homem extraordinário, de uma actividade prodigiosa, que conquistou os lugares a que ascendeu, pelo seu valor, mas «à punhada», numa frase bem expressiva que ouvimos ao Dr. Xavier da Costa, finou-se a 10 de Setembro de 1960, ainda em plena actividade, pois exercia as funções de Presidente da Câmara Municipal de Sintra, de Director do Instituto Rocha Cabral, da Maternidade de Santa Bárbara, Procurador à Câmara Corporativa, Vice-Presidente da Sociedade Portuguesa de Biologia, etc.

Um seu biógrafo diz que: «Tal como nos grandes vultos do Renascimento, a curiosidade do seu espírito era demasiadamente pujante e inquieta para poder conservar-se a um único sector do estudo ou da investigação» ⁽²³⁾.

⁽²³⁾ Jacinto Moniz de Betencourt, *Professor Joaquim Moreira Fontes*. Lisboa, 1960.

ADITAMENTO :

Depois de impresso, na maior parte, o presente estudo, recebemos o 1.º Volume de

Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia,

agora distribuído apesar de contar a data de 1959, que insere outro estudo de Joaquim Fontes sobre José Leite de Vasconcelos intitulado:

LEITE DE VASCONCELOS: ARQUEÓLOGO,

em que mais uma vez o Amigo é lembrado com carinho e a sua obra magistral posta em evidência.

Ninguém, como Joaquim Fontes, exalçou a figura de tão notável Mestre.

O PROFESSOR JOAQUIM FONTES
REALIZADOR DE BELEZA

pelo

sócio efectivo

Mário de Sampaio Ribeiro

O PROFESSOR JOAQUIM FONTES REALIZADOR DE BELEZA

CONQUANTO o velho conceito, que, de certo modo, irmana os homens com as árvores, tenha decaído ao ponto de andar quase relegado à condição de lugar comum, é indubitável que, apesar de tudo, ainda conserva intacto o seu poder impressionativo e se mantém pleno de eficácia o paralelismo nele implícito.

De facto, só nos apercebemos, com justeza, do porte e da envergadura das grandes árvores, não obstante estarmos afeitos a desfrutar a sua sombra convidativa, no dia em que as vemos por terra, ou quando nos precatamos do imenso espaço vago a que a sua desapareição deu origem.

Com os homens — em especial aqueles com quem lidamos dia a dia — acontece outro tanto: só aquilatamos perfeitamente das suas verdadeiras proporções, quando Deus os chama a Si.

Só então temos noção exacta de como era gigantesca a sua craveira e damos fé do tamanho do vão aberto pelo seu desaparecimento.

Com o Prof. Joaquim Moreira Fontes mais uma vez se comprovou a veracidade do asserto. Foi pelo espantoso vazio — e não confinado a um só campo — que a sua falta provocou que todos medimos a estatura do cíclope inopinadamente caído, em pleno labutar, a 10 de Setembro de 1960.

Pela voz do mais reputado de quantos ilustres arqueólogos nesta casa se congregam, acabamos de ouvir o elogio da sua notabilíssima personalidade, bem como o desenrolamento da sua avondada folha de serviços, na qual se alicerçou, com invulgar solidez, uma reputação, que cedo transpôs fronteiras e se estendeu aos quatro pontos cardeais.

Não é, por certo, esta prestimosa e quase centenária Associação o lugar

indicado para levar a efeito a consagração do médico insigne, do obstetra distinto, do fisiologista eminente, do professor catedrático ilustre, do director, devotado e competentíssimo, da Maternidade de Santa Bárbara e do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral; mas, se o fosse, ver-se-ia que a projecção do vulto e da obra do homem de ciência pediria meças à do arqueólogo e etnógrafo, nada ficando a dever-lhe.

A personalidade do Prof. Joaquim Fontes, porém, não se repartiu só por essas duas facetas — houve nele, pelo menos, uma outra, que só se evidenciou tardiamente e não chegou, talvez, a desenvolver-se por completo. A morte não o consentiu.

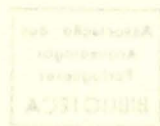
Porventura a propensão bucólica de seu ânimo — que tanto se comprazia, nas contadas horas de ócio, em viver de algum modo (no seu «Casal Saloio», de Mem Martins) a quietude patriarcal de certas modalidades agro-pecuárias do velho termo da capital — poderia parecer estranhável a quem só o julgasse pelas aparências: feito desprendido e algo reservado, um tanto seco (quase brusco mesmo) e pouco amigo de desperdiçar palavras.

É certo, contudo, que havia nele um fundo contemplativo, ávido de beleza, mas não de toda e qualquer, antes só da que — silenciosamente, delicadamente — se «bebe» com o olhar ou se assimila pelos ouvidos, graças a concertos harmónicos da maior elevação, que só à Música da mais alta estirpe é dado atingir.

Era esse substrato que o levava a saborear, com beatífica volúpia — deixai que me expresse assim — todo o encanto de um entardecer outoniço, até que as vozes da Natureza se apagavam de todo e o lusco-fusco entrava de ser varado pelo reluzir de um que outro fanal, testemunhas de que a vida se não extinguira...

Não tendo uma alma de artista, o Prof. Joaquim Moreira Fontes era fervoroso prosélito de certas manifestações de Arte, mas não as queria só para si. Côncio da importância delas, como actos de cultura, almejava tornar extensiva ao maior número a participação, por meio de autênticos ágapes, em que a vista e o ouvido desempenhavam função primordial para o enfeitigar das almas.

Perdõe-se-me que objective, por momentos, este prisma da operosidade do Prof. Joaquim Fontes, pois temo que ele possa vir a ser irremediavelmente ofuscado pelo coruscar lampejante, quer do seu valor como arqueólogo e etnógrafo, quer da sua acção como médico.



*

Conheci pessoalmente o Prof. Joaquim Fontes, em Julho de 1944, no dia em que, nesta casa, ambos tomámos posse de cargos directivos para que nos haviam eleito. Ele como Presidente, que foi por largos anos, eu como Vice-Presidente, que ainda não deixei de ser.

Oriundos de secções diferentes, com actividades e predilecções muito diversas, não seria de admirar que nunca nos tivéssemos sequer visto.

Como é natural, as nossas relações, uma vez estabelecidas, não se circunscreveram ao estrito desempenho das funções administrativas, de modo que, a certa altura — quando o grupo-coral «Polyphonia», a braços com problema de gravidade, se voltou para a Associação dos Arqueólogos Portugueses — surpreendeu-me o vivo interesse que ele tomou para se aplanarem melindres, que, de algum modo, obviavam à resolução do assunto e eram consequentes de eu ser, simultâneamente, Vice-Presidente da Associação e Cantor-mor daquele organismo.

Os ensaios puderam reatar-se normalmente, sem quaisquer estorvos e nas condições mais equitativas, graças ao conceito que a Direcção da Associação formava do grupo-coral, mas devo repetir que me surpreendeu o empenho posto pelo Prof. Joaquim Fontes em contribuir para se vencer o perigo, que ameaçava, talvez de morte, o coro. Foi nessa ocasião que se me revelou um Prof. Joaquim Fontes insuspeitado — apreciador consciente e consciencioso de certos encantos musicais, mas não apenas *dilettante* (o que nada teria de extraordinário), antes apóstolo convicto da sua propagação.

Por fins de Maio de 1949 procurou-me pessoalmente para me expor a ideia de se efectuar um concerto coral nocturno, no cenário das ruínas da igreja do Carmo, iluminadas indirectamente. Tinha tudo tratado; só faltava o coro e esse tinha ser «Polyphonia».

E na noite de 5 de Julho daquele ano, em ambiente de extraordinária beleza, realizou-se uma *Audição de música polifónica e coral dos séculos XVI e XVII*, que, pela novidade e pelo requinte, constituiu um deslumbramento e um regalo para quantos assistiram.

Essa função, toda ideada pelo Prof. Joaquim Fontes, foi, ao que julgo, a sua estreia como realizador de beleza e foi também o seu primeiro triunfo — rotundo, absoluto.

Quando o concerto acabou, o Prof. Joaquim Fontes, como o povo costuma dizer, não cabia na pele. A sua satisfação, exuberante, não o fazia loquaz, mas não o deixava parar quieto; punha-o a piscar muito os olhos, a fungar nervosamente da ventra esquerda e a sorrir por tudo e por nada. Estava radiante, mas não por, de algum modo, se ter saído bem do empreendimento. Não. Todo o seu júbilo provinha de ter proporcionado a muita gente umas horas de beleza, pura e transcendente, das que permitem esquecer, enquanto duram, as agruras da vida terrena.

Eleito vereador da Câmara Municipal de Sintra tomou a peito a acção cultural e pôs ao serviço do concelho todo o seu dinamismo de enamorado pelos seus recantos mais pitorescos e pelos seus paços realengos.

A Música preocupava-o, mas não lhe servia qualquer coisa. Era alérgico à rotina e sorria-lhe a perspectiva de levar a cabo algo que pudesse sair do trivial, porventura a realizar em Queluz.

E uma bela tarde procurou-me na Repartição para me consultar e pedir inspiração.

Como se estava em 1956 — ano em que o mundo inteiro festejou o bicentenário do nascimento de Mozart — sugeri-lhe a efectivação de um concerto comemorativo, tanto mais que, em Lisboa, só em São Carlos se fizera algo digno de nota. Casualmente encontrava-me em condições de poder realizar algumas páginas das primeiras óperas saídas da pena do compositor adolescente e também alguns dos últimos lampejos de seu genial engenho.

O ambiente maravilhoso da Sala do Trono do Paço de Queluz — émulo do de Schönbrunn, em Viena, ou do de Versalhes — seria moldura incomparável para tal função.

E na noite de 11 de Agosto — no dizer do então embaixador da Alemanha Ocidental em Lisboa — assistiu-se a «uma das mais belas evocações do génio de Mozart, que se levaram a efeito no mundo inteiro para festejar o seu bicentenário natalício».

Para que fosse realidade, o Prof. Joaquim Fontes revolveu céu e terra e tudo logrou vencer, inclusive a oposição das estâncias oficiais, em cujo entender as salas do Palácio de Queluz não deviam servir para concertos de quem quer que fosse. E não obstante, por circunstâncias variadíssimas, a assistência ter sido muito reduzida, este concerto foi o segundo grande êxito do Prof. Joaquim Fontes como realizador de beleza. Dois dias depois, no Teatro «Carlos Manuel», de Sintra, um público entusiasmado corroborou o valor artístico da

empresa, apesar de falto da moldura incomparável em que decorrera na primeira noite.

Depois, com a colaboração de diversos organismos oficiais, nasceram as «Jornadas Musicais de Sintra», cuja alma ele foi também, já como Presidente da Câmara Municipal.

Logo em 1957 apresenta um espectáculo de *ballet* no Parque de Seteais (com Margarida de Abreu) e concertos da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional de Radiodifusão, no Teatro «Carlos Manuel», o «Quarteto de Lisboa» actua na Sala dos Cisnes do Paço da Vila, Sequeira Costa, na Pena e Maria Malafaia (cravo) com a «Academia de Instrumentistas de Câmara», na Sala de Música, de Queluz.

Em 1958, «Polyphonia» evoca a figura da Rainha Dona Leonor de Lancastre na escadaria de acesso ao Palácio Nacional e voltam a apresentar-se elementos que se haviam exibido no ano anterior, a par de outros novos, nacionais ou estrangeiros. O pianista Milosz Magin dá um «recital» Chopin, o Coro «Harmonia» canta na Sala dos Cisnes, Nella Maissa evoca Scarlatti em Queluz, nos Jardins de Monserrate apresenta-se o Grupo de Bailados «Verde Gaio», o «Quinteto Boccherini» delicia os ouvintes no «Carlos Manuel» e o violoncelista francês Pierre Fournier, de sociedade com Helena Moreira de Sá e Costa, faz reviver, uma vez mais, a actividade musical no Palácio da Pena.

E as «Jornadas» prosseguiram, embora (talvez por influência de os espectáculos chamados de «Luz e Som») não tenham podido cingir-se no âmbito restrito, que presidira à sua instituição.

Vários factores (entre os quais os interesses criados) devem ter contribuído para que entrasse de predominar o critério de que as molduras são mais que bastantes para valorizar seja o que for. E o Prof. Joaquim Fontes, como não dispunha de recursos próprios, que lhe permitissem joeirar a seu talante, havia forçosamente que arrimar-se a quem lhe proporcionava meios para manter e empegar definitivamente as «Jornadas». Em caso contrário arriscar-se-ia a que o empreendimento, a cujo serviço despendera energias titânicas, naufragasse ou morresse na casca. Por outro lado, é crível que fiasse da futura consagração internacional das «Jornadas» a vinda de melhores dias — aqueles em que os peregrinos, cada vez em maior número, demandassem Sintra como santuário ou recanto paradisíaco onde, em verdade, pudessem mitigar uma sede insaciável de beleza e não apenas impressionar mais ou menos agradavelmente a vista.

Para comemorar o quinto centenário da morte do Infante D. Henrique,

a Associação dos Arqueólogos Portugueses voltou a promover um concerto coral nas arruinadas naves da que foi igreja de Nossa Senhora do Vencimento, fundação de Frei Nuno de Santa Maria, donato carmelita e invicto Condestabre do Reino.

Quando se ventilou o assunto em pormenor, o Prof. Joaquim Fontes empenhou-se em que incluisse no programa algumas das cantigas palacianas, que fizera cantar, em 2 de Agosto de 1958, nas escadas da vetusta mansão sintrense, evocando o vulto suavíssimo da grande «neta» do Infante de Sagres — a Rainha Dona Leonor de Lancastre.

Tinha saudades daquele género de música que, em seu entender, tão bem se casava com as ogivas como-espiritualizadas pela iluminação indirecta...

Foi com o maior gosto que lhe fiz a vontade, sem que me passasse por cabeça que não tornaria a ter ensejo de lhe ser agradável.

Completa-se, em 29 de Julho próximo, um ano que se realizou a função. Como em 1949, ao terminar, o Prof. Joaquim Fontes não cabia na pele. Acabara de viver momentos da mais pura beleza, inteiramente concebidos por ele, para pábulo de quantos haviam aceitado o convite da Associação.

Que eu presenciasse, foi o seu derradeiro triunfo como realizador de beleza.

Não tornei a vê-lo.

Quarenta e poucos dias depois um traiçoeiro ataque de angina de peito — ao que suponho — pôs-lhe a alma nas mãos de Deus.

Que as «Jornadas Musicais de Sintra», perdurando, continuem a decorrer nas molduras privilegiadas dos paços e recantos pinturescos do concelho, mas que os continuadores diligenciem, quanto possível, que elas vão, cada vez mais, tendendo para o limite ideal de beleza, que foi norte e aspiração suprema do Prof. Joaquim Fontes, alma da sua instituição.

Assim seja!

CARTAS DE AUGUSTO FILIPE SIMÕES
PARA O 1.º MARQUÊS DE SOUSA HOLSTEIN

pelo

sócio correspondente

Eugénio Andrea da Cunha e Freitas

CARTAS DE AUGUSTO FILIPE SIMÕES PARA O 1.º MARQUÊS DE SOUSA HOLSTEIN

POR decreto de 10 de Novembro de 1875, sendo ministro do Reino António Rodrigues Sampaio, foi nomeada uma comissão encarregada de estudar a reforma do ensino das Belas-Artes. Era composta pelo Marquês de Sousa Holstein, pelos Condes de Samodães e de Valbom, Carlos Maria Eugénio de Almeida, o Conselheiro Francisco de Assis Rodrigues, Tomás de Carvalho, Teixeira de Vasconcelos, Augusto Filipe Simões, António Tomás da Fonseca, António Vítor de Figueiredo Bastos, Tadeu Maria de Almeida Furtado, Teixeira de Aragão, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, José Maria Nepomuceno e Luciano Cordeiro. Nomes dos mais ilustres de historiadores, arqueólogos e artistas do seu tempo.

A primeira carta que ora publicamos, datada de Coimbra, 19 do mesmo mês de Novembro, é o agradecimento e pedido de escusa formulado por Augusto Filipe Simões ao Marquês de Sousa. Não conhecemos a resposta deste, mas deve ter sido pronta, removendo os obstáculos alegados pelo ilustre arqueólogo conimbricense. É o que claramente se depreende do teor da carta 2.^a escrita no dia 30, em Lisboa.

Na carta 3.^a, de Coimbra, 24 de Dezembro, notaremos duas curiosas passagens: o projecto de um museu na Madre de Deus, em Lisboa, e as informações acerca de Gabriel Pereira, então obscuro amanuense da Misericórdia de Évora, referência que tem incontestável interesse para a biografia deste notável investigador. O opúsculo a que se refere é sem dúvida: *Dolmens ou*

antas nos arredores de Évora. «Notas dirigidas ao exm.º sr. dr. Augusto Filipe Simões», publicado em Évora nesse mesmo ano de 1875 (¹).

A carta 4.ª é muito interessante, porque Filipe Simões, não podendo comparecer na sessão marcada para 3 de Janeiro de 1876, expõe ao Marquês de Sousa as suas ideias e os seus planos de reforma das Belas-Artes e organização de museus provinciais e municipais. O livro do Marquês, que menciona, intitula-se: *Observações sobre o actual estado das artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia*, como diz o próprio A. Filipe Simões (²) ao traçar o elogio do seu ilustre autor; e acrescenta:

«Nos trabalhos desta comissão, que duraram desde 29 de Novembro daquele ano (1875) até 14 de Fevereiro de 1876, desenvolveu uma actividade febril. É para notar-se que em tão breve espaço de tempo fossem elaborados e discutidos todos os vastos e importantes projectos que correm impressos... Mas tudo isto era forçoso que aumentasse a despesa do Estado em algumas dezenas de contos em cada ano. E um país, habituado a ver dispender, não dezenas, porém milhares, em caminhos de ferro, estradas e pontes, taxaria de imperdoável desperdício o que se dispendesse com a pobre, com a misérrima arte nacional» (³). Não tiveram, portanto, efectivação todos estes notáveis projectos.

*

As cartas 5.ª e 6.ª referem-se à recolha de objectos de arte e arqueológicos, em Lisboa, Setúbal e Alcácer do Sal, destinados ao Museu da Academia.

A carta 7.ª datada de Montemor-o-Novo, vem acompanhada de uma longa lista de objectos ali escolhidos, entre os quais têm especial interesse, além da arqueta trecentista, as tábuas de *primitivos* a que Filipe Simões alude.

(¹) Gabriel Pereira, *Estudos Diversos*, Coimbra 1934, pág. 462. Colectânea organizada por João Rosa.

(²) *Escritos Diversos*, pág. 208.

(³) *Ob. cit.*, pág. 206.

Mas não é nossa intenção fazer história ou crítica dos sucessos de que as cartas de A. Filipe Simões são eco. Apenas trazer ao conhecimento dos estudiosos estes documentos, de incontestável interesse para a história da Arte no século passado, e que há muitos anos já nos vieram às mãos, com grande parte do espólio de 1.º Marquês de Sousa Holstein.

CARTAS

1.ª

Exm.º am.º e Sñr.

Devo certamente à benevola amizade de V. Ex.ª a honra de ter sido nomeado para a comissão da reforma do ensino das bellas artes, por ter proposto para esse fim o meu nome.

Agradeço a V. Ex.ª tão honrosa distincção. O meu maior desejo seria ir, quando chegasse a occasião opportuna, tomar parte nos trabalhos da comissão; não somente pelo pequeno serviço que poderia prestar para tão importante reforma, porem tambem para continuar em Lisboa com melhores subsidios do que tenho em Coimbra uma obra em que trabalho há algum tempo acerca da Arte na Peninsula. A primeira parte comprehende os monumentos prehistoricos, e é a introducção d'esta parte que actualmente sahe nas *Artes e Letras* com o titulo «Estudos prehistoricos em Hespanha e Portugal».

Mas infelizmente não me será possivel realizar os meus desejos, porque tendo uma família numerosa e apenas 500\$000 reis de ordenado, permanecerei fatalmente preso à cidade de Coimbra. Por tanto, permitta-me V. Ex.ª que renuncie o logar de membro da commissão, logo que receber convocação que de certo me será dirigida.

Fallei ante-hontem com o Reitor da Universidade que me affirmou que nem ao menos me seria concedida a gratificação que os substitutos percebemos quando regemos alguma cadeira por mais de tres mezes, e que, ainda assim, seria insufficiente.

Entendi dever dar a V. Ex.^a estas explicações, para que não parecesse desagradecido ou sem vontade de trabalhar em cousa tanto do meu gosto.

De pouco ou nada servirei a V. Ex.^a à comissão aqui em Coimbra. Entretanto, apesar de ter de exonerar-me, de muito boa vontade me occuparei de qualquer trabalho compatível com a minha separação dos outros membros da comissão.

Sou com grande consideração

De V. Ex.^a

Coimbra 19
de novembro
de 1875.

am.^o collega e cr.^o obgdm.^o
Augusto Filippe Simões

*

2.^a

Exm.^o Sñr.

Meu prezadissimo amigo

Estou de partida e só muito à pressa posso escrever a V. Ex.^a. Remetto inclusa uma nota dos dias em que estive ausente de Coimbra. Peço a V. Ex.^a o favor de fazer auctorisar a despesa respectiva, para eu receber logo depois do meu regresso que será na próxima segunda feira.

Sou com muita consideração

De V. Ex.^a

Lisboa 30
de novbr.^o de 75

am.^o grato e collega obgdm.^o
Augusto Filippe Simões

*

3.^a

Exm.^o Sñr.

Meu prezadissimo amigo.

Quando o creado de V. Ex.^a chegou ao Hotel Pelicano com a sua carta, aprestava-me eu para sahir. Os hospedes jantavam, e eu não poderia obter papel e tinta ainda que o pedisse. O livro de V. Ex.^a tinha já ido n'um bahu meu para o Poço do Barratem, n.^o 4 — 2.^o, hospedaria particular para onde tenciono mudar-me quando regressar a Lisboa. Assim, nem podia mandar o livro a V. Ex.^a nem escrever-lhe, como devia. Eis aqui as explicações do meu procedimento, que V. Ex.^a desculpará. Quando regressar a Lisboa, talvez no dia 2 ou 3 do próximo janeiro, restituirei logo o dictionario.

Chegando hoje a Coimbra encontrei o *seguinte* ⁽⁴⁾ opusculo de Gabriel Pereira, que V. Ex.^a receberá com esta carta. Dir-me-há depois de o ler se fui exagerado nas minhas informações. São poucas paginas, mas conteem o resultado de grande leitura e trabalho n'um assumpto que não tem sido estudado em Portugal. O auctor é um empregado secundario na secretaria da Misericordia de Evora, onde, por 250\$000 reis annuaes, perde no trabalho amanuense o tempo que muito melhor poderia aproveitar à sciencia, empregado de outro modo. Agora saiba V. Ex.^a que n'esse mesmo insignificante emprego o colloquei eu contra a opinião da maior parte da gente em Evora, que o reputava maniaco por andar pelos campos a pé em busca das antas e outras antigualhas.

No dia em que sahi de Lisboa, estive com o Torres Pereira que me disse querer fazer um presepe no ante côro da Madre de Deus e ao mesmo tempo um *museusinho* que rendesse ao asylo as esportulas dos visitantes.

(4) Palavra riscada.

Disse-lhe que seria muito bem feito, mas que, tractando-se de fundar um museu nacional, os esforços d'elle Torres Pereira e de todas as pessoas que estivessem nas circumstancias de coadjuvar tão importante empresa, deveriam convergir para esse fim, ao que não objectou nada.

Sou com muita consideração

De V. Ex.^a

Coimbra —
Qt.^a da Rainha
24 de dezembro
de 75

am.^o e collega obgdm.^o

A. Filippe Simões

*

4.^a

Exm.^o Sñr.

Meu prezado amigo.

Prometti a V. Ex.^a estar em Lisboa no dia 3 de Janeiro, e não poderei cumprir a promessa. Um motivo imprevisto e urgente obriga-me a demorar-me mais dois dias, de sorte que somente no dia 5 ou 6 de Janeiro chegarei a Lisboa.

Entretanto peço a V. Ex.^a que não adie a sessão convocada para o dia 3, porque poderá discutir-se o projecto de reforma de ensino.

No Ministerio das Obras Publicas está o ensino industrial e o ensino agricola. São instrucção especial, como o ensino das bellas-artes. Parece-me que seria bom assemelhar na parte em que fosse possível a organização do ensino das bellas-artes à d'aquelles dois ensinos especiaes também. No ensino agricola e no ensino industrial dispense-se à larga: mais de cincoenta contos com o primeiro e mais de trinta contos com o segundo. No ensino artistico não se tirarão resultados sem os meios. Assim, a quantia de um conto para as despezas do expediente e das escolas é insufficientissima. Os ordenados dos professores deverão ser de 700\$000 reis, como nos institutos agricola e industrial, etc.

Não se ponham as bellas-artes abaixo das artes de industria.

Na parte respectiva aos museus parece-me dever propor-se a fundação de escolas provinciaes e municipaes com pequenos museus annexos. O que se determinar para estes museus deverá entrar na parte do ensino e não do museu central. Mas de certo na primeira sessão não chegarão a discutir este ponto que eu peço fique adiado para quando estiver presente a fim de ligar a organização das escolas com a dos museus provinciaes e municipaes.

O plano que eu tenho para isto parece-me muito simples e muito racional e é fundado na divisão que V. Ex.^a propoz dos museus nas suas *Observações*. Se por um acaso possivel não houver sessão no dia 3, seria convenientissimo que nos reunissemos primeiramente V. Ex.^a e o Sñr. Fonseca e eu para combinarmos na parte do ensino concernente aos museus provinciaes e municipaes.

A respeito de Lorrvão fallaremos em Lisboa. Agora não é tempo de andar por aquellas serras.

Sou com a maior consideração

De V. Ex.^a

am.^o e collega obgd.^o

Augusto Filippe Simões

Coimbra 1 de

Janeiro de 1876

*

5.^a

Exm.^o am.^o e Sñr.

Tambem hoje não encontrei o Freitas Branco na Repartição. Amanhã terei de ir com o gravador Alberto ao Museu da Polytechnica e por isso não poderei ir à Secretaria. Voltarei lá na 5.^a feira em que será mais provavel encontrar o Freitas Branco, por não haver sessão da camara. Por aquelle mesmo motivo interrompêr-se-ha àmanhã o arrancamento do azulejo, para continuar na 5.^a feira. Hoje deverão ficar arrancados todos os da sala de fora.

Se o Martins apparecer na 5.^a feira começarão a transportar-se os caixões com os azulejos soltos para se collocarem definitivamente e na argamassa própria na Academia. Custarão assim menos a transportar por irem mais leves.

8.3.76

De V. Ex.^a
am.^o e cr.^o obgd.^o

A. Filippe Simões

P. S. Rogo a V. Ex.^a o favor de se não esquecer de fallar ao Sampaio.

*

6.^a

Exm.^o am.^o e Sñr.

Senti muito que V. Ex.^a tivesse já sahido quando depois o procurei. Encontrei na Praça da Alegria o Gentil, ex proprietario dos objectos romanos, que me disse restar ainda uma caixa de chumbo com ossos, espadas de ferro e outros objectos que julgou de maior importância, e que entregaria à ordem de V. Ex.^a

Parece-me opportuno ir de Setubal a Alcacer buscar estes objectos e colher informações acerca das condições em que foram encontrados para completar a descripção que fiz na Academia. Se V. Ex.^a o julgar conveniente mandar-me-ha uma carta, dirigida ao Gentil, para Setubal, aonde tenciono chegar na 2.^a feira.

Disse-me também o Gentil que, fazendo-se alguma excavação, conviria ser nesta epoca, porque depois, mais tarde, o calor e secura do terreno obstem a semelhantes trabalhos.

Lisboa 10 de
março de 1876

De V. Ex.^a
am.^o venr.^{dor} e cr.^o obgd.^o

A. Filippe Simões

*

7.^a

Exm.^o am.^o e Sñr.

Não tenho querido escrever a V. Ex.^a antes de concluir a minha missão em Montemor, a fim de poder dar-lhe melhor informação. O resultado não foi muito bom, porem tambem não foi tão mau como se esperava. Deixei apartados 14 objectos de prata e o mais que V. Ex.^a verá das relações que irão com officio que somente de Setubal poderei dirigir-lhe. De sedas, damascos e brocados há grande variedade. Creio que se fará boa aquisição para a secção dos tecidos. É lamentavel que alguns estejam muito estragados. Somente hoje à tarde terminaram os meus trabalhos. Amanhã partirei para Setubal. Recebi hontem à noite o officio de V. Ex.^a para o administrador, a quem não o entreguei, por não ser necessario. Auxiliou-me sempre de muito boa vontade. Todas as pessoas com quem tractei se esforçaram para me facilitar o desempenho da minha commissão, e principalmente o José Fiuza, presidente da camara e provedor da Misericordia, e o meu antigo condiscipulo e collega Simão da Cunha de Eça, que me obrigou a hospedar-me em sua casa. Na Misericordia há uma arqueta pequena de prata dourada feita em 1315 com inscripções respectivas àquelles que a mandaram fazer. O Fiuza prometeu-me empenhar-se com os collegas para a trocarem por algum quadro que lhe possa dar a Academia. Se a troca se realisar, será uma aquisição valiosissima. Duvido, porem, disto, porque apesar de não ligarem até hoje à arqueta importancia alguma, hão de imaginar de hoje em diante que teem ali um grande thesouro.

Sou com muita consideração

De V. Ex.^a

am.^o e cr.^o obrgdm.^o

A. Filippe Simões

Montemor o Novo
13 de março de 1876

P. S. A camara vae pedir o edificio e espolio do convento para um asylo. É pedido justissimo que V. Ex.^a decerto favorecerá. Mas os objectos apartados não servirão de nada ao asylo e aproveitarão ao Museu. Por tanto, se V. Ex.^a o entender conveniente promoverá com a maior brevidade possivel a vinda de algum empregado para acompanhar os objectos, exigindo-os pela relação que enviarei de Setubal.

Objectos de prata e de prata dourada

- 1 calix com tintinabulos
- 1 custodia d.^a
- 5 corôas lavradas
- 1 cofre ou urna
- 1 cruz
- 1 naveta
- 4 resplendores

Tecidos

- Um pavilhão de sacrario
- Uma armação de docel (4 peças)
- Sete retalhos do mesmo brocado do docel
- 18 frontaes de varios tecidos e dimensões
- 1 pedaço de algodão antigo vermelho e branco
- 1 pedaço de carneira estampada
- 9 costaneiras ou cortinas de varios tecidos e cores
- 1 pano de pulpito de seda
- 4 sanefas de seda de varias cores
- 1 veu de lhama
- 2 panos de estantes
- 1 veu de seda de matiz
- 1 capa de asperges de seda amarella e encarnada.

Objectos varios

- 1 taboleiro de madeira lavrado em estylo arabe
- 1 caixa de madeira com esculpturas indias e chinezas
- 1 mesa de pau santo pequena
- 1 contador d.º d.º
- 4 cadeiras de couro estragadas
- 2 taças de barro azul e branco
- 1 bacia d.^a d.^a
- 4 pratos
- 1 bilha de barro de Estremoz
- 1 frasco de barro azul e branco
- 2 frascos de vidro
- 5 ou mais garrafas pretas
- 2 bilhas de cobre
- Restos de um quadro em madeira do seculo XV ou XVI
- 1 triptyco com o Pentecostes em madeira
- 1 d.º d.º com S. Domingos
- 1 quadro de madeira
- 1 d.º d.º com o descendimento pintado a fresco
- 1 d.º de S. João em tela
- Estante de côro de pau preto.

MAPA DA CALÉCIA ROMANA

pelo

sócio efectivo

José Pina Manique e Albuquerque

MAPA DA CALÉCIA ROMANA

EM matéria de geografia histórica há um problema que por enquanto não foi equacionado nem resolvido; refiro-me à cartografia da época romana respeitante à nossa península. Perante a Inglaterra, França e Itália, julgo que estamos em posição subalterna; e no entanto compete-nos alcançar uma posição de vanguarda, para se vir a elaborar, mais tarde, com a colaboração de todos os países interessados, o *MAPA DO IMPÉRIO ROMANO*. Neste propósito, a colaboração luso-espanhola aplicar-se-ia em preparar os dois mapas parcelares da CALÉCIA e da LUSITÂNIA: províncias romanas em que Portugal e Espanha tiveram partilha.

Seja a CALÉCIA, primeiro, o nosso campo de estudo, versando não só a toponímia propriamente romana, como também a dos períodos anteriores que se perpetuou até agora. O nosso modesto contributo, que oferecemos a esse tema aliciante, diz respeito à CALÉCIA Romana em tempo da sua maior extensão provincial, no século V, acrescentando-lhe ainda os territórios barduliense e autrigónio, que, em épocas anteriores, também à Cantábria pertenceram.

O campo da nossa investigação tem como limite, desde os Pirenéus ocidentais, a via romana proveniente da Gália, que se dirigia ao porto de VAREA sobre o rio Ebro; desta baliza passamos às nascentes do Douro, de modo a englobar todo o território entre este rio, o Oceano e o Mar Cantábrico.

Em toda esta área de estudo procurámos decifrar a localização dos aglomerados populacionais hispano-romanos conhecidos dos autores clássicos, acidentes da costa e cursos de água, e as mansões do Itinerário de Antonino. É isto, precisamente, o que a minuta cartográfica, anexa a esta comuni-

cação, representa. Oferecêmo-la à apreciação das pessoas competentes, e desde já agradecemos aos Mestres que nos possam oferecer soluções melhores.

Ao mapa que tencionamos realizar, na escala de 1/500.000, servirão de matriz cartográfica as folhas 70 e 71, 83 e 84 do Mapa da Europa editado pelo «Touring Club Italiano», onde a representação do relevo orográfico é um elemento historicamente valioso. Vejamos agora o conteúdo do futuro mapa, onde quatro ordens de elementos convém destacar, a saber:

- 1) Cidades hispano-romanas.
- 2) Agrupamentos gentílicos e tribais.
- 3) Toponímia celta e precelta.
- 4) Toponímia romana.

CIDADES HISPANO-ROMANAS

Nesta 1.^a rubrica está o conteúdo principal do mapa, que nos Atlas de Geografia histórica é imprescindível. No fim desta comunicação apresentamos as soluções que julgamos preferíveis para os 200 centros urbanos a que os autores clássicos se referiram, e são pré-romanos quase todos, localizando-se nos conventos jurídicos aucense, asturicense, lucense e bracarense. Representam citações de Justino (J), Tolomé (T), Plínio (P), Estrebão (E), Valério Máximo (VM), Antonino (A), Pompónio Mela (M), Idácio (I) e do Anónimo de Ravena (R), ou têm documentação epigráfica (e).

Ao nosso catálogo de reduções, oferecido agora, deverá seguir-se a justificação detalhada de cada caso apresentado, e para isso organizámos um ficheiro, que gradualmente se vai completando.

AGRUPAMENTOS GENTÍLICOS E TRIBAIS

Na época da conquista romana havia circunscrições tribais, que, em função das cidades inclusas, aproximadamente se podiam demarcar. Não temos porém de as considerar, salvo em visão retrospectiva, porque os limites administrativos romanos — provinciais e jurídicos — vieram-se-lhes sobrepor.



Mapa da Galécia Romana
 por J. de Pina Manique e Albuquerque

Contudo, na época de que estamos tratando, começo do século V, a romanização dificilmente penetrara nas zonas montanhosas galaico-asturianas, onde o regime tribal, quiçá mitigado, persistia ainda; e tanto que lá se manteve durante o domínio germânico.

Uma das mais interessantes revelações que o Mapa da CALÉCIA pode dar é precisamente a de marcar o contraste entre as áreas de carácter autóctone e as de forte romanização, consoante o acesso mais ou menos fácil do território. Por isso a respectiva marcação diferencial deve ser feita sobre a Carta Hipsométrica, para se poder melhor avaliar a importância do condicionalismo geográfico nessa matéria. Visto pois que a romanização do território não se completara ainda, mantêm seu interesse os topónimos gentílicos, mais ou menos dispersos pelo território; sinais de presença retrospectiva, eles marcam a rota das migrações de tantos povos que vieram da Germânia, da Bélgica, da Céltica, da Narbonense, da Ligúria e da Aquitânia, fixar-se pelo Norte e Noroeste da Península Ibérica, sendo porém difícil indagar-lhes a cronologia.

TOPÓNIMOS CELTAS E PRÉ-CELTAS

São estes que permitirão talvez resolver mais tarde esse interessante problema. O exame deve fazer-se tanto ao radical específico, às vezes de significado gentílico ou tribal, como à terminação genérica, às vezes característica de certos agrupamentos étnicos, embora por enquanto haja controvérsia a tal respeito. A solução deste difícil problema cronológico dos topónimos específicos pré-romanos exige o concurso do filólogo e do arqueólogo, do numismata e do epigrafista. Desse prestimoso auxílio não pode prescindir o historiador, no quadro nevoento das migrações célticas. É um tema aliciante, que ainda não foi metódicamente estudado na nossa Península. Pelo contrário, os topónimos maiores têm merecido o exame dos investigadores, sobretudo em Espanha, onde sobressaiem os valiosíssimos estudos de Hübner e de Schulten, publicados na Enciclopédia Wissowa; e bem assim as identificações feitas por Gimpera & Bleye, na monumental *História de España* de Menéndez Pidal, sem menosprezo de outros vários autores que nos deram alguns contributos valiosos. Nesta 3.^a rubrica incluímos também a toponímia dolménica e castreja, de ordem puramente genérica e portanto menos valiosa.

TOPONÍMIA ROMANA

É essencialmente constituída por desinências de vilas fundiárias, expressas em antropónimos ou em qualificativos. Estão postas geralmente em nominativo, com emprego frequente de certos sufixos, v. g. — *ana*, e — *aria*; e assim se contrapõem aos nomes em genitivo, que parecem alusivos a presores da Reconquista, nas áreas colonizadas, sobretudo, por Afonso III de Oviedo, no séc. IX. Da época romana também fazem parte os topónimos genéricos Paço e Vigo. O 1.º designou o núcleo das vilas: a vivenda do *dominus* (*palatium*); o 2.º parece ter representado pequenos centros mercantis: *vicus*, sinónimo de *forum*, instalado à beira das vias romanas. A esta mesma rubrica também pertencem os topónimos viários Rua, Calçada, Corredoura, Carreira, Milário, a completarem as preciosas informações do Itinerário de Antonino; o traçado das vias romanas é assim facilitado no percurso entre duas estações (*mansiones*), quando haja topónimos viários intermédios.

Revelações interessantes a toponímia nos presta no conteúdo deste Mapa que nos propomos fazer; e nesse teor um exemplo apenas se vai dar: *PORTUS VICTORIAE JULIOBRICENSIVM*, que identificamos a Santoña, acompanhando *Flórez*, e divergindo, nesta parte, de Schulten e de Gimpera. A localização em Santoña julgámo-la muito provável, pela significativa nomenclatura romana dos arredores, o que não sucede em Suances nem Santander; podemos citar Monte Hano (*Fanum*), Dueso (*Drusus*), Cícero, Aras, Ampuero (*Emporium*), topónimos latinos que aí se congregam.

PORTUS VICTORIAE soa, pela primeira vez, só após a Guerra da Cantábria; nome imposto, sem dúvida, pelos vencedores, e alusivo talvez à intervenção decisiva da frota romana, que veio da Aquitânia com tropas e provisões, a pôr os Cântabros entre dois fogos. É de notar a circunstância da posição estratégica de Santoña, com a eminência castreja que a domina, e uma vez na posse romana garantia o acesso livre por esse posto de mar. O facto porém de nesse topónimo se aludir aos Juliobricenses, equivale a associá-los à vitória de Octávio e consequente submissão da Cantábria. Os Juliobricenses, cuja capital *Juliobriga* está identificada com Reinoso, deviam habitar o território desde as nascentes do Ebro (*Fontes Hiberi*) até ao mar, incluindo Santoña, cujo nome de crisma, *Portus Victoriae*, também a eles alude. Convém notar que o binómio *Juliobriga*, romano-celta, sugere tratar-se duma tribo advena, chegada talvez à Península com os Eburones da

Rioja, de que nos fala Estrabão. Também por sua vez convém notar que o topónimo romano PORTUS VICTORIAE pouco sobreviveu à queda do Império; e tudo leva a crer que a designação ora vigente, pelo sabor arcaico (Santoña = SANTONIA) fosse a anterior, e deverá relacionar-se com os SANTONES da Aquitânia, citados por Júlio César a propósito da Guerra das Gálias, que habitavam próximo do estuário do Garona, onde o topónimo Saintonge também a eles alude. Convém saber que uma das tribos vizinhas do Garona, os BLENDII, vêmo-la também representada no mesmo litoral hispânico, em PORTUS BLENDII, de que Plínio nos fala, e deve corresponder a Santander. Com efeito, as últimas reminiscências do nome hispano-romano, transparecem no qualificativo *Partuense* que primeiro teve a Diocese neogótica de Santander; e bem assim à desinência *Puerto* de San Emetério da mesma cidade, no séc. XI. E agora duas conclusões talvez possamos tirar, disto que acabamos de dizer:

1) Que as duas tribos aquitanas convizinhas — BLENDII e SANTONES — associadas vieram à Península, deixando na toponímia sua marca indelével.

2) Que os SANTONES gálicos e seus contribulos hispânicos deveriam ter tido um papel destacado na submissão da Cantábria como aliados de Roma, recebendo em consequência o título honorífico de *Juliobricenses*, em substituição do que já tinham e a toponímia nos revelou.

REDUÇÕES TOPONÍMICAS

- | | |
|--|--|
| <p>1) ABOBRIGA (P): Grove (Cambados) Pontevedra</p> <p>2) ACONTHIA (E): Tordesillas (Valladolid)</p> <p>3) ADOBRIGA (M): Obre (Betanzos) Coruña</p> <p>4) ALANTONE (A): Atondo (Pamplona) Navarra</p> <p>5) ALBA (T): Vitória (Alava)</p> <p>6) ALIGANTIA (S): Allence (Právia) Oviedo</p> <p>7) AMAIA (S): Amaya (Villadiego) Burgos</p> <p>8) AMALLOBRIGA (A): Almaraz (Mota del Marqués) Valladolid</p> <p>9) AMANUM PORTUS (P): Abando (Bilbao) Vizcaya</p> <p>10) AMBISNA (T): Villambistia (Belorado) Burgos</p> <p>11) AMPHILOCHIA (E): Anfeoz (Celanova) Orense</p> <p>12) ANEGIA CIVITAS: Eja (Pena-fiel) Porto</p> <p>13) ANTECUIA (T): Pancorvo (Miranda) Burgos</p> <p>14) ANTRACA (T): Torquemada (Palencia)</p> <p>15) AQUAE CALIDAE (P): Caldas de Reyes (Pontevedra)</p> | <p>16) AQUAS FLAVIAS (I): Chaves (Vila Real)</p> <p>17) AQUAE LAEAE (T): Layas (Ribadavia) Orense</p> <p>18) AQUIS ORIGINIS (A): Baños de Bande (Orense)</p> <p>19) AQUAE QUARQUERNIS (A): Celanova (Orense)</p> <p>20) AQUAE QUINTIAE (T): Quinta (Becerreá) Lugo</p> <p>21) ARACELI (A): Alsasua (Pamplona) Navarra</p> <p>22) ARACILLUM (S): Aradillos (Reinosa) Santander</p> <p>23) ARADUCTA (T): Arouca (Amarante) Porto</p> <p>24) ARAE AUGUSTI (R): Cabo Torres (Gijón) Oviedo</p> <p>25) ARAE SESTII (M): Soesto (Carballo) Coruña</p> <p>26) ARAE SESTII PROMONTORIUM (T): Punta de Lage (Carballo) Oviedo</p> <p>27) ARBUCALA (A): Toro (Zamora)</p> <p>28) ARGENOMESCUM (T): Arguebans (Potes) Santander</p> <p>29) ARGENTIOLA (T): Andiñuela (Astorga) León</p> |
|--|--|

- | | |
|---|---|
| 30) ARTABRORUM PORTUS (T):
Cocurbión (Coruña) | 48) BREVIS (A): Orois (Arzua)
Coruña |
| 31) ARTABRORUM PROMONTO-
RIUM (P): Finisterre (Coru-
ña) | 49) BRIGANTIA: Bragança |
| 32) ASSECONIA (A): Arzua (Co-
ruña) | 50) BRIGANTIUM (E): Coruña |
| 33) ASTURA FLV. (F): río Esla
(Zamora-León) | 51) BRIGECIUM (I) = 42) |
| 34) ASTURICA AUGUSTA (T):
Astorga (León) | 52) BURBIDA (A): Borbén (Redon-
dela) Pontevedra |
| 35) ATILIANA (A): Arenzana (Ná-
jera) Logroño | 53) BURUM (T): Puebla de Burón
(Fonsagrada) Lugo |
| 36) AUCA (P): Santa Maria de Oca
(Villafranca) Burgos | 54) BURVESCA (T): Briviesca
(Burgos). |
| 37) AVARUM PR. (T): Aver-o-Mar
(Esposende) Braga | 55) CALABRIGA (e): Rua de Val-
deorras (Orense) |
| 38) AVIA FLAVIA (A): Abia de las
Torres (Carrión) Paléncia | 56) CALADUNUM (T): Gralhas
(Montalegre) Vila Real |
| 39) AVUS FLV. (M): río Ave (Bra-
ga-Porto) | 57) CALYBE FLUVIUS (J): río
Cabe (Sil < Miño) Lugo |
| 40) BAEDUNIA (T): Valduerna
(La Bañeza) León | 58) CAMALA (A): Villamol (Saha-
gun) León |
| 41) BARBARIANA (A): Barberana
(Logroño) | 59) CAMBETUM (T): Cambeo
(Orense) |
| 42) BARGIACIS (T): Benavente
(Zamora) | 60) CARANICO (A): Graña de Becín
(Villalba) Lugo |
| 43) BELEIA (A): Varea (Logroño) | 61) CARONIUM (T): Carroño (Pol)
Lugo |
| 44) BERGIDUM FLAVIUM (T): Ca-
cabelos (Vilafranca de Bierzo)
León | 62) CELADIUS FLUVIUS (M): río
Cávado (Braga - Vila Real) |
| 45) BILBILI FLUVIUS (J): río
Bibey (Sil < Miño) Orense | 63) CELIOBRIGA (T): Celho (Gui-
marães) Braga |
| 46) BRACARA AUGUSTA (T):
Braga | 64) CINNINIA URBS (V. M.): Ci-
tânia de Briteiros (Guimarães)
Braga |
| 47) BRAVUM (T): Rabé de las Cal-
zadas (Burgos) | 65) CIVITAS BANIENSIIUM (e):
Santa Cruz da Vilariza (Mon-
corvo) Bragança |

- 66) CLAUDIOMERIUM (T): Muros (Coruña)
- 67) CLUNIA COLONIA (T): Coruña del Conde (Aranda) Burgos
- 68) COMPLEUTICA (T): Lubian (Puebla de Senabria) Zamora
- 69) CONCANA (T): Cangas de Onís (Oviedo)
- 70) CORUNDA (e): Colunga (Villaviciosa) Oviedo
- 71) COUGIUM (T): Gozón (Carrion) Palencia
- 72) DACTONIUM (T): Ferreira de Pantón (Monforte) Lugo
- 73) DEOBRICULA (T): Cayuela (Burgos)
- 74) DEOBRIGA (T): Robres (Briónes) Logroño
- 75) DESOBRIGA (A): Osorno (Carrión) Palencia
- 76) DEVA FLUVIUS (T): rio Deva (Guipuzcoa)
- 77) DUOS PONTES (A): Pontevedra
- 78) DURIOUS FLUVIUS (T): rio Douro
- 79) EASONA (M): Lezo (San Sebastián) Guipuzcoa
- 80) EBORA (M): Obre (Noya) Coruña
- 81) ELDANA (T): Saldaña (Palencia)
- 82) FLAVIA LAMBRIS (T): Lambre (Ambroa) Coruña
- 83) FLAVIOBRIGA COLONIA (P): Oleabaga (Bilbao)
- 84) FLAVIONAVIA (P): Navia (Luarca) Oviedo
- 85) FLORIUS FLUVIUS (P): rio Ezaro (Coruña)
- 86) FONTES HIBERI (P): Fontibre (Reinosa) Santander
- 87) FONTES TAMARICI (P): San Juan de las Fuentes Divinas (Velilla) Palencia
- 88) FORUM BIBALORUM (T): Bemibre (Viana) Orense
- 89) FORUM EGURRORUM (T): Rua de Valdeorras (Orense)
- 90) FORUM LIMICORUM (e): Sarreaus (Ginzo) Orense
- 91) FORUM NARBASORUM (T): Narabal (Tineo) Oviedo.
- 92) GEBALA (T): Elgoibar (Vergara) Guipuzcoa
- 93) GABALECA (T): Goiballea (Astearu) Guipuzcoa
- 94) GELLA (T): Cea (Sahagun) León
- 95) GEMINAS (A): Las Caldas (Orense)
- 96) GENESTARIO (A): Puente de Domingos Flórez (Villafranca de Bierzo) León
- 97) GIGIA (T): Gijón (Oviedo)
- 98) GRANDIMIRO (A): Grandoiro (Pontevedra)
- 99) INTERAMNIUM ASTURUM (A): Villaroañe (León)
- 100) INTERAMNIUM FLAVIUM (A): Otero (Ponferrada) León
- 101) INTERCATIA ORNIACORUM (T): Intriago (Cangas de Onís) Oviedo

- 102) INTERCATIA VACCEORUM: Urones (Villalon) Valladolid
- 103) IRIA FLAVIA (P): Iria (Padrón) Coruña
- 104) ITURISSA (M): Ituriotz (San Sebastián) Guipuzcoa
- 105) IVIA FLUVIUS (M): rio Juvia Coruña
- 106) JULIOBRIGA (T): Reinosa (Santander)
- 107) LABERRIS (T): Lavares (Oviedo)
- 38) LACOBRIGA = AVIA FLAVIA
- 17) LAIS (I) = AQUAE LAEAE
- 82) LAMBRIACA (M) = FLAVIA LAMBRIS
- 108) LANCIA (A): Mansilla Mayor (León)
- 109) LAPATIA CORUM (T): Estaca de Bares (Ortigueira) Coruña
- 110) LEGIO IV (e): Henestrosa (Reinosa) Santander
- 111) LEGIO VII (T): León
- 112) LEGIO X (e): Ciudadeja (Benavente) León
- 113) LEROS FLUVIUS (M): rio Lerez (Pontevedra)
- 114) LIBIA (A): Leiba (San Domingos de la Calzada) Logroño
- 115) LIBUNCA (M): Anca (Ferrol) Coruña
- 116) LIMIA FLUVIUS (P): rio Lima (Orense - Viana do Castelo)
- 117) LUCOCADIA (e): Lugás (Villaviciosa) Oviedo
- 118) LUCUS AUGUSTI (T): Lugo
- 119) LUCUS ASTURUM (T): Lugo (Oviedo)
- 120) LUGISONIS (R): Lugones (Pola de Siero) (Oviedo)
- 121) MAGRADA (M): Madariaga (Tolosa) Guipuzcoa
- 58) MALIACA (T) = CAMALA
- 122) MARTIAE (A): Marzán (Lugo)
- 123) MEARUS FLUVIUS (M): rio Mero (Coruña)
- 124) MEDULLIUM MONS (O): Las Medulas (Ponferrada) León
- 125) MELSUS FLUVIUS (E): rio Nalón (Oviedo)
- 126) MEMORIANA (R.): Memorana (Pola de Lena) Oviedo
- 127) MENLASCO FLUVIUS (T): rio Oyarzun (Navarra-Guipuzcoa)
- 128) MENOSCA (P): Mundaca (Guénica) Bilbao
- 129) MEORIGA (T): Mayorga de Campos (Villalón) Valladolid
- 130) MERUA (T): Merca (Celanova) Orense
- 123) METARUS FLUVIUS (T) = MEARUS
- 131) MINIUS FLUVIUS (J): rio Miño (Lugo - Orense - Pontevedra - Viana do Castelo)
- 132) MORECA (T): Orega (Haro) Logroño
- 133) MOROGI (P): Orío (San Sebastián) Guipuzcoa
- 134) NAVIA FLUVIUS (P): rio Návía (Oviedo)

- 135) NAMNASA FLUVIUS (M): rio Nansa (Santander)
- 136) NARDINIUM (T): Ardines (Cangas de Onís) Oviedo
- 137) NAELO FLUVIUS (T): rio Eo (Lugo - Oviedo)
- 134) NAVILUBION (T) = NAVIA FLUVIUS
- 138) NARIUS FLUVIUS (M): rio Júvia (Coruña)
- 139) NEMETOBRIGA (T): Tibres-el-Viejo (Puebla de Tibres) Orense
- 140) NERIUM PROMONTORIUM (T): Finisterre (Coruña)
- 141) NERVASII MONTES (I): Montes de Arvás (Oviedo - León)
- 142) NERVA FLUVIUS (T): rio Nervion (Alava - Vizcaya).
- 143) NEBIS FLUVIUS (T): rio Neiva (Braga - Viana do Castelo)
- 144) NILON FLUVIUS (T): rio Nalón (Oviedo)
- 145) NOEGA (M): Nieva (Avilez) Oviedo
- 146) NOELA (P): Noya (Coruña)
- 146) NOVIUM = NOELA
- 147) OCELUM (T): Ocella (Becerreá) Lugo
- 148) OCELUM DURII (T): Zamora
- 149) OCTABIOLCA (T): Mata Albaniega (Cervera) Palencia
- 150) OLARSO (P): Lezo (San Sebastián)
- 151) OLINA (T): Oirán (Mondoñedo) Lugo
- 152) ORVIO PROMONTORIUM (T): Corrubedo (Noya) Coruña
- 153) PALANTIA (A): Burgo Rañero (Sahagun) León
- 154) PALLANTIA (T): Palencia
- 155) PAELONTIUM (T): Beloncio (Infiesto) Oviedo
- 156) PANONIAS (e): Valdenogueiras (Vila Real)
- 157) PAESICI AMNENSIS (R): Pesez (Grandas de Salimes) Oviedo
- 158) PETAVONIUM (T): Ayoó de Vidriales (Benavente) Zamora
- 159) PINETUM (T): Vale de Telhas (Mirandela) Bragança
- 160) PINTIA LUCENSIS (T): Pinza (Sarriá) Lugo
- 161) PINTIA VACCEORUM (T): Mencias (Dueñas) Palencia
- 162) PONTE ABEI (R): Ables (Llana) Oviedo
- 163) PONS NAVIAE (A): Herreria (Becerreá) Lugo
- 164) PORTA AUGUSTA (T): Fuen-caliente de Puerta (Villadiego) Burgos
- 165) PORTUS BLENDIUM (P): Santander
- 166) PORTUS CALETUM (*): Portugalete (Bilbao) Vizcaya
- 167) PORTUS VICTORIAE (T): Santoña (Santander)
- 168) PRAESIDIUM (A): Castro Caldelas (Puebla de Tribes)
- 169) PRAESIDIUM (A): Vila da Ponte (Montalegre) Vila Real

- 170) PRIA (A): Brea (La Estrada) Pontevedra
- 171) PYRENAEI MONTES (E): Montes Cantábricos
- 172) REBORETUM (A): Vinhais (Bragança)
- 173) RHAUDA (T): Roa (Burgos)
- 174) SALACIAS (A): Salamonde (Vieira) Braga
- 175) SALANIANA (A): Sá (Terras de Bouro) Braga
- 176) SALIA FLUVIUS (M): rio Sella (León - Oviedo)
- 177) SALIENTIBUS (A): Baños de Molgas (Orense)
- 178) SALIONCA (T): Poza de la Sal (Briviesca) Burgos
- 179) SALTUS VASCONUM (P): Monte Jaizquibel (San Sebastián) Guipuzcoa
- 180) SARS FLUVIUS (M): rio Sar (Coruña)
- 181) SAUGA FLUVIUS (P): rio Asón (Santander)
- 7) SEGISAMA JULIA (T) = AMAIA
- 182) SEGISAMO (A): Sasamon (Burgos)
- 183) SEGISAMUNCULUM (T): Cerezo (Belorado) Burgos
- 184) SEGONTIA (T): Ciguenza (Villarcayo) Burgos
- 185) SEGONTIA PARAMICA (T): Sahagun (León)
- 186) SEPTIMANCA (A): Simancas (Valladolid)
- 182) SETISACUM (T) = SEGISAMO
- 187) SISÁRACA (T): Herrera del Pisuerga (Palencia)
- 188) SUESSATIO (A): Elciego (Laguardia) Alva
- 189) SUESTASIUM (T): Asteasu (Tolosa) Guipuzcoa
- 190) STORTIALACTA (T): Aylagas (Burgo de Osma) Sória
- 191) TAMARIA (P): Tremaya (Cervera) Palencia
- 192) TAMARIS FLUVIUS (M): rio Tambre (Coruña)
- 193) TAMEOBRIGA (e): Marco de Canaveses (Porto)
- 194) TELLA (A): Autilla de Campos (Frechilla) Palencia
- 195) THABUCA (T): Ataun (Tolosa) Guipuzcoa
- 196) TIMALINO (T): Villartelin (Becerreá) Lugo
- 197) TRIFINIUM (e): Treviño (Burgos)
- 198) TRIGUNDUM (A): Grijoa (Santiago de Compostela) Coruña
- 199) TRILEUCO PROMONTORIUM (T): Cabo Ortegá (Coruña)
- 200) TRITIUM METALLUM (T): Tricio (Nájera) Logroño
- 201) TRITIUM TUBOLICUM (T): Motrico (Tolosa) Guipuzcoa
- 202) TRITIUM (A): Monasterio de Rodilla (Burgos)
- 203) TUDE (T): Tui (Pontevedra)
- 204) TULLONIO (T): Tuloño (Haro) Logroño

- 205) TULLICA (T): Tolosa (Guipuzcoa)
- 193) TUNTOBRIGA = TAMEOBRIGA
- 206) TUROQUA (A): Tourón (Puente Caldeñas) Pontevedra
- 207) TURRIS AUGUSTI (e): Padrón (Santiago de Compostela) Coruña
- 208) TURUPTIANA (E): Trousa (Fonsagrada) Lugo
- 209) URBICO FLUVIUS (I): río Orbigo (Esla + Douro) León
- 210) UTARIS (A): Torés (Becerreá) Lugo
- 211) UXAMABARCA (T): Osma de Añana (Vitória) Alava
- 212) UXAMA ARGEOE (T): Burgo de Osma (Sória)
- 213) VADINIA (T): Viduerna (Cervera) Palencia
- 214) VALLATA (A): Villavante (Astorga) León
- 215) VALLABRIA (*): Villamayor de Brea (Mondoñedo) Lugo
- 43) VARIA (P): Varea (Logroño)
- 216) VELIA (T): Vera de Bidassoa (Pamplona) Navarra
- 217) VELLICA (E): Hélecha (Cervera) Palencia
- 218) VELUCA (T): Blacos (Calatañazor) Sória
- 219) VENDELIA (T): Ayuelas (Miranda do Ebro) Burgos
- 220) VENIATIA (A): La Bañeza León
- 221) VERASUECA (P): Barquera (Torrelavega) Santander
- 222) VESPERIES (P): Vispieres (Santillana) Santander
- 223) VIR FLUVIUS (M): río Ulla (Coruña)
- 224) VICO AQUARUM (A): Ricobayo (Zamora)
- 225) VICO SPACORUM (A): Vigo (Pontevedra)
- 226) VIMINACIUM (A): Carrión (Palencia)
- 227) VISONTIUM (T): Vinuesa (Sória)
- 228) VOECA (T): Beche (Ribadeo) Lugo
- 229) VOLOBRIA (T): El Bollo (Vianna) Orense
- 230) ZELA FLUVIUS: río Cea (Esla Douro) León - Zamora

A NATURALIDADE DE D. NUNO
ÁLVARES PEREIRA

pele

sócio efectivo

Gastão de Melo de Matos

A NATURALIDADE DE D. NUNO ÁLVARES PEREIRA

TEM-SE afirmado, e até já se deu à afirmação chancela oficial, que o Santo Condestável nasceu em Cernache do Bonjardim.

Todavia, a verdade é que hoje se ignora o local do seu nascimento, e que é muitíssimo pouco provável vir ele a ser alguma vez descoberto de forma a não ficarem dúvidas. A única atitude historicamente aceitável sobre este assunto é considerá-lo problema não resolvido, e por isso, também não vimos propor uma solução, mas somente apresentar as razões que temos para assim pensar.

Começaremos pelo mais notável autor moderno que se ocupou do Condestável — Oliveira Martins — veremos as causas do seu erro, e depois procuraremos a origem da afirmação que, após ele, muitos têm repetido. Diz o ilustre escritor: «...Nun'Alvares, que nasceu em 1360, dia de S. João, como percursor tambem, no castello do Bomjardim...» e em nota acrescenta: «Lopes, *Chron*, XXXIII, diz *Bomjardim apar Santarem*. Não é ao lado de Santarem: é Sernache do Bomjardim, junto à Certan» (1).

Ora esta citação é abusiva; Fernão Lopes, nesse ou noutro ponto, não designou o local do nascimento de Nuno Álvares. Limitou-se a copiar, com alterações, um passo da *Coronica do Condestabre*. Vamos reproduzir os dois

(1) *A vida de Nun'alvares*, 5. Logo depois diz «*mosteiro do Bom Jardim*». Em Sernache houve um paço, e não um mosteiro ou um castelo, e não é natural que Iria Gouçalves habitasse numa casa da Ordem, embora vivesse perto.

trechos, para que se veja a inteira concordância deles, devendo ainda notar que essa concordância se mantém nos passos que não transcrevemos por não interessarem ao assunto:

...E este arcebp̃o dom Gonçalo pereyra: ouue huñ filho a que chamarõ dõ frey aluaro gonçallez pereyra que foy prioll do espiritall... E fez na hordẽ muytas obras e bõas cousas por acrecentamẽto della. Antre as q̃es fez o castello da ameyra que he castello forte e muy fermoso. E os paços e assentamento do boõ jardim que he obra assaz vistosa y fermosa. E fez mais frol da rosa lugar muy forte e bem obrado. E edificou em elle huña muy honrrada ygreja de sancta Maria muy deuota e em q̃ deus faz muytos millagres. E por mais honrrar o lugar de nouo hordenou nelle comẽda. E enexoulhe muytas rendas da hordem pera o comẽdador della viuer bem e hõrradamente...

...viueo longamẽte e ouue trinta e dous filhos... dom Pedraluez pereyra... que era filho de huã madre. E dõ nuno alures pereyra... filho de outra madre: a quall chamaram Eyrea gõçaluez do carualhal; a qual foy huña muy boã e muy nobre molher... E foy grãde tempo couilheyra da infante dona beatrix...

...Sendo dom Nunaluez criado a grã viço em casa de seu padre...

...E logo em outro dia o prioll... leou consigo seu filho Nunaluez e sua nora... ataa huñ lugar seu da hordem que ho pryoll fezera que chamauam boõ jardim... E em boõ jardim fol-

...Este Arçebispo dom Gomçallo Pereira ouue huñ filho a que disserom dõ frey Alvaro Gonçallves Pereira que foi Prior do Espitall... Elle fez na Hordem *depois que foi Prior* muitas boas cousas per acreçentamento della, amtre as quaaes foy o castello da Ameheira que he assaz forte e bem fremoso: e os paços e assemtamento de Boom Jardim e *par da Sartaãe*, que he boa obra e graciosa de veer; e a forte casa de Froll da Rosa, *que he acerca do Crato*, logar deffensavel e bem obrado, no quall edificou huña grande e deuota egreja em homrra de samta Maria. E po[r] seer mais honrrada hordenou della nova comenda com abastamça de beês que lhe deu, por viver homrrado o comendador della...

...viveo longamente e ouue... trinta e dous (filhos) amtre os quaaes foi huñ dõ Pedro Alvarez... e este era filho dhuña madre; e NunAlvarez que era filho doutra madre que chamavom Eyrea Gomçallvez *natural dElvas*... E esta foi mui nobre dona...

...Em outro dia partio ho Prior com seu filho e nora pera as terras da Hordem a huñ lugar que chamom Bom Jardim...

...Follgou NunAlvarez cõ sua mo-

garam Nunaluez e sua molher... despi-
dyuse de seu padre... E forãse per
antre doyro e minho...

*Coronica do condestabre de
portugal*, fls. II-Vv. (1526).

lher em casa de seu padre per alguũs
dias, desi partiusse, e foromse pera
Amte Doiro e Minho...

Fernão Lopes, *Primeira parte
da Crónica de D. João I*, 57-61
(Lisboa, 1915). A edição de 1644
diz Bom Jardim, a par de San-
tarem, o que pode ter resultado
de má leitura de um manuscrito.

Como se vê, as notícias de Fernão Lopes apenas acrescentam às da *Coronica do Condestabre* certas precisões locativas; diz que o Bonjardim é perto da Sertã (ou de Santarém, se quisermos aceitar a outra versão) que Flor da Rosa é perto de Crato, e que Iria Gonçalves (a que não dá o apelido do Carvalhal, que, aliás, tinha seu irmão) nascera em Elvas. Ora a mãe do Condestável, que morreu com perto de um século, é largamente contemporânea do cronista, pelo que a informação tem valor considerável, embora seja admissível, que ela nascesse, não na vila, mas nos arrabaldes.

Com respeito às notícias que Fernão Lopes suprimiu, a primeira é de se ter Nuno Álvares criado em casa de seu pai, que pode estar implícita no capítulo em que trata da predição de um astrólogo que nela andava. Também não repete a informação de que Iria Gonçalves foi covilheira da Infanta D. Beatriz.

Todavia, nenhum destes dois autores contemporâneos fala especialmente de estadias do Prior D. Álvaro em Sernache do Bonjardim, onde, aliás, esteve quase certamente; sem dúvida viajaria bastante dentro das terras da Ordem, e acompanharia a Corte muitas vezes, sobretudo depois de voltar definitivamente a Portugal, pouco antes da morte de D. Afonso IV.

Mas Nuno Álvares só lá foi apresentado com treze anos, pouco depois de ter nascido a Infanta D. Beatriz. Portanto, mesmo se sua mãe foi nomeada covilheira da Infanta logo a seguir ao nascimento dela, os dois factos devem ser sensivelmente contemporâneos; mas isso em nada elucida a questão da naturalidade.

Finalmente, o cronista de D. João I, ao falar do Bonjardim onde se consumou o matrimónio de Nuno Álvares, suprimiu na transcrição as palavras *que o prior fizera*; o caso pode resultar de simples omissão, ou pode significar que se trata de outro Bonjardim e não do que ficava perto da Sertã; para nós

nem uma nem outra hipóteses são inteiramente satisfatórias, por colidirem com o desejo de precisão que Fernão Lopes antes manifestou, mas parece-nos mais aceitável a segunda.

Seja como for, verificamos que nenhuma destas duas obras (únicas conhecidas que foram escritas por autores contemporâneos do Condestável) dão a mais ligeira notícia, ou simples sugestão sobre o local do seu nascimento. Como já dissemos, só por abuso de leitura se pode considerar a informação de que o Prior D. Álvaro mandou construir o paço de Bonjardim (e não castelo) como marcando aí o nascimento do seu ilustre filho; e nas mesmas condições se encontrariam então Flor da Rosa ou a Amieira.

O primeiro escritor que colocou em Cernache do Bonjardim o nascimento de Nuno Álvares foi o autor do *Agiologio Lusitano*, Jorge Cardoso, que no terceiro volume, 215 (1666) diz: «Nasceo elle em Junho do an. 1360 no lugar do Bom-jardim, junto à Villa da Certãa». Esta afirmação, trezentos anos posterior ao facto, necessitaria ser apoiada em algum elemento comprovativo; todavia, não só ele falta, mas ainda podemos ver que este passo do *Agiologio* é quase integralmente tirado da obra de Frei Simão Coelho, carmelita, perto de um século anterior, mas onde tal notícia não figura. Frei Simão não marca local para o nascimento de D. Nuno, e apenas diz que sua mãe era de Elvas, notícia provavelmente colhida em Fernão Lopes (2).

Já um escritor muito mais antigo que Jorge Cardoso, Miguel Leitão de Andrada, parece ter a opinião de que Nuno Álvares nasceu na Sertã, ou nas proximidades; através do seu pouco claro estilo, pode concluir-se que preferê para o nascimento o lugar do Carvalhal, de onde seria sua mãe (3). Não

(2) *Primeira parte do Compêndio de Chronicas da Ordem da muita bem-aventurada sempre virgem MARIA do monte do Carmo*, 79 e 86 (Lisboa, 1572).

«Dom Nunalurez pireira... foy filho de dom Frei Aluaro pireira Prior do Hospital... A mãe de dō Nunalurez se chamou Eirea gouçalvez (*sic*). do Carualhal... que foi natural Deluas...

«O Condestabre... foy filho de dom Aluaro pireira... & de Eiria Gonçalvez do caruualhal (*sic*).

(3) *Miscelanea de Sitio de N. S.ª da Lvz*, 451, (2.ª ed., Lisboa, 1867)
«E daqui sahio aquelle invicto capitão Dom Nuno Alvares Pereira, que foi hum dos trinta e dois filhos que Dom Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, aqui houve, e de outra mãe, e elle só no lugar do Carvalhal, que se chamava Iria Gonçalves do Carvalhal, termo desta villa da Certã... tão afeiçoado era a esta sua

se sabe bem qual fosse este lugar do Carvalhal a que Miguel Leitão se referia; um monografista cujas opiniões largamente teremos de discutir, o P.^o Cândido da Silva Teixeira, supôs que se tratava da freguesia de Nossa Senhora do Amparo, «a que muitas vezes se chama — o Carvalhal — mas é apenas um nome generico para designar a freguezia» (4). Esta informação parece falsa, porque nas cartas está indicada uma localidade deste nome, perto da igreja paroquial, mas o erro tem pouca importância, pois o autor no mesmo livro mudou de opinião, devido a novas informações que recolheu.

É sabido que Miguel Leitão de Andrada, nascido aproximadamente em 1553, deu cabimento na sua obra a muitas informações inaceitáveis, e por isso a sua notícia não tem grande valor. Além de tudo, o facto de se apelar talvez *do Carvalhal* a mãe do Condestável (5) não prova que ela tivesse nascido numa das localidades do termo da Sertã com este nome; quando muito, provaria origem, mas o topónimo, como bem se compreende, é vulgar em todo o País. Nem a naturalidade da mãe prova a do filho.

Todavia, não é justo depreciar as palavras da *Miscelânea*, como o faz Teixeira, porque «Leitão de Andrade ignorando a tradição de que D. Nuno nasceu em Sernache, julgou...» Veremos o que se deve pensar dessa tradição; por agora, apenas registamos uma opinião sobre a naturalidade de D. Nuno.

Francisco Rodrigues Lobo, autor contemporâneo de Miguel Leitão de Andrada (6), no seu poema *O Condestabre de Portugal*, não indica o local

patria, e natureza, que nella vinha muitas vezes estar grandes temporadas, e em Cernache do Bom Jardim... pola singular devoção que sempre teve a N. S. do Olival, ermida... junto a esta vila...»

(4) *Sernache do Bom Jardim*, 165 (Lisboa, 1906). Esta freguesia de Nossa Senhora do Amparo foi criada em 1804, com território desanexado da de Pedrógão Pequeno; ficou a servir de igreja uma ermida com aquela invocação (v. doc. em P.^o António Lourenço Farinha, *A Sertã e o seu concelho*, 190 (Lisboa, 1930). Este mesmo autor transcreve um documento, a que não indica origem, em que se prova existir em 1455, um lugar do Carvalhal (*ib.*, 132-5). Também no termo da Sertã havia um Carvalhal da M6 (José Anastácio de Figueiredo, *Nova Malta*, II, 321).

(5) Não é certo que o tivesse: além de faltar na *Crónica* de Fernão Lopes, também não figura em nenhum dos documentos de chancelaria que lhe dizem respeito.

(6) Era cerca de 25 anos mais novo e morreu 10 anos antes. *O Condestabre* foi publicado em 1610 e a *Miscelânea* em 1629.

do nascimento do herói, mas não parece ter dúvida em colocar o Bom Jardim junto do Tejo. É evidente que se inspirou de Fernão Lopes, cuja crónica corria ainda manuscrita, ou da *Coronica do Condestabre*; nesta, porém, não pode ter encontrado a indicação de *Bomjardim apar Santarem*, que provavelmente aceitou, porque dá a entender que não seria muito afastado de Vila Nova da Rainha, quando trata do casamento de Nuno Álvares.

É claramente extraído de uma daquelas fontes o passo em que refere as obras de D. Álvaro Gonçalves Pereira, parecendo indicar que o Bonjardim era no Alentejo; e, noutro ponto, coloca-o expressamente próximo do Tejo, podemos supor que a não grande distância da sua margem esquerda:

Nessa região fértil Transtagana
Fez da Ameeira a força bellicosa
E novamente a terra Lusytana
Edificou a alegre frol de rosa
Aonde à Virgem pura & soberana
Fez do seu nome a casa milagrosa.
Da ordem lhe anexou muy grossa renda
Ordenando de novo hũa comenda

Fundou os passos seus & aquelle assento
Do Bomjardim lugar ameno & ledô (7)

.....

Não se pode considerar inteiramente probatório da opinião de Rodrigues Lobo sobre a localização do Bonjardim o passo transcrito, mas é preciso ligá-lo com os que a seguir reproduzimos:

(7) Canto II, est. 41 e 42, pgs. 23-4; as estâncias não são numeradas no original; introduzimos a numeração para facilitar a busca em outras edições.

«Ia para o bom jardim parte apressado
O mensageiro alegre que leuava
DelRey para dom Alvaro o recado» (8)
.....

e seguidamente:

«Chegou ao Bom jardim a bella esposa (9)
.....

Depois de cea
Foy Lianor entregue a seu marido (10)

Aquella noite as candidas estrellas
.....
A vagarosa noite alumiarão
O nome de Himeneo se ouuia entre ellas
Das ninfas que do Tejo se ajuntarão (11)
.....

Como dissemos, os versos do Lerenó podem derivar de uma lição de Fernão Lopes igual à impressa em 1644, mas ele tem sobre Miguel Leitão de Andrada a vantagem de não querer, como este, clamar glórias para a sua terra e para os arredores. Veremos, aliás, que não é inadmissível a existência de um Bonjardim, no Ribatejo e pertence à Ordem de Malta.

Segue-se em data à *Miscelanea* uma obra de Rodrigo Mendez Silva, que nasceu em Celorico da Beira em 1607 (segundo Barbosa Machado) e fez em Espanha toda a sua carreira literária. Foi sobretudo genealogista, o que

(8) Canto III, est. 12, pg. 37.

(9) *Id.*, est. 31, pg. 38.

(10) *Id.*, est. 32, pg. 38 v.

(11) *Id.*, est. 33, pg. 38 v.

não é forte garantia de veracidade histórica; na época em que escreveu, já se fantasiava muito em genealogia. Mas deve ter recolhido informações corográficas para uma obra que publicou alguns anos depois. Ou não procurou elementos sobre o local de nascimento de D. Nuno, ou não os obteve, visto que não se pronuncia sobre o assunto. Fala uma vez de «vn lugar llamado Bonjardim de la Orden de san Iuan» sem mais esclarecimentos ⁽¹²⁾. É um quarto de século anterior ao *Agiologio*.

Logo depois da publicação deste último livro, um autor carmelita, Fr. António de Escobar, no seu livro *El Heroe Portugues* não se ocupa do logar onde nasceu o Condestável ⁽¹³⁾. O mesmo fez, sete anos depois, o 2.º Conde da Ericeira D. Fernando de Meneses na sua *Vida e acçoens d'ElRey D. João I* (Lisboa 1677).

Uns sessenta anos depois do livro de Jorge Cardoso, e presumivelmente derivando dele, é que aparecem outros autores a afirmar o nascimento do Condestável em Cernache do Bonjardim; repetem a notícia dois escritores carmelitas, Fr. Manuel de Sá ⁽¹⁴⁾, apoiado em António Rodrigues da Costa ⁽¹⁵⁾, sem deixar de se referir à opinião contrária de Frei Domingos Teixeira, que mais adiante citaremos, e Frei José Pereira de Sant'Ana que também fala de informações contrárias ⁽¹⁶⁾.

⁽¹²⁾ *Vida y hechos heroicos del gran Condestable de Portugal*, fl. 7 v. (Madrid, 1640).

⁽¹³⁾ Foi publicado em 1670 em Lisboa; no mesmo ano saiu uma contra-facção em Çaragoça indicando como autor *Salanio Lusitano*, que não conseguimos ver. Em 1744, apareceu, também em Lisboa, uma tradução devida a Bernardo José de Lemos Castelbranco.

⁽¹⁴⁾ *Memorias historicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Provincia de Portugal*, 81 (1727) «...nasceo no lugar do Bom Jardim junto à Villa da Certãa, como com a opinião commua escreve o doutissimo Academico Antonio Rodrigues da Costa... não obstante o Padre Fr. Domingos Teixeira se inclinar às memorias que refere, e o fazem natural da Cidade de Elvas». Numa outra obra, *Memorias historicas... dos arcebispos...* (Lisboa, 1724), Fr. Manuel de Sá, ao falar de Nuno Alvares, não indica lugar de nascimento.

⁽¹⁵⁾ *De Vita et Rebus gestis Nonnii Alvaresii Pyrerix...*, 6 (Lisboa Occ., 1723): «Natus est Nonnius anno Domini MCCCLX mense Junio in pago Bonjardinio dicto qui est in finibus oppidi Certanæ in regione Berianâ».

⁽¹⁶⁾ *Chronica dos Carmelitas...*, 289 (Lisboa, 1745) «pelo que respeita á Patria deste preclarissimo Heróe, contendem as duas Cidades de Portalegre,

Outro escritor da mesma época, Fr. Manuel dos Santos, afirma também o nascimento «no logar do Bomjardim, termo da Villa da Sertã», acrescentando: «residencia de seu pae o Prior, por ser o logar da Ordem de Malta» (17); adiante veremos o que vale esta notícia.

Mas outros escritores contemporâneos são de parecer diverso. José Soares da Silva, que corrige a opinião de Manuel dos Santos acerca da data do nascimento, duvida entre Elvas e Portalegre, embora notando que «alguns historiadores querem que nascesse» na quinta do Bom Jardim, no lugar de Cernache (18).

Frei Domingos Teixeira diz que depois de muitas diligências não pôde decidir-se entre Elvas e Portalegre, mas que tem «por sem duvida que huma destas cidades logrou a fortuna de o receber nos braços» embora não falte «author que affirme» ter D. Nuno nascido na «quinta do Bom Jardim, junto à Certã, onde seu pae o mandou crear». Ignoramos onde este historiador encontrou tal notícia, mas a primeira achou-a num manuscrito «mais authorisado no decrepito da escritura» confirmado por diferentes obras «...que referem ser sua mãe natural da cidade de Elvas» (19). Como se vê, Frei Domingos

e Elvas, querendo cada huma para si a gloria de lhe haver administrado o primeiro berço. Porem, o que parece mais certo he que nascera na Quinta do *Bom-Jardim*, situada no Lugar de Cernache, chamado por esta razão *Cernache do Bom-Jardim*, junto a Villa da Certã...».

(17) *Monarquia lusitana*, p.^o VIII, 432 (Lisboa, 1727). «Nasceu Nuno Alvares Pereira em 25. do mez de Junho de 1360. no lugar do Bom jardim termo da Villa da Certã, residência de seu pay o Prior, per ser o lugar da Ordem de Malta».

(18) *Memorias... del Rey D. João I*, II, 632 (Lisboa Occidental, 1731). «Sobre aa sua Patria differem os Escritores, e como sobre a de Homero contenderaõ sete Cidades, contendem tambem duas, Elvas, e Portalegre; tendo per si a primeira, dizerse o fora também de sua mãy Eyria Gonçalves do Carvalhal.

Creou-se desde a primeira infancia na quinta do *Bom Jardim* (aonde alguns historiadores querem que nascesse) a qual está situada no lugar de Cernache, que por esta causa se chama *Cernache do Bom Jardim*, junto à Certã... quinta que era de seus pays, (*sic*) e nella faziaõ a sua mayor assistencia».

(19) *Vida de D. Nuno Alvares Pereyra* 728-29 (Lisboa Occidental, 1728). «O Condestavel... naceo em Elvas em 24 de Junho de mil e trezentos e sessenta. Achamos em outras memorias fôra Portalegre o theatro onde sahiu a luz feliz parto da natureza: não nos poupando a alguma diligencia, a nenhuma foy empreza

Teixeira cura por informações inidentificáveis, e não é tal o seu senso crítico que nos seja lícito supor valia especial à sua fonte manuscrita.

Alguns anos depois, o genealogista Manso de Lima tratou o mesmo assunto na sua obra *Certã Ennobrecida*, que ficou manuscrita cerca de dois séculos. Manso de Lima é um escritor consciencioso, que, sempre que pode, cita documentos respeitantes à sua região; via muitas escrituras, e, notòriamente, aproveitou-se para a descrição da sua terra natal de diplomas do século XVI; por outro lado, e como todos os autores do seu tempo, admitia sem reparo informações de carácter lendário, e aceitava ou construía etimologias injustificadas e de pura imaginação.

Eis o que diz ao tratar da freguesia do Troviscal (S. Vicente) «O Carvalho de Cima... foi patria de Iria Gonçalves, mãe do grande Condestavel D. Nuno Alves Pereyra. As casas em que ela viveu ainda hoje se vê que foram cayadas cousa que se nam vê em nenhuma outras daquelle lugar, com arcos de tijolo antigos. As ruas do dito lugar foram de calçada porque a nam ser Cernache do Bom Jardim ...nenhum outro tem esta circumstancia, o que bem mostra viverem allí pessoas de distincam». ...E depois de afirmar que, em 1732, uma velha de cerca de noventa anos lhe contou ter ouvido dizer «aos antigos» que no Carvalho de Cima e no Carvalho de Baixo viveram «dous irmãos de apelido de Pereyra que eram mui guerreiros» conclui que sobre a naturalidade do Condestável só pode haver competência entre o Carvalho e Sernache ⁽²⁰⁾.

facil averiguar certeza na verdade de annos tão decrepitos: temos por sem duvida que huma destas Cidades logrou a fortuna de o receber nos braços, ignora-se qual dellas foy seu primeiro berço... Litigaõ estes dous lugares seu nascimento... Mandou-o seu pay criar na Beira junto da Certãa na sua quinta do Bom jardim. Não falta Author, que affirme foy aqui onde naceo. Não refutamos opiniões, seguimos a primeira, que unica em determinar dia nos mostrou melhor fundamento, mais authorizado no decrepito da escritura, em que se nos deu a ler confirmado no testemunho de differentes volumes, que referem ser sua mãy natural da Cidade de Elvas». Frei Domingos Teixeira foi acusado de ter publicado neste livro, sob o seu nome, uma obra de Jacinto Freire. Citamos a edição fólio; ha outra do mesmo ano, in-quarto, e ainda outra de 1749.

⁽²⁰⁾ Servimo-nos do texto original, mas é mais fácil consultar a transcrição em *Sernache do Bom Jardim*, cit., 346.

Mais adiante, referindo-se à instituição de um morgado a favor de Diogo Álvares Pereira e seus descendentes legítimos, e de outro a favor de Rodrigo Álvares Pereira e descendentes legítimos de seus irmãos Pedro Álvares e Diogo Álvares — por documentos datados de Bom Jardim, termo da Sertã, em 5 de Agosto de 1395 (A. D. 1357) e 6 de Outubro de 1397 (A. D. 1359) — entende que por tais instituições se prova a existência deles em Bom Jardim e «ainda a naturalidade do Condestável». Depois refere-se a uma tradição «que ha e sempre houve nesta vila e terras visinhas» sobre ter sido D. Nuno natural desta vila ⁽²¹⁾.

Os documentos citados por Manso de Lima são autênticos, e há ainda outros, de datas próximas, também lavrados na Sertã ou no seu termo, e respeitantes nos mesmos irmãos do Condestável ⁽²²⁾; são todos anteriores ao seu nascimento, e, além disso, temos de julgar abusivo o induzir deles o local do nascimento do Condestável.

Noutro ponto, Manso de Lima pretende demonstrar que o apelido *do* Carvalho indica naturalidade em oposição a *de* Carvalho, que indica solar, segundo a sua opinião. Esta infantilidade nem merece discussão: o apelido foi sempre *do* Carvalho, como *do* Figueiral, *da* Teixeira, *da* Serra, e tantos outros, Aponta ainda uma série de tradições insubsistentes, e de evidente origem literária, provável desenvolvimento das palavras da *Miscelanea*. Aliás, numa obra posterior ⁽²³⁾, Manso de Lima é de opinião diferente; a tradição refere-se apenas a ter Iria Gonçalves *vivido* no Carvalho, *que talvez dela tomou o nome*; a mãe do Condestável figura aí numa das famílias que, indocumentadamente, lhe dão outros nobiliários.

Passaremos em claro numerosos autores que se limitaram a perfilhar, sem provas, uma ou outra destas hipóteses, até chegar a Oliveira Martins, a quem o P.^o Cândido Teixeira atribui «escrupuloso trabalho de investiga-

⁽²¹⁾ Como na nota anterior; *op. cit.*, 350.

⁽²²⁾ Estes documentos são de 19 de Outubro da era de 1394, 5 de Agosto de 1395, 1 de Julho de 1397, e 6 de Outubro de 1397 (A. D. 1356 a 1359). Encontra-se uma confirmação régia de todos eles, em 20 de Maio de 1399 (A. D. 1361) na *Chanc. D. Pedro I*, l.^o I, fls. 53 v.^o e sg.

⁽²³⁾ *Famílias de Portugal*, in *Carvalho* (VII, fl. 28 da edição stencilografada).

ção» (24) (já vimos que se limita a uma citação errada) e a este último autor que gastou «algumas semanas a investigar o caso», (25), mas que apenas repetiu as informações dos partidários da hipótese sernachense, acrescentando-lhe a rotunda afirmação de que «é certo que ele (D. Álvaro Gonçalves Pereira) preferiria passar a estação calmosa em Sernache onde o clima é muito mais fresco» (26), e que, portanto, D. Nuno seria ali gerado — o que nada prova, aliás, sobre o nascimento.

Basta notar a opposição entre *é certo* e *preferiria*, para concluir que o autor não tinha argumentos. Não têm maior valor as notícias (indocumentadas) de vindas do Condestável a Cernache, enquanto ao Crato só foi assistir às exéquias do pai (o que não é exacto) e a Portalegre e Elvas por motivo de guerras (27). Diremos apens que não está provado ser o Bom Jardim que se afirma frequentado por D. Nuno (mas a que só se documenta uma visita) a quinta de Cernache. Aliás, o próprio autor termina por confessar que não fica «resolvida esta questão», refugia-se em «provas Moraes» que serão, provavelmente, as anteriores hipóteses, e declara manter a mesma convicção (28).

Algum tempo antes de ele publicar a sua obra, em 1903, apparecera um livro de leitura (29) em que se dizia ter D. Nuno nascido em Flor da Rosa. P.º Teixeira dedignou-se de tratar essa afirmação, que, na verdade, não apresentava qualquer prova. Mas, um dos autores que ele tratou de resto era o illustre dramaturgo D. João da Câmara, que estivera, por 1878 a 1881, a colaborar na construcção do ramal de Cáceres no Alto Alentejo, e, como não é provável que eles inventassem aquella notícia, é razoável supor ter ela sido transmitida a esse escritor em algum dos locais onde trabalhou. Não tem grande importância esse facto, mas permite admitir a existência de uma tradição local — aliás, tão fraca prova como as outras de que falámos.

Cerca de vinte anos depois do seu primeiro livro, o autor de *Sernache do Bom Jardim*, que entretanto tinha apostatado e assinava apenas Cândido

(24) *Op. cit.*, 168.

(25) *Ib.*, *ib.*

(26) *Ib.*, 166.

(27) *Ib.*, 167.

(28) *Ib.*, 363.

(29) *Livro de leitura para as escolas primarias*, por João da Camara, Maximiliano de Azevedo e Raul Brandão.

Teixeira publicou dois grossos volumes sobre a mesma região, em que manteve as suas opiniões, sem apresentar desta vez quaisquer provas ⁽³⁰⁾.

Finalmente, em 1930, um monografista da Sertã aceitou pura e simplesmente a notícia do nascimento de Nuno Álvares naquela região. Em todo o caso não acompanhou cegamente o P.^o Teixeira; por exemplo admitiu que o Carvalhal em que pensava Miguel Leitão de Andrada fosse o de Pedrógão Pequeno, o que, em verdade, se afigura mais provável ⁽³¹⁾, embora o caso não seja claro.

É possível que haja ainda mais notícias contraditórias espalhadas em lugares diversos, mas das delas não temos conhecimento, pelo que, resumindo toda esta longa exposição, diremos:

Hipóteses sobre as naturalidade do Condestável:

Carvalhal, termo da Certã, desde	1629
Cernache do Bonjardim, desde	1666
Elvas ou Portalegre, desde	1727
Flor da Rosa, antes de	1903

Hipóteses sobre a situação do Bom Jardim:

Próximo do Tejo, desde	1610
Cernache, desde	1629

Todas elas, portanto, são muito afastadas dos factos a que se referem (1360-77) para que se possam aceitar sem conveniente exame. Por conveniência do raciocínio, começaremos por tratar do Bom Jardim.

Podia justificar-se a sua identificação com Cernache, se não houvesse outra localidade com esse nome em terras da Ordem de S. João, mas tal se não

⁽³⁰⁾ Cândido Teixeira, *Antiguidades Famílias e Varões Ilustres de Sernache de Bom Jardim e seus contornos* (Lisboa, 1925-26).

⁽³¹⁾ P.^o António Lourenço Farinha, *A Sertã e o seu concelho*, 81 (Lisboa, 1930). Este autor estudou bastantes documentos, mas parece ter poucos conhecimentos de crítica histórica, aceitando, sem reparo, informações que provêm de conhecidos falsários.

dá. Já vimos que Rodrigues Lobo coloca o Bom Jardim, onde se consumou o matrimónio de Nuno Álvares, perto do Tejo. Verificámos pessoalmente que, em Flor da Rosa chamam o Bom Jardim à região próxima da aldeia, o que não é prova de valor, porque o nome pode ter sido criado modernamente, para dar apoio aparente à notícia do nascimento de Nuno Álvares naquele local. Finalmente próximo de Oleiros, terra também do priorado do Hospital, existe outro Bom Jardim ⁽³²⁾. E a lista não será talvez completa.

Em segundo lugar, não está provada a afirmação de que D. Alvaro Gonçalves Pereira vivesse, sobretudo no verão, em Cernache; parece até que, pelo contrário, viveu mais no Alentejo ou ligou maior importância às terras da Ordem de S. João nesta província. Por exemplo, em 1341, à volta do Salado, já pensava em mandar erigir uma capela à honra de Nossa Senhora, no termo do Crato, e foi autorizado a comprar herdades até ao valor de quatro mil libras para esse fim. Ainda em vida de D. Afonso IV, mas em data desconhecida, foi doada a esta capela a igreja de Santa Maria de Marvão ⁽³³⁾. Mandou construir um castelo na Amieira, povoação que já pertencia à Ordem por volta de 1262 ⁽³⁴⁾. Veremos que em 1351 reuniu o capítulo em Flor da Rosa.

Parece que a Ordem do Hospital ao entrar em Portugal teve a sua cabeça no mosteiro de Leça; mas cedo teve na Sertã uma casa conventual, onde se celebraram vários capítulos ⁽³⁵⁾, e muitos bens herdados ou comprados.

Todavia, pensamos, com José Anastácio de Figueiredo, que a Sertã não foi nunca a cabeça da Ordem em Portugal. Este supõe que em 1232 já o seria Belver e que se lhe seguiu Flor da Rosa ⁽³⁶⁾. Esta transferência deu-se forçosamente no tempo do Prior D. Álvaro que, em 10 de Maio de 1351, reunia os freires em cabido «em Frol da Rosa» o que prova que, à capela primitivamente intentada, já dez anos depois estava ligada uma casa conventual ⁽³⁷⁾.

(32) É citado por D. João Maria Pereira d'Amaral e Pimentel, *Memorias da Villa de Oleiros*, 227 (Angra do Heroísmo, 1881). Ainda existe este lugar, que marcamos no esboço corográfico. D. João Maria Pereira não tinha notícias dele anteriores a 1500.

(33) *Nova Malta*, II, 377-8.

(34) *Ib.*, II, 186-9, III, 10.

(35) Figueiredo dá notícia, por exemplo, de um em 1238, e outro talvez em 1477 (*Nova Malta*, I, 509, III, 94).

(36) *Ib.*, I, 206.

(37) *Ib.*, I, 151.

Aliás, D. Álvaro Gonçalves Pereira faleceu na Amieira, provavelmente em Maio de 1378, em todo o caso antes de 1381 ⁽³⁸⁾ porque a dúvida suscitada por Oliveira Martins, e baseada num documento da Biblioteca de Évora, parece inteiramente injustificada ⁽³⁹⁾. Nem o signatário se intitula prior do Hospital, nem a a data se pode ler (tal como está transcrita) 1420; a leitura normal é 1458 (A. D. 1420). Parece ter havido mais uma inatencão do escritor; primeiro reduziu a era de César à de Cristo, e depois subtraiu novamente 38 anos ⁽⁴⁰⁾.

Assim encontramos muitas vezes o Prior D. Álvaro no Alentejo, e não se documenta nunca a sua estrada na Sertã, onde, aliás, é de admitir que tenha estado, como já o dissemos.

Numa demanda que o Prior Frei D. Álvaro Gonçalves Camelo pôs à Coroa para provar o direito da Ordem de Malta a uns canais a montante de Abrantes, um barqueiro da Amieira veio declarar que «*em tempo do Prior velho e delRey dom Fernando seu padre delle testemunha tinha huũ barco, em que esse Prior uelho (de certo Fr. Álvaro Gonçalves de Pereira) lhe mandara levar sua madre do conde (o grande Condestável) pera Santarẽ*», no tempo do comendador de Belver Gil Vasques, que ainda o era por volta de 1390 ⁽⁴¹⁾.

É claro que não seria impossível ir de Cernache de Bonjardim, ou da Sertã, embarcar no Tejo, e na Amieira, para seguir a Santarém; mas era um caminho muito mais incómodo do que a estrada, geralmente seguida, de Tomar. Parece muito mais provável que Iria Gonçalves do Carvalho viesse da Amieira ou das proximidades. Ainda em época recente eram frequentes as ligações fluviais entre as terras ribeirinhas do Tejo; note-se que a Amieira é o porto que serve Flor da Rosa.

Ora, como D. Álvaro teve de Iria Gonçalves do Carvalho vários filhos, é muito de supor que esta vivesse em terras da Ordem de S. João, certamente não em uma casa conventual, mas provavelmente não longe da residência do

⁽³⁸⁾ Em 16 de Fevereiro desse ano já era prior seu filho D. Pedro Álvares Pereira (*ib.*, I, 162).

⁽³⁹⁾ *A vida de Nun'Alvares*, 452.

⁽⁴⁰⁾ A data que se lê na transcrição é mjl iiyc e lbiiij; certamente, y está por ij, forma corrente e que aparece logo depois.

⁽⁴¹⁾ *Nova Malta*, II, 394-5.

Prior. Sabemos que ele viveu muito no Alentejo, que fizera Flor da Rosa cabeça da Ordem; sabemos que a única informação contemporânea faz Iria Gonçalves do Carvalhal nascer em Elvas; sabemos, finalmente, que a sua família parece ser do Alto Alentejo, o que não é grande prova, porque se pode ter fixado ali exactamente atraída pelo Condestável, que deu a alcaidaria de Évora Monte a um seu parente, mas, em todo o caso, se deve tomar em conta.

Não argumentaremos com a mudança, na linguagem comum, para Priorado do Crato do que antes se chamara Priorado do Hospital. Tem-se querido datar a alteração do tempo do Prior D. Álvaro, mas José Anastácio de Figueiredo provou o contrário ⁽⁴²⁾. Todavia, já antes fizemos notar o interesse deste Prior pela zona alentejana da Ordem de S. João, e a probabilidade de que vivesse muito naquela província. Foram estas circunstâncias que, provavelmente, motivaram aquela opinião errada.

Também as notícias dos nobiliários sobre a genealogia de Iria Gonçalves do Carvalhal (aliás contraditórias) enfermam de bastantes fantasias e não parecem de aproveitar. Todavia, José Anastácio de Figueiredo, apesar da nenhuma consideração que lhe merece Miguel Leitão de Andrada, aceitou o nascimento de Iria Gonçalves junto da Sertã ⁽⁴³⁾.

Mas o conjunto dos factos antes alegados parece favorecer a hipótese de um Bom Jardim nas proximidades do Tejo. Outro caso ainda conduz a solução nesse sentido.

Segundo as *Relações* de Pêro de Álcaçova Carneiro, em 1562, o Prior do Crato D. António, descontente com o lugar que lhe queriam atribuir em auto de Cortes, declarava pretender sair do Reino ou ir para um casal; realmente, em 12 de Dezembro, que era o dia marcado para o auto, afastou-se para Belém, e, como El-Rei lhe mandou pedir que não saísse do Reino, foi durante alguns dias para Salvaterra, voltando a seguir à Corte.

Pouco mais de um ano depois, tendo falecido em Janeiro de 1564 o arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcelos, o Prior solicitou de seu tio o Cardeal D. Henrique, então regente, que o elegeisse para o arcebispado de Évora, que o Cardeal abandonou para ir ocupar o de Lisboa. D. Henrique não o considerou apto para tal, parece que nem sob o ponto de vista de capa-

⁽⁴²⁾ *Nova Malta*, I, 151, 160.

⁽⁴³⁾ *Ib.*, III, 553.

cidade, nem sob o de moralidade, e D. António, novamente queixoso, e após algumas negociações, pediu licença «para se ir ao seu Priorado do Crato... Esteve o Senhor D. António em Bomjardim, que é um lugar do dito Priorado, alguns poucos dias, e daí se partiu... caminho de Castela...»

D. Sebastião, isto é, o regente em seu nome, avisado logo, «mandou na posta Francisco de Sá... com uma carta» em que o mandava regressar. «Francisco de Sá topou o Senhor D. António em Badajoz...» (44). Estes factos passaram-se em Agosto ou Setembro de 1564. Como, porém, a carta régia não aparece datada, apenas ficamos a saber que D. António partiu num sábado, mas não fazemos ideia nem da data, nem do tempo que a notícia levou a chegar a Lisboa, e menos da duração da viagem do Prior.

Todavia, não parece provável que D. António escolhesse para ir a Madrid — visto que o seu intuito era solicitar a protecção de Filipe II — o estranho itinerário de Bom Jardim junto de Oleiros, ou de Cernache do Bonjardim a Badajoz. As comunicações de Oleiros ou de Cernache para a fronteira, eram más, e além disso, o caminho daí ao Escorial não passava por Badajoz. Parece provável que se trate de outro Bom Jardim, também do priorado do Crato, talvez no Ribatejo, como Salvaterra, talvez o de Flor da Rosa.

E tanto assim é, que José Anastácio de Figueiredo, citando e transcrevendo em parte o documento (45), não indentifica os dois locais e, pelo contrário, inscreve-os no índice sob rubricas diferentes (46).

Estudemos, finalmente, as relações da região da Sertã com a família de D. Nuno Álvares. As instituições de morgados feitas a favor de Rodrigo, Pedro, e Diogo Álvares Pereira apenas provam que eles eram benquistos aos instituidores, ou interferência do Prior do Hospital. Diogo Álvares era menor e os bens que lhe doavam nem sequer eram termo da Sertã.

Rodrigo Álvares Pereira, muito mais velho que seu ilustre irmão, pois parece já ter tomado parte na batalha do Salado (47) em 1340, não desempenha papel histórico; é provável que tivesse seguido o partido de D. João I que,

(44) *Op., cit.* 319-24 (Lisboa, 1937); a narração não é clara; completámo-la seguindo Queirós Veloso, *D. Sebastião*, 72 (Lisboa, 1935).

(45) *Nova Malta*, III, 165-167, nota.

(46) *Ib.*, III, 262 e 582.

(47) *Ib.*, III, 47, citando Brandão, *Mon. Lusit.*, VII parte, 471 e 475.

em 3 de Fevereiro de 1386, no arraial sobre Chaves, lhe confirmou a doação de umas azenhas no termo de Estremoz, feita por D. Fernando em 14 de Dezembro de 1375 ⁽⁴⁸⁾. A mãe de Rodrigo Álvares chamava-se Iria Vicente, e sobre ela não há notícias.

D. Pedro Álvares, que sucedeu a seu pai no Priorado do Hospital, teve também a mercê do castelo de Marvão; foi morto, como se sabe, na batalha de Aljubarrota.

Diogo Álvares, também morto em Aljubarrota, parece que por engano, não nos fornece elementos novos; mas a Fernando Álvares, irmão inteiro do Condestável, foram doados, em 1375, bens no termo de Portalegre, e, em 1382, deu-lhe D. Fernando, a guarda do castelo de Elvas ⁽⁴⁹⁾. Também, entre as mercês feitas a Iria Gonçalves, figuram sobretudo bens no Alentejo.

Finalmente, o próprio D. Nuno Álvares Pereira, durante os períodos de tréguas, e antes de professar no Convento do Carmo, quando não está na Corte ou em viagens forçadas, reside constantemente no Alentejo; documenta-se a sua estada em Évora, Portel, Sousel, Vila Viçosa, Borba, e só se conhece uma passagem pela Sertã, aliás por motivo militar. Mandou construir igrejas em Estremoz, Évora, Monsaraz, Vila Viçosa, Portel, Mourão, Sousel, e sabemos que assistiu à edificação, pelo menos, de algumas delas.

Evidentemente, este interesse pelo Alentejo nada permite induzir sobre o local do nascimento de D. Nuno; referímo-lo apenas por contraposição ao suposto interesse pelo Bom Jardim da Sertã.

Resta-nos discutir o último argumento — a tradição que sempre teria existido — argumento fraco, porque todos sabem com que facilidade se improvisam tradições, na afirmação de escritores interessados. Mas até esse argumento falha: tal tradição não existia.

Nem o Padre Carvalho, nem as *Memorias Parochiaes* de 1758 se referem ao nascimento de D. Nuno Álvares Pereira em Pedrógão Pequeno, em Flor da Rosa, em Cernache do Bonjardim, ou no Troviscal. E todavia, o primeiro conhecia o *Agiologio*, e os párocos tinham toda a facilidade em colher infor-

⁽⁴⁸⁾ *Chanc. de D. Fernando*, I, 185 v.º, e *Chanc. de D. João I*, I, 154 v.º.

⁽⁴⁹⁾ Sobre estes assuntos, que não desenvolvemos mais, por serem de pouca importância probatória, v. *Chanc. D. Pedro I*, 1.º 1, fls. 53 v.º, 65 v.º, 100 v.º; *Chanc. D. Fernando*, 1.º 1 fls. 177 v.º, 185 v.º, 1.º 3.º fls. 6, 49 v.º; *Chanc. D. João I*, fl. 62.

● Olivos ● Compujudo

● Pedregal Grande

3^{ra} de Amparo ● Carrizal

Trompsburg ● Carrizal ● Pinedero
Carrizal ● Comisario

● Sarmiento

● Soria

Por 1850  1850

mações na tradição local; é muito pouco provável (embora não seja impossível) que eles se esquecessem de relatar uma notícia respeitante ao Condestável, se ela existisse. É lícito concluir que ela faltava em Cernache, como na Sertã ou em Flor da Rosa.

Do que ficou exposto, não podemos deixar de concluir que:

- 1.º — Não se pode afirmar com certeza que o Bom Jardim que figura na biografia do Condestável seja junto de Cernache.
- 2.º — Estão documentadas muitas estadas de D. Nuno Álvares Pereira no Alentejo, ao contrário do que acontece com a Beira.
- 3.º — Nenhum elemento permite determinar o lugar do nascimento do Santo Condestável.
- 4.º — *Há maior número de probabilidades* de que ele tenha nascido na primeira que na segunda daquelas províncias.

NOTA

Neste artigo reproduz-se uma comunicação feita na Academia Portuguesa da História em 31 de Março de 1960, a que se acrescentaram algumas transcrições.

ESTUDOS SUBSIDIÁRIOS
PARA UMA MONOGRAFIA DE OURÉM

pelo
sócio efectivo

João Alvim

ESTUDOS SUBSIDIÁRIOS PARA UMA MONOGRAFIA DE OURÉM

O termo de Ourém destacou-se em data imprecisa do território do castelo de Leiria ⁽¹⁾.

Foi por D. Afonso Henriques doado a sua filha D. Teresa que lhe deu foral e fundou o castelo: «in Ouren qui prius Abdegas vocabatur... quem locus pater meus dedit mihi hereditario jure... feci itaque in loco illo castellus de nouo» — diz-se em documento de 1183 em que D. Teresa autorizada e com o conselho do pai, faz doação do eclesiástico de Ourém a Santa Cruz de Coimbra por não se saber, ao tempo, a que bispado pertenceria a terra, situada, como ficava, nos limites dos bispados de Lisboa e de Coimbra.

Abdegas — forma evolutiva para o português moderno «adega» do étimo «apothaeca» ⁽²⁾, étimo também de «bodega» e «botica» — era como do citado documento se deduz, o nome primitivo da terra, e foi a fundação do castelo que tomando, ao uso da época ⁽³⁾, o nome do rio próximo — Ouren, Ourens, Auren que com todas estas formas figura em documentos do século XII — veio apagar a antiga designação.

(1) Rui de Azevedo, *História da Expansão dos Portugueses no Mundo*, tomo I, pág 89.

(2) Joaquim da Silveira, por informação do Senhor Alberto Pinheiro, e também José Leite de Vasconcelos.

(3) A. B. da Costa Veiga, *Algumas estradas romanas e medievais*, pág. 9. O mesmo se deu com o castelo fundado por D. Gualdim Pais na terra de Cera, próximo de Tomar, e o de Paio de Pele, que foi chamado castelo de Zêzere.

Ourém, era com efeito o nome do rio que hoje figura nas cartas como ribeira de Seiça.

Assim se conclui do documento da doação da terra de Cera à Ordem do Templo (Fevereiro de 1159) em que os limites ocidentais do território são em parte estabelecidos por uma estrada de Coimbra a Santarém, com passagem pelo «porto de Thomar» e pelo «porto de Ourens», i. e. os vaus em que atravessava respectivamente o rio Tomar, nome árabe do Nabão, e depois, próximo de Chão de Maçãs, o «Ourens».

É este o mais antigo documento — ensina o Senhor Dr. Rui de Azevedo (4) em que aparece o nome de Ourém. E é curioso notar que a forma «Ourens» nele usada perdura — ao lado de outras: Ouren, Auren, esta última possível cultismo — pelo menos até ao século XV: foi Alfon Pires *chantre de Ourens* (segundo lição publicada pelo Dr. Alfredo Pimenta) (5) o notário das tréguas de Tui entre D. João I e o rei de Castela.

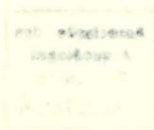
É certo que já no foral de Leiria de 1142 figura o «portus de Ouren» (numa variante Auren). Mas além da data deste documento ter sido razurada e emendada, os limites austrais do território de Leiria, nele indicados, parecem demasiadamente ambiciosos para antes da conquista de Santarém (6). Começam eles pelo rio de Alcobaça e, subindo à Mendiga, vêm — na parte que mais nos interessa — «per cimalias de Aluardos et ad cimalias de Serra de Maede perueniens ad fontem de Sentis (Santis numa variante) qui est ad Orientam. Ab orientali uera parte diuidens per castellum Carrapatosum per stratam e inde ad portum de Ouren (Auren numa variante) et inde...».

Julgamos que a serra de Maede não se pode identificar, como temos visto, com a de Minde. Além, com efeito, de ser abstrusa a forma evolutiva «maede» de «menindus» — étimo que o Dr. Leite de Vasconcelos, atribui a «Minde» — tal forma parece aproximar-se antes de «Mamede». Mãede? A referir-se ele a serra de S. Mamede, o velho termo de Leiria aproximava-se geogràficamente muito mais do que depois foi o termo de Ourém, dele destacado. Com efeito da serra de S. Mamede à *fonte*, e não lugar de Assentiz, aproximamo-nos muito da extrema sul do termo de Ourém constituída pela

(4) Rui de Azevedo. *ob. cit.*

(5) Alfredo Pimenta.

(6) Rui de Azevedo, *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra.*



linha divisória das águas entre a ribeira de Beselga e a ribeira de Seiça — o Ourens medieval. Quanto aos limites orientais eram, a partir do castelo do Carrapatoso, por uma estrada que passava pelo porto de Ourém, a mesma que já vimos servir de limites ao território de Cera, e de que longamente viremos a falar: a estrada medieval de Coimbra a Santarém. O termo de Ourém abrange uma vasta depressão cretácica de cerca de cinco léguas de diâmetro em que aparecem calhaus rolados de enormes dimensões, alguns na ribeira de Cacheiria com quase dois metros de diâmetro, restos erosivos de antigas montanhas que, nos tempos geológicos, acupavam a zona leste. Fica esta depressão, que, grosso modo, a vista abrange do alto do morro do castelo, entre os dois massiços calcáreos da Estremadura os quais se tocam, em ponta, no ângulo sudeste do termo; zona aproveitada pela via férrea do Norte para vencer os obstáculos que eles oferecem e ainda assim à custa de um túnel e fundas trincheiras e atingindo, por esta região, a sua maior altitude.

Ao massiço calcáreo sul da Estremadura, dito massiço de Porto de Mós, pertencem os contrafortes da Serra de Aire que nos separam de Torres Novas e de Porto de Mós. Embora não muito elevados são por tal forma pedregosos e eriçados de penedos que apenas carreiros de cabras permitem, cifrando-se em poucas as zonas nas quais uma passagem cómoda é possível. Para atravessar aquilo a que nós aqui chamamos a «Serra» deparam-se-nos dois «furadouros» e dois «covões».

O lugar do «Furadouro» próximo da actual estação do caminho de ferro de Fátima, antiga Chão de Maças, a poente do qual «furava» pelo Azorrague, várzea entre o dito lugar do Furadouro e Alboritel, a antiga via medieval de Coimbra a Santarém; e mais tarde «furou» pela «portela do Vale dos Ovos» a nascente do mesmo lugar do Furadouro, a estrada chamada real ou da mala-posta: Paialvo, Porto da Lage (onde atravessava da margem direita para a esquerda a ribeira de Beselga) igreja de S. Silvestre. Beselga, Carregueira, Portela do Vale dos Ovos, Vale dos Ovos, Alcochete (actual Fonte Seca) onde dava um ramo para Leiria pelas Fontainhas e onde se juntava à antiga via medieval vinda do Azorrague, para seguirem juntas a Chão de Maças, em cujos lavradios ficava o «porto de Ourem».

Pelo outro «furadouro», junto à «Lagoa do Furadouro», «furava» e ainda «fura», a estrada para Torres Novas por Assentiz.

Mais para poente as comunicações com Porto de Mós faziam-se pelo «Covão do Coelho» e pelo «Covão da Carvalha».

Foi nestas passagens apertadas da «Serra» que, ainda no século passado, as nossas «ordenanças» organizadas em guerrilhas, esperavam, quando, na última invasão francesa Massena parou em frente das linhas de Torres, os forrageadores que do sul nos vinham saquear.

Vem isto para dizer que, fundado o castelo de Leiria, e dadas as suas fáceis comunicações tanto com o vale do Ourens, como com o vale do Thomarel, não parece inverosímil supor que a população sarracena que os ocupava, viesse a buscar refúgio contra as correrias e consequentes depredações que a guarnição do novo castelo estaria em condições de exercer, atrás dos contrafortes da Serra de Aire, cujas poucas passagens praticáveis seriam fáceis, não dizemos já de defender mas, pelo menos, de atalaia.

Uma destas atalaias podia ser representada pelo castelo de Carrapatoso ⁽⁷⁾ a que atrás se faz referência.

Assim não repugna acreditar que o castelo de Leiria dominasse de facto todo o território que o massiço de Porto de Mós bordeja primeiro pelo Sul, e depois, mais a Poente, pelo Leste, separando-o estrategicamente dominado pelo castelo rival de Santarém.

(7) Este castelo de Carrapatoso pode localizar-se por um documento revelado pelo Senhor Tenente-Coronel Costa Veiga, no seu trabalho *Algumas estradas romanas e medievais* a pág. 12, que trata da herdade «de fonte de carvalio, circa Carrapatosum». Esta herdade que veio depois a ser a origem da freguesia de S. Silvestre de Beselga, onde ainda hoje há a «fonte da Carvalha», era delimitada pela «água que vem do Calvo — monte ainda hoje Calvo e identificável por num seu vale assentar o lugar do Vale do Calvo» — contra Carregueira e depois pelo ribeiro abaixo até a Beselga. Julgamos portanto que o castelo do Carrapatoso venha a ser o que hoje é conhecido por Castelo do km. 136 da C. P., um pouco a Norte de Fungalvez, monte dominante da região com largas vistas, boas defesas naturais a Sul e Leste pelo escarpado das encostas e a Norte por uma espécie de dupla muralha natural em volta dum pequeno planalto. No sopé, água. A Poente passava a estrada, hoje ainda seguida de Fungalvaz a Alburitel, que como veremos foi um troço de via medieval de Coimbra a Santarém. A Nascente corre a estrada de Paialvo a Chão de Maçãs pela Portela de Vale dos Ovos — a que foi estrada real. Como se vê dominava as duas vias de penetração da ribeira do Beselga para o vale do Ourens. Se não teve valor militar era pelo menos um ótimo posto de atalaia. A poucos quilómetros, menos de 8, próximo da actual estrada de Chão de Maçãs, havia uma anta conhecida por «Mesa dos Ladrões». Antigo castro?

Daqui, porém, a ocupação efectiva e à colonização vai ainda muito e as condições que se observavam para a população sarracena dos vales do Ourém e do Tomarel relativamente a Leiria, observar-se-iam, reciprocamente, para ocupantes cristãos, pelo menos do vale de Ourém — relativamente a Torres Novas ou a Santarém, devendo ter-se como mais provável que a nossa região constituiu por bastante tempo uma «terra de ninguém» em que depois se iniciou a colonização pelo vale de Tomarel, o menos exposto, como ensina o Senhor Dr. Rui de Azevedo, e a que voltaremos a fazer mais larga referência.

De facto os documentos do século XII referentes à nossa região com que no decurso deste iremos topando, referem, em regra, só acidentes geográficos — cursos de água, dorsos de montes, estradas, mamôas, antas — para estabelecer os limites dos termos ou das propriedades, facto considerado como sinal de ermamento. Como lugar quase seguramente habitado de antigo apenas encontramos menção de Abdegas. Fraxineta, em que se julgou ver uma antepassada da Freixianda, através da igreja medieval de Freixedas, era apenas o nome dum rio como, com rara sagacidade, concluiu o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga ⁽⁸⁾. Se atendermos também a que na doação do eclesiástico de Ourém a Santa Cruz de Coimbra, se diz não se saber ao tempo, a que bispado tinha pertencido a terra, se ao de «Conimbriga» se ao «Olissiponense», vemos que também o elo religioso se não manteve aqui, através da tradição popular, como no norte do País sucedeu permitindo reconstituir os precisos limites diocesanos e aparecendo até mantidos os oragos das antigas paróquias suevo-godas ⁽⁹⁾, sinal de que o ermamento nunca foi total. Aqui as igrejas são de nova fundação com Nossa Senhora por padroeira, e na maioria Nossa Senhora da Purificação — Freixianda, Olival, Seiça, Assentiz — que devia ser a grande devoção na altura em que estas regiões foram colonizadas, se o facto não resultar antes da influência da Ordem de Cister. Só em Ourém ao lado de Santa Maria aparecem as igrejas de S. João, S. Pedro, S. Tiago, mas nada sabemos sobre a sua fundação ⁽¹⁰⁾. Nas vizinhanças figura em

⁽⁸⁾ Vide mais adiante pág. 111.

⁽⁹⁾ Veja-se P.^o Pierre David, *Études historiques sur la Gallice et le Portugal*.

⁽¹⁰⁾ *Idem*. Para este autor a coexistência de uma igreja de Santa Maria com outra de S. João (antigo baptistério) é indício de antiga qualidade paroquial.

Tomar uma igreja de cepa antiga: a de S. Pêrofins, ou seja uma antiga igreja de S. Félix a que a substituição do calendário hispânico pelo calendário romano veio a alterar a invocação para S. Pedro. Aí, em Tomar, e nas proximidades do Rego da Murta, subsistiam a memória senão as ruínas de mosteiros.

O próprio nome duma ribeira das vizinhanças, a «Beselga» ⁽¹¹⁾ vemos em Menéndez Pidal, ser a forma moçárabe de «Basilica».

Desta basílica deve ter ficado delida tradição que através dos tempos se transformou ou serviu de base e architectura das lendas de S. Donato e os outros mártires de Concórdia, atribuindo-se a Assentiz o étimo «De Sanctis» ⁽¹²⁾. Todo o arcaísmo religioso que se consegue reunir a este pouco se resume, provando-nos que houve aqui, ao contrário do que aconteceu no Norte, quebra quase total da tradição, a confirmar o ermamento duradouro. Todavia deve ter-se em consideração que a influência dos Almorávidas, religiosamente intolerantes, e que aqui dominaram por lustros se limitou no além Douro a correrias e destruições que embora massiças não foram seguidas de ocupação permanente. E atenda-se, ainda, que a influência da fortaleza de Leiria foi de certo modo efémera, pois fundada em fins de 1135, foi tomada de assalto se não logo em 1137 como aventou Herculano, pelo menos em 1140 começando D. Afonso Henriques a reconstruí-la em 1144, i. e. apenas três anos antes da conquista de Santarém.

Zonas muito mais a Norte, onde já tinha começado a colonização, eram por estas alturas ainda bastante inseguras e por causa de tal insegurança funda D. Afonso Henriques em 1142 o castelo do Germanelo dando-lhe mais tarde um foral para atrair e fixar povoadores.

Todavia ao Senhor Dr. Dias Arnaut, a ocupação efectiva do vale de Ourém, parece-lhe incontestável ainda antes da conquista de Santarém. D. Afonso Henriques na sua marcha *recatada* para o assalto àquela praça partira de Coimbra a uma segunda-feira vindo pernoitar a Alfafar. Daqui saiu na terça-feira para Cornudelas, donde enviou Martim Moabé a quebrar as tréguas com os mouros de Santarém, cujo regresso veio esperar em Abdegas, onde deve

⁽¹¹⁾ Em *El idioma espanol en sus primeros tiempos*. cof. n.º 250.

⁽¹²⁾ Vide a este propósito Artur Gonçalves, *Mosaico Torrejano e as críticas* do Dr. Alfredo Pimenta.

ter gasto todo o dia de quarta-feira. De Abdegas marchou para Alvados onde esteve quinta-feira, empreendendo daí marcha nocturna para o monte em que nasce o rio Pernes, já próximo do objectivo. D. Afonso Henriques deve ter seguido nesta marcha a estrada medieval de Coimbra a Santarém, até a nossa região e por ela, como mais curto caminho, deve ter continuado e regressado Martim Moabé. A hoste, porém, abandonando aquela via directa, obliquou para a direita, para Abdegas. Deve tê-lo feito para continuar a pisar terreno seguro, evitando embrenhar-se nos «furadouros» da serra, defendidos ou pelo menos espiados (13).

Pensa o Senhor Dr. Dias Arnaut que Cornudelos possa ser hoje representado pelo Vale da Cordela (14). Porém pelo Vale da Cordela não passava a estrada medieval de Coimbra a Santarém documentado na doação de Ceras, mas sim uma outra que vinha por Soure — Pombal — Albergaria dos Doze — Vendas (Cacheiria) indo juntar-se à outra, no Estramadouro ou Porto de Ourém. Mas como o Vale da Cordela fica entre a via medieval documentada e Abdegas, quer D. Afonso tivesse vindo pela via medieval quer pela estrada de Pombal — Albergaria — Vendas — Vale da Cordela seguindo o caminho conhecido por «estrada dos Sardinheiros», é provável a sua passagem pelo Vale da Cordela ou em trajecto directo pela estrada dos Sardinheiros, ou quando deixou a estrada medieval Santarém-Coimbra ao obliquar para Abdegas.

Inclinamo-nos mais, todavia, para a segunda hipótese, por a via medieval oferecer um trajecto mais curto e naturalmente sair dela alguma colateral que levava a Abdegas. De resto não temos documentos que provem a existência da estrada chamada dos Sardinheiros já na época da reconquista.

Realmente pela estrada medieval de Coimbra a Santarém o trajecto de Alfafar à nossa região, é mais curto de que se imagina. Ainda conheci um velho (15) antigo negociante de cavalos que saindo de madrugada de Seixa ia a Coimbra fazer a feira, regressando à noite. E um alfaiate houve em Seixa que, tendo namorada em Ansião, partia a pé aos Domingos de madrugada pela

(13) Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera*, nota de pág. 193.

(14) *Idem, idem*, pág. nota de pág. 187.

(15) Manuel Pinheiro da Costa, da Tacoaria de Seixa.

estrada Arneiro-Almoster, regressando à tarde a casa, como muitas vezes o ouvi referir a meu pai que muito bem o reconheceu ⁽¹⁶⁾.

Ainda hoje há pessoas, até ranchos, que executam estas marchas a pé: bufarinheiros, capadores, tocadores de gado, conhecem todos bem a velha estrada medieval que lhes encurta caminho e evita ladeiras, correndo a tradição que por ela, até ao Porto, se encurtam 12 léguas. Daqui para Ansião gastam meio dia pela dita estrada.

Assim é possível que a hoste de D. Afonso Henriques partindo de Alfafar na terça-feira cedo, chegasse no mesmo dia à nossa região; pelo menos a cavalaria. À peonagem, se a havia, como é natural, também, como pelas considerações que antecedem vemos, a façanha não era impossível, numa marcha um pouco forçada seguida de descanso em Abdegas, onde aliás em caso de atraso se poderiam ter, na quarta-feira, reunido à cavalaria.

Assume tal importância regional esta via que no Medievo ligou Coimbra a Santarém, que não podemos deixar de dedicar-lhe longa atenção.

Foi, julgamos, o Senhor Dr. Dias Arnaut ⁽¹⁷⁾ o primeiro a chamar a atenção para a estrada medieval de Coimbra a Santarém, seguindo-a e documentando-a muito doutamente até Ansião. Daí para Sul hesita entre levá-la por Alvaiázere em direcção a Tomar, ou em trazê-la pelo vale do Nabão por Almoster, Arneiro, à Freixianda ou Perucha por onde ela realmente vinha. Foi o estudo da marcha de D. Afonso Henriques de Coimbra a Abdegas, quando da conquista de Santarém, que lhe sugeriu a hipótese verdadeira.

Quanto à outra ideia de levar a estrada por Alvaiázere-Tomar, resultou, parece da consulta da bibliografia regional então existente, trabalhos do Senhor Dr. António Baião, sobre Ferreira do Zêzere, do Dr. Vieira Guimarães sobre Tomar. Ao primeiro não lhe interessava a estrada que nos diz respeito; ao segundo não lhe convinha sequer falar nela. É que o livro do Dr. Vieira Guimarães *Tomar-Santa Iria*, nunca pode ser considerado como um estudo das antigas vias regionais, mas apenas como um trabalho de tese, nem sempre desapaixonada, e atinente a determinado fim: levar por Tomar a via militar

⁽¹⁶⁾ João Rebelo, alfaiate, filho de Timóteo Rebelo, o «Pego» que foi sacristão de Seiça.

⁽¹⁷⁾ *Ladeia e Ladera*.

romana e localizar ali a mansão Sellium do itinerário de Antonino Pio, e paróquia mais austral da diocese de Conimbriga.

Assim, conhecendo o documento da doação de Cera onde figura a *estrada de Coimbra que vae a Santarem* e citando-o, não se dá ao incómodo de interpretá-lo e, para ele, a estrada de Santarém a Coimbra é a documentada na doação ao Templo do castelo do Zêzere, em 1169, e aí, chamada estrada de Penela. Era esta, vinda de Asseiceira, a única que passava por Tomar, e portanto, para ele a via militar romana. Como porém esta estrada se desviava de Condeixa, antiga Conimbriga, logo o Dr. Vieira Guimarães cai em embaraços: ao comparar a distância que medeia por esta estrada, por um lado entre Santarém, antiga Scalabis, e Tomar (para ele Sellium) e por outro entre Sellium (suposta Tomar) e Aeminium actual Coimbra, com os milhares de passos do itinerário de Antonino, vê-se obrigado a saltar a estação intermédia de Conimbriga que no dito itinerário se segue imediatamente a Sellium.

Foi o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga que em *Algumas estradas romanas e medievais* interpretando o diploma da doação de Ceras, repôs este troço da via medieval na sua verdadeira trajectória. Ela constituía os limites entre os termos de Leiria, depois Ourém, e a terra de Cera, depois prelazia e hoje concelho de Tomar; bastará portanto conduzi-la por entre os lugares mais ocidentais da Prelazia e os mais orientais do termo de Ourém, fazendo-a passar pelo porto de Ourém, próximo a Chão de Maças, onde atravessava a ribeira de Seica, antigo Ourens.

Quanto ao porto de Tomar, antigo nome do Nabão, imaginou o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga que fosse na Botelha, seguindo a estrada, então, pela margem esquerda do Nabão a Alvaiázere e daí a Ansião. Forçado a assim pensar para se cumprir a rubrica exigida pela existência do porto de Tomar, também aí o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga se desvia da verdadeira rota. É que para a geografia da época, mais utilitária que científica, o Tomarel, evidente diminutivo de Tomar, era considerado o curso superior ou origem do Tomar, passando muito provavelmente a chamar-se Tomar logo depois de engrossado pelo seu afluente da margem esquerda que figura nos documentos medievais com o nome de Orceiram ou Orcairam e que depois se chamou o rio Urqueira, como o atesta a existência ainda no século XVIII da «*Quinta da Ponte do Urqueira*», em Rio de Couros onde ele passa, e hoje, finalmente, é conhecido por ribeira dos Pisões; como também o Tomarel de quem ninguém já sabe o antigo nome, é conhecido por ribeira da Conceição, ribeira da Ca-

cheiria, etc. conforme os sítios por onde vai passando ou, melhor, conforme as terras que vai irrigando que é, aqui, o que verdadeiramente se chama *ribeira*: as terras irrigadas e não o curso de água propriamente dito: «Na minha ribeira» dizem referindo-se às suas leiras de regadio.

Tanto o Urqueira como o Tomarel, ao contrário do verdadeiro Nabão, que acima de Freixianda chamam até Rio Seco, indicativo de fraco ou nulo caudal, tanto o Tomarel como o Urqueira, dizíamos, têm sempre mais ou menos água todo o verão. Não admira portanto que a riqueza em água sobrelevasse na nomenclatura geográfica primitiva a consideração do mais longo curso.

O Nabão nasce em Ansião, mas os habitantes das regiões por onde ele passa não lhe chamam Nabão: rio de Ansião, do Arneiro, rio Seco, ribeira de Formigais são os nomes com que sucessivamente aparece, até que engrossado pela formidável nascente do Agroal, passa então a ter a categoria de rio e a chamar-se Nabão. Isto que o povo hoje ainda admite era para o P.^o Carvalho da Costa autor de uma Corografia Portuguesa do século XVIII, também perfeitamente aceitável.

Sendo assim, a estrada medieval de Coimbra a Santarém vindo de Ansião, por Almoester e Arneiro, atravessava no «Porto de Tomar» não o Nabão mas o Tomarel, já engrossado pelo Urqueira, e provavelmente, já então, rio Tomar (actual ribeira de Soalheira) cumprindo-se a rubrica da doação de Cera sem necessidade de passar a estrada à margem esquerda do Nabão.

Chega-se a esta conclusão pelo estudo dos sucessivos tombos da Comenda de Sabacheira postos em paralelo com o diploma de doação de Cera à Ordem do Templo, por D. Afonso I. Data este diploma de 1159 — «Do et concedo illud castrum quomodo dividit per flumen Ozezar ubj uocatur portus de kajjs et inde per mediam stratam usque ad monasterium de Murta et inde per aquam de Murta quomodo descendit in Fraxineta et inde uenit ad portum de Thomar qui est in strata de Colimbria que uadit ad Sanctaren et inde per mediam stratam per portum de Ourens et inde per mediam stratam quomodo uadit per sumitatem de Bezelga et inde per lumbam de contra Sanctaren quo uertet aquam ad Bezelga et quomodo descendit in Thomar et inde descendit in Ozezar et inde ad portum de kajjs».

Em Fraxineta, julgou-se através da igreja medieval de Freixeda, ver uma antiga povoação que hoje se chama Freixianda. Fundando-se principalmente, entre outras razões, que do contexto do diploma parece inferir-se que

os limites do termo foram fixados ao longo de estradas, cursos de água e dorsos orográficos, havendo ainda evidente analogia entre as expressões «per aquam de Murta quomodo descendit in Fraxineta», e «quomodo descendit in Thomar et inde descendit in Ozezar» — o Senhor Tenente-Coronel Costa Veiga vê em Fraxineta um curso de água, e pensa que este curso seja a parte terminal do rego da Murta (depois de engrossado pelo afluente que lhe vem das Feteiras), a actual ribeira das Quebradas.

Quanto a nós a ribeira das Quebradas é a designada no diploma como «água de Murta» sendo o Fraxineta representado pelo curso do Nabão a montante de Formigais, curso de água que figura na delimitação, e que admitida a nossa hipótese do Tomarel ser considerado, à época, como curso superior do Tomar, ficava desprovido de nomenclatura. É o que nos parece deduzir-se dos tombos da Comenda da Sabacheira que passamos a examinar.

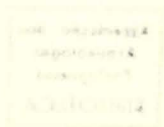
Na delimitação da Comenda de Sabacheira de 1570 — fls. 414 do livro n.º 2 de Christo, na Torre do Tombo — encontra-se o seguinte: «Está esta igreja situada no meio da sua freguesia onde se chama o Val do Sancho. A limitação da freguesia é a própria limitação da comenda que há nela que se chama Comenda da Sabacheira e cuja limitação é a seguinte: A limitação ou limite da dita comenda da Sabacheira começa à fonte do Açorrague que é ao vendaval e daí se vae pela estrada que vae para Formigais até aos lavradores de Joam de Maças e daí atravessa a ribeira de Ourem, que é já a poente e vae pela dita estrada sempre agua vertente ao val Meão e daí vae direito á ribeira de Formigais que é ao aguião, e daí pela dita ribeira até a foz da ribeira da Quebrada, e até aqui donde começou parte com o termo de Ourém. (Seguem-se, pela ribeira da Quebrada, as extremas com o termo de Alvaiázere, que já não nos interessam)». Vemos por aqui que em 1570 corria ainda uma estrada desde o Açorrague até Formigais, servindo de extrema entre a comenda da Sabacheira, da prelazia de Tomar, e o termo de Ourém que, evidentemente, representa a estrada medieval de Coimbra a Santarém da doação de Cera, atravessando a ribeira de Ourém (ainda lhe não chamavam de Seiça) nos lavradores de João de Maças i. e. no porto de Ourém. Repare-se que esta estrada serve de limite apenas até Formigais. Daí para norte é a ribeira de Formigais que serve de extrema até à foz da ribeira das Quebradas. Ora no diploma de doação de Cera a extrema é estabelecida pela estrada só a partir do porto de Tomar, sendo, até aí, feita por um curso de água. Daqui parece poder concluir-se que o porto de Tomar era em Formigais.

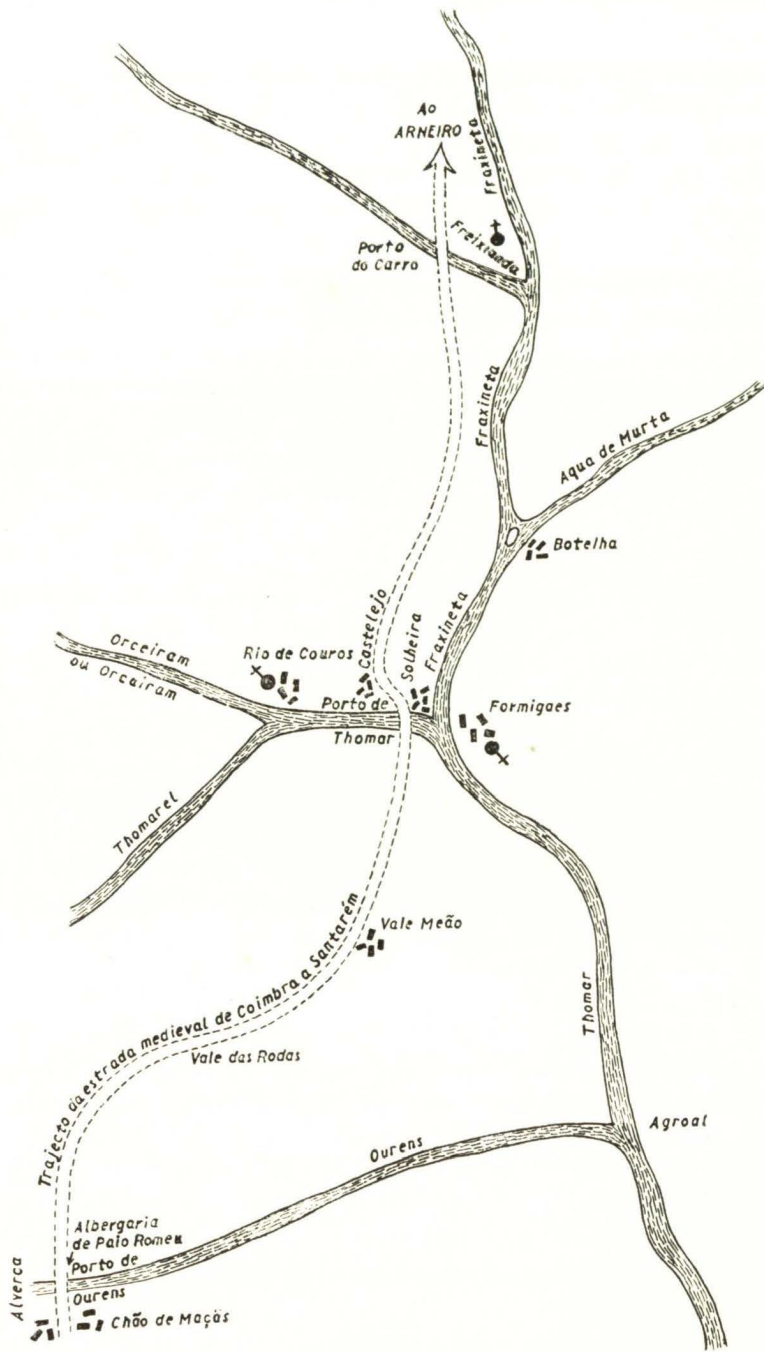
Mas realmente não era bem assim: Formigais é pegado a Soalheira, apenas separados os dois lugares pelo Nabão (a nossa ribeira de Formigais) e quem chega a um destes sítios está no outro. Simplesmente Formigais com sua igreja, era muito mais importante que a Soalheira e daí aparecer como referência.

Num outro tomo mais moderno de 1711 e muito mais minucioso com medições e demarcação, que se encontra no livro n.º 2 de Christo a fls. 411 v. (Torre do Tombo) — a extrema a partir do Vale Meão para Norte é assim defenida: «e daí vai cortando vertentes abaixo para a banda do lugar de Vermoeira donde em hum cabesso que fica á banda do norte aonde esta hum marquo e tem de comprido de marquo o marquo 2066 varas, e dahi vae cortando direito junto à Selheira (*sic*) atravessando a ribeira até onde está hum marquo da banda da ribeira dalem e tem dahi athe ao outro asima que fica no Outeiro tem de comprido duzentas e outenta varas e dahi vae cortando o Rio de Formigaes e nas terras da Selheira (*sic*) aonde se pos hum marquo no fundo da terra de Luiz Ferreira da Villa de Ourem e tem deste marquo ao outro que fica ao pé da ribeira de Selheira cento e cincoenta e seis varas e dahi vae cortando até ao Casal dos Conigos que traz Domingos Lopes Alambre de Formigaes e tem de hum a outro marco sessenta varas e dahi cortando pello vallado do dito casal com cara ao Sul junto à borda do rio e tem de comprido de hum a outro marquo que se poz na ponta sessenta varas e dahi voltando ao Norte pella borda do rio asima até a Ribeira da Quebrada por onde o mesmo rio serve divisão ate onde a mesma ribeira entre no mesmo Rio aonde se poz hum marquo ao pee da dita ribeira em um maucham com sua junqueira e tem de comprido de marquo a marquo duas mil duzentas sessenta e outo varas».

Vemos portanto que a extrema, descendo da Vermoeira atravessava a *ribeira de Selheira* (Tomarel, se não já o Tomar) e depois de algumas voltas de poucas varas nas terra da Selheira encostava ao Rio, seguindo por ele, a dita extrema, num extensão de 2.260 varas, até onde a ribeira das Quebradas entra no mesmo rio, rio que é portanto o Nabão, pois é ele que tem por afluente a ribeira das Quebradas. A este *Rio* do tomo de 1711, chama o de 1570, ribeira de Formigais — o documento da doação de Cera, chama-lhe «Fraxineta».

É com efeito o Fraxineta que a partir da «aqua de Murta» seu afluente,





Trajecto da estrada medieval Santarém-Coimbra, a partir de Chão de Maços, em direcção ao Norte

formava extrema até ao porto de Tomar, passando só desde aí a ser feita pela via medieval.

Note-se que assim o Fraxineta passava próximo do sítio onde depois se ergueu a igreja de Freixiandas, e onde hoje é a Freixianda, coisa que não aconteceria se o identificássemos com a ribeira de Quebrada, afluente de margem esquerda do Nabão, quando a Freixianda lhe fica na margem direita. Note-se ainda que, por esta forma, na Botelha, i. e. na foz da Ribeira de Quebrada ou rego da Murta, poderiam (no «moucham» em que os homens do tomo de 1711 puseram o marco) continuar a sentar-se a uma mesa o prelado de Tomar, e os bispos de Leiria e Coimbra continuando cada um na sua diocese, fórmula encontrada pelo P.^o Carvalho para dizer que nesse ponto confluíam os limites dos dois bispados e o da prelazia de Tomar.

No local pode, ainda actualmente, ver-se a estrada antiga, hoje simples caminho que desce do cabeço da Vermoeira e atravessa a ribeira da Selheira, em frente do Castelejo, lugar pegado à Soalheira, assente num vasto planalto que desce a ribeira em pendor suave. Nesta encosta há um sítio chamado a «Guerra» nome que passou a uma família da localidade.

«Castelejo» sugere a existência de fortificação na passagem do rio pela estrada medieval; i. e. no porto de Tomar existiu, muito provavelmente, uma defesa de que hoje não há mais vestígios que o topónimo.

Da mesma forma o topónimo «Guerra» sugere a tradição de pretérita luta local com importância bastante para perdurar.

Nos nossos Anais conhecidos por *Chronica Gothorum*, à notícia da fundação do castelo de Leiria, começado em Dezembro de 1135 (era MCLXXIII), segue-se imediatamente esta outra: «Era MCLXXV euenit infortunium super christianos in Thomar». Barrada pelo castelo de Leiria a estrada do litoral, seguida nas invasões, de que Soure foi mais do uma vez vítima nas arremetidas sarracenas contra Coimbra, não parecerá ilógico admitir que outra via com o mesmo destino, passasse a ser procurada. Neste caso se encontra a estrada medieval Santarém-Coimbra. Ora esta atravessava o Tomar no porto de Tomar e foi com toda a verosimilhança aí que se deu o encontro infeliz para os cristãos. Com efeito, à data Tomar era apenas o nome dum rio em cujas margens se feriu a batalha. Mas nesse rio havia um ponto que reunia as maiores probabilidades de duas forças seguindo em sentido inverso a estrada de Coimbra a Santarém, se virem encontrar: o referido porto de Tomar.

Não se veja no laconismo da ementa somenos importância para o acon-

tecido: além da sobriedade comum aos Anais, tratava-se de uma derrota! Antes pelo contrário esta derrota parece ter subido a nível nacional: por ela terá D. Afonso Henriques abandonado as vantagens obtidas em Cerneja, aceitando as ásperas condições da paz de Tui de 1137, para poder acudir ao Sul. Estabelece-o com convincentes fundamentos o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga ⁽¹⁸⁾ substituindo por esta derrota dos cristãos uma pretensa primeira tomada e destruição de Leiria em 1137 conjecturada por Herculano para justificar as renúncias de D. Afonso Henriques no Norte.

Os nossos anais referem uma única tomada e destruição de Leiria em 1140; a *Crónica do Imperador D. Afonso VII* também refere uma única tomada de «Heirena» mas desloca-lhe a data para 1137, ano do desastre cristão em Tomar. Esta conjunção levou até Brandão ⁽¹⁹⁾ a conjecturar que Herena — forma latina de Iria — pudesse ser em Tomar, ligado às lendas de Santa Iria, e admitir a possibilidade da destruição dum castelo aí existente antes dos Templários, possivelmente, mesmo, o de Ourém.

Diz ele: «Com ser provável o que deixamos escripto de ser o Castelo de Herena o mesmo que o de Thomar pela certeza do tempo em que os portugueses tiveram aquela perda (o infortúnio no Thomar) contudo respeitando a etimologia do nome (!) se pode dizer seria o Castelo de Ourem fundado em a mesma comarca e de sítio inexpugnável, o que aponto só com a probabilidade que se tira de conjectura e semelhança de nome (!!))».

Semelhança entre Ourém e Herena? Herena étimo de Ourém? Coisa estranha!

Aqui na região há um cabeço, dominante das comunicações naturais do Vale do Urqueira com Leiria, que esse, é que tem por étimo Herena: «Santarem dos Tojos». Mas parecerá fantasia supor lá uma fortaleza de que não há notícia nem vestígios. E mesmo, atendendo a que nas vizinhanças assenta a povoação de Óbidos parece mais provável que estes topónimos resultem de fixação local de gentes provenientes das suas homónimas estremenhas, de preferência a admitir um culto local a Santa Iria em Santarém dos Tojos.

⁽¹⁸⁾ *Ourique-Val de Vez*, «Anais da Academia Portuguesa da História», série I, vol. I, pág. 67.

⁽¹⁹⁾ *Crónica do Conde D. Henrique, D. Tereza e Infante D. Afonso*, Porto, 1944, págs. 248 e segs.

Quanto ao Castelejo, como o castelo do Carrapatoso de que se fala no foral de Leiria, a torre do Alvorge e mais tarde o castelo do Germanelo fundado por D. Afonso Henriques para proteger (ainda nessa época!) ajudar a fixar povoadores no termo, todos eles parecem mais ou menos ligados à via medieval Santarém-Coimbra, caminho natural para correrias mouras vindas da banda de Santarém, e no trajecto da qual essas defesas ficavam. Com efeito o Senhor Dias Arnaut em *Ladeia e Ladera*, págs. 159 e seguintes, marca uma via principal denominada estrada de Coimbra, carreira ou estrada coimbrã, a Ocidente de Penela (e portanto sem nada mais ter com a chamada estrada de Penela na doação do castelo de Zêzere do que ramais de ligação transversais) por diversos pontos de referência muito doutamente deduzidos de profusa documentação. O primeiro é o encontro próximo do monte Pega da estrada vinda de Montemor-o-Velho, provávelmente por Condeixa, com a estrada vinda de Coimbra por Alcabideque, a qual continuava para sul por entre o monte Pega e a ribeira de Alfafar, ao Rabaçal e daqui ao Alvorge e Ansião. Aqui voltamos ao nosso ponto de partida. Para ligar Ansião com o porto de Tomar ponto obrigatório de passagem da via medieval de Coimbra a Santarém (diploma da doação de Cera) não havia, como vimos, necessidade de seguir por Alvaiázere, bastava descer por Almoester, onde houve albergaria, o vale do Nabão até ao Arneiro e Perucha ou Freixianda. A estrada por Alvaiázere era como o Senhor Dr. Dias Arnaut pressupõe a pág. 188, um ramal de ligação com Tomar. Mas aquilo a que os documentos medievais chamam estrada Coimbra a Santarém, nunca passou por aquela cidade, aproximando-se dela quando muito alguns quilómetros na zona da Beselga.

Vamos seguí-la do porto de Tomar para o Sul.

Vimos pelo Tombo da Comenda de Sabacheira de 1570 que seguia até ao Açorrague pelos lavradores de «Joam de Maças» uma estrada: a «estrada de Formigais ao Açorrague». No Tombo de 1711 ainda aparecem pelo menos traços de essa estrada da Vermoeira ao Vale Meão (onde se juntava a outra vinda de Tomar pela Comenda — Quinta da Comenda de Sabacheira — Vale do Sancho) dividindo esse lugar que atravessava, numa parte para o termo a Tomar, o pertencente à Comenda, noutra pertença do termo de Ourém.

No Vale Meão ia a divisória também por estrada, pelo Outeiro da Bandeira ao Vale das Rodas, e daqui igualmente por estrada ao Vale do Moinho e deste ao Estremadouro. No Estremadouro coincidia o trajecto da via medieval, até Chão de Maças, com a estrada chamada real ou da mala posta que

mais tarde a veio substituir, e esta coincidência no velho porto de Ourém seria condicionada pelo alvercado da ribeira — a poente da estrada até ao talude do caminho de ferro ficam as ainda hoje chamadas «Alvercas» — que limitava a zona vadiável. no tombo de 1570 diz-se que aí «atravessa a ribeira de Ourém» mas a este termo não ligavam o significado primitivo «de rio Ourém» pois explica que Ourém ficava a poente, referindo-se evidentemente à vila.

Suponho que neste sítio do Estremadouro assentasse a «Albergaria de Paio Romeu» a que se refere um documento do Livro dos Mestrados ⁽²⁰⁾ «Carta por que deram a pero garcia a albergaria de Ourém com certas condições nomeadas» — Era 1237 (xp.º 1199) Ego frates donus Martinus fromariguus qui erat tunc comendator de Tomar una cum fratribus et ego pretor Petrus albus una cum Cöcelio de Tomar fagimus tibi petro garsie cartam de Albergaria de Ourem que fuit de pelagio romeo et de uxore sua maria soaris...».

Uma albergaria «De Ourem» que parece situada no território de Tomar, pois na sua doação intervém o pretor de Tomar e o mestre do Templo deve referir-se antes ao «porto» do que à terra de Ourém. De resto tais «portos» eram locais em que as albergarias se tornavam necessárias para acolher os viandantes às vezes retidos dias e dias na ocasião das cheias.

Esta albergaria e suas terras constituíram, talvez, o que depois foi a Quinta da Ponte de Chão de Maçãs, que no século XVII pertenceu ao Capitão Miguel Gameiro.

Do «porto de Ourem», já em 1711 ponte de Chão de Maçãs, ia o limite da comenda que, atravessando o lugar de Chão de Maçãs, o dividia em duas partes a oriental da comenda da Sabacheira, e a ocidental, pertencente, como ainda hoje, à freguesia de Seiça, do termo de Ourém. De Chão de Maçãs vai a extrema pelas «Barrocas», restos de estrada velha ainda como tal conhecida mas já não seguida em 1711, até ao sítio de Alcochete (hoje mais conhecido por Fonte Seca) onde cruzava com a estrada Tomar-Leiria por Fontainhos (variante de inverno).

De Alcochete ao «Azorrague» a extrema em 1711, já não seguia, como em 1570, por estrada mas sim por um ribeiro — o ribeiro do Forno — que certamente foi o herdeiro da estrada velha de Alcochete para Sul, da mesma forma que as «Barrocas» a representam de Alcochete para Norte. É que a

(20) Torre do Tombo, *Livro dos Mestrados*.

erosão é por ali muito intensa, podendo, no sítio da velha estrada, ver-se alguns carvalhos, relativamente novos, como que pousados em cima de pedestais de terra, de mais de metro, que as respectivas raízes aglutinaram preservando-as dos fenómenos erosivos. É aliás conhecida a sina tantas vezes verificada dos caminhos velhos: transformarem-se em ribeiros.

Foi possivelmente por este trajecto se tornar impraticável que a estrada mudou, passando à margem esquerda da Beselga em Porto da Lage para, pela igreja de S. Silvestre de Beselga, vir à Carregueira e portela do Vale dos Ovos, a Alcochete, que era o trajecto da estrada real mencionada pelo P.^o Carvalho da Costa e por Baptista de Castro. Supõe o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga que fosse este último o seguido pela via medieval, mas não era, como se conclui dos tombos que estamos analisando: ia, a ponte do Furadouro, pelo ribeiro do Forno, ao Azorrague. De resto este caminho não deixou mesmo de 1711 para cá de ser seguido, pois ainda pelos princípios do século passado o Dr. Francisco Fernando de Almeida Madeira, que foi juiz de fora e Corregedor de Ourém, «mandara reparar o caminho do Furadouro com madeiros» como dá conta para o Desembargo do Paço.

A extrema da comenda pára um pouco a sul do Azorrague, mas nós sabemos que do Azorrague a estrada continuava para Fungalvaz. De facto no tombo de 1711, menciona-se como extrema um troço de estrada que vai de Fungalvaz à Alburitel, pelo Azorrague. Era um ramo lateral que a via medieval dava para Alburitel e que depois, com a interrupção resultante da transformação no ribeiro do Forno do troço Azorrague-Alcochete, aparece como via principal.

Fungalvaz é ainda hoje ponto obrigado para quem faz de profissão marchar a pé. E de Fungalvaz para o Sul?

Na delimitação de S. Miguel de Porrais, da Ordem de Cristo ⁽²¹⁾ fala-se do porto da Ovelha entre Fungalvaz e Fontainha de Fungalvaz, da banda de além do ribeiro — provávelmente do ribeiro que vem dos lados de Assentiz, aludindo-se ainda a um «porto de João da Serra» na mesma ribeira da Beselga.

É provável e natural que estes «portos» servissem a estrada medieval no seu caminho em provável direcção de Paialvo.

Das proximidades derivou depois a variante que, atravessando para a

(21) *Livro de Christo, n.º 2*, Torre do Tombo.

margem esquerda da Beselga em «porto da Laje» (local da actual estação de Paialvo), veio a ser estrada da mala posta.

De Paialvo para além nada sabemos. Julga o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga que seguisse por Lamarosa ou — na alternativa Venda da Peralva à Golegã, torneando aqui para Sudoeste na direcção de Santarém.

Observaremos que para seguir a Santarém seria talvez mais longo ir pela charneca, mas seguramente mais cómodo, evitando o caminho do campo, inundável e, à época, pantanoso, como se menciona no relato da conquista de Santarém⁽²²⁾. Se a Golegã e a Barquinha eram pontos de convergência de muitas antigas vias esse facto era devido à existência, ali, de vaus do Tejo e de portos fluviais; mas aqui trata-se, cremos, de um caminho unicamente terrestre, e o mais curto e cómodo entre Santarém e Coimbra.

Um mestre de obras da região conhecemos, que, saindo cedo de casa, ia a pé para Torres Novas, trabalhar. Depois dum descanso naquela vila não lhe seria difficil atingir Vale Figueira e até Santarém, no mesmo dia. Vem isto para dizer que pela via medieval de Coimbra a Santarém tal como nos aparece neste estudo era possível fazer em dois dias a marcha de Scalabis, estação da via militar romana de Lisboa a Braga, a Conimbriga (Condeixa-a-Velha) outra estação da mesma via, pernoitando em Sellium, mansão intermédia mencionada no Itinerário de Antonino Pio e que, fatalmente, devia cair por estas imediações.

Considerando as várias hipóteses possíveis e seguindo com o curvimetro na carta, os diferentes trajectos desde Condeixa-a-Velha até Vale de Figueira ou proximidades onde o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga supõe que fosse Scalabis de preferência a Santarém (o campo romano dos Chãos em Alpompe é próximo de Vale Figueira) formulou o mesmo distinto historiador as seguintes hipóteses relativamente a localizações de Sellium:

1.^a A da via romana tomar em Conimbriga a direcção de Penela seguindo depois por Chão de Couce, Cera, Tomar, Guerreira, Atalaia, Golegã, pontes do Almonda e do Alviela a Vale de Figueira.

É a estrada de Penela — hipótese do Dr. Vieira Guimarães para a via militar romana.

(22) «Além disso esta planície é cheia de pântanos e ilhotas e por isso mesmo a ninguém é acessível a não ser em navios e em certas épocas».

2.^a A da mesma via correr mais a Oeste pelo Rabaçal, Alvorge e Ansião, obliquando aqui a Leste, por Maças de Caminho e Alvaiázere a entroncar no primeiro traçado.

3.^a A de a mesma via continuar de Ansião para o Sul descendo o Nabão pela margem esquerda até abaixo da Botelha passando então à margem direita e vindo cruzar a ribeira de Seiça nos arredores de Chão de Maças após o que seguiria pela margem esquerda da Beselga atravessando esta no Porto de Lage ou suas imediações para tomar por Paialvo, Lamarosa — ou Venda da Peralva — Golegã e Vale de Figueira.

Na 1.^a hipótese as 34 milhas ou 50 km. de Conimbriga a Sellium viriam dar em Ceras, e as 32 milhas ou 47 km. de Sellium a Scalabis, viriam cair em Alpompé.

Na 2.^a Sellium localizar-se-ia 2 km. a sul de Ceras e Scalabis em Vale de Figueira.

Na 3.^a hipótese Sellium viria a ficar cerca de Chão de Maças e Scalabis em Vale de Figueira.

É para esta 3.^a hipótese que mais se inclina o Senhor Tenente-coronel Costa Veiga: «inclinamo-nos para esta última, sem que, todavia, não venha a surpreender-nos a possibilidade da sua futura rejeição, como consequência do reconhecimento arqueológico no terreno. Tal como a sugerimos, esta mesma hipótese representa apenas uma directriz de pesquisas — a que com maiores probabilidades, julgamos, permitirá descobrir o traçado exacto da estrada de Sellium. Coincidência notável: o Prof. Dr. Amorim Girão investigando esta própria estrada a igual tempo que nós, chegou também, conforme amavelmente nos comunicou em carta, à conclusão que devia correr pelo vale do Nabão. A convergência, animadora dos resultados leva a confiar que virá a prova definitiva por explorações no citado vale».

A primeira e segunda hipótese levam por Tomar a estrada militar e fazem cair Sellium próximo de Ceras. A elas voltaremos para agora só considerarmos a terceira, a que localiza Sellium por alturas de Chão de Maças fazendo no entanto depender tal localização de achados arqueológicos. Ora estes achados, possíveis embora, parecem-nos bastantes aleatórios. Onde há vasta arqueologia romana é na Beselga e começa logo na igreja de S. Silvestre, em cujo adro, ainda recentemente, se descobriram mosaicos; ou então junto ao Rio de Couros entre a igreja e o Nabão, vasto campo com restos de telha romana, cantarias, alicerces, mosaicos, e até uma lápida funerária que se vê na escada

do adro. Destes factos não conheço mais notícias bibliográficas além de monografia do Dr. Neves Eliseu e de alguns apagados escritos que sobre o assunto temos publicado com vontade de os levar ao conhecimento dos investigadores competentes.

No Castelejo e na Selheira, isto é no Porto de Tomar, é que se encontram em maior abundância.

Poderia aqui localizar-se Sellium? Poderá o Castelejo ser a memória toponímica dum acampamento ou fortaleza romana? A posição seria constituída por um vasto planalto flanqueado a Sul e a Nascente por dois cursos de água: o Tomarel e o Nabão, dominado a norte por pequenos outeiros. Seriam neles as fortificações? Não sabemos até que ponto as directrizes que traçamos da via medieval de Coimbra a Santarém, um pouco diferente das consideradas na 3.^a hipótese do Senhor Tenente-coronel Costa Veiga, por Almoester-Arneiro, com passagem à margem direita do Nabão, sem a volta por Alvaiázere-Botelha; seguimento a partir de Chão de Maças por Poente do Furadouro sem nunca passar à margem esquerda da ribeira da Beselga — não sabemos, dizíamos, até que ponto estas alterações possam influir na marcha do curvímetro e onde, nesta nova modalidade, viria a cair Sellium. Sabemos porém que de Freixianda a Ansião pelo caminho velho do Arneiro (Arneiro-Almoester-Ansião) em vez de dar a volta pela estrada de macadame de Alvaiázere, se poupam duas boas léguas. Este encurtamento certamente fará na marcha do curvímetro, cair Sellium para Sul de Chão de Maças, possivelmente por altura das Beselgas.

Mas — pode perguntar-se — sendo Selio a paróquia mais austral da diocese conimbrigense, estender-se-ia esta tanto para Sul?

No século XII, o território coimbrão, segundo vemos em *Ladeia e Ladera*, págs. 60, chegava à Fonte das Bogas que o Senhor Dr. Dias Arnaut, apesar das diligências empregadas, não chegou a localizar.

Encontrámos referências a esta fonte num documento do Códice 736 da Biblioteca Nacional (fls. 274) «D. Frei Lopo Dias de Sousa mestre da cavalaria da Ordem do Templo nos disse que a dita sua Ordem ha uns moínhos e herdades no Rêgo da Murta da parte de alem do Ribeiro, em termo de Alvaiazere, acerqua da Torre da Murta, e outro si tres casaes a fundo da dita Torre, contra Pellemá, onde chama a Lagea junto com a Fonte das Boogas, que são pertença da dita Torre ...»

No Cartório Notarial de Vila Nova de Ourém encontrámos, também, uma escritura de 25 de Maio de 1843, em que José Caetano Freire, da Rama-

lheira, como tutor do demente mudo Francisco Maria Coutinho, filho que ficou do Dr. António Coutinho, do mesmo lugar da Ramalheira, vende, para pagamento de certas dívidas, todos os bens do dito demente situados do rio de Ansião (entenda-se o Nabão) para lá (na margem esquerda portanto, pois tanto a Ramalheira como Ourém, onde se presume feita a escritura, ficam na margem direita) desde Formigais até à Quebrada (Rego da Murta, ou melhor ribeira do Rego da Murta) exceptuados os carvalhos que estão à Fonte das Bogas.

Daqui se depreende que, fazendo tais carvalhos parte dos bens situados entre Formigais e ribeira da Quebrada, a Fonte das Bogas nessa zona se deverá encontrar. Tratar-se-á, pois, da fonte intermitente que fica a pequena distância e a norte de Formigais, a qual, quando rebenta no Outono, dá origem a um ribeiro afluente da margem esquerda do Nabão, cujas águas moviam o lagar de azeite que a Ordem de Cristo possuiu em Formigais — provavelmente o «Lavoriza» que em *Ladeia e Ladera* se vê relacionado com a Fonte das Bogas. Chegava pois, o território de Coimbra, na margem esquerda do Nabão, até quase a Formigais. É natural que na margem direita, atingisse, primitivamente, o Tomarel, acidente geográfico que, na margem direita do Nabão corresponde à Fonte das Bogas da margem esquerda.

É certo que os territórios dos castelos podiam não coincidir com os diocesanos. Mas também o provincial visigótico conhecido por *Divisio Wambae*, parece trazer tal diocese só até ao paralelo de Leiria: «Conimbriga teneat de Nava usque Bergan, de Torrente usque Lora».

Assim, parece que o termo de Ourém pertenceria a dois bispados e nesta incerteza, vimos a infanta D. Teresa fundar-se para dizer na doação do eclesiástico de Ourém a Santa Cruz de Coimbra, em 1183, que não se sabia a diocese a que a terra pertencera».

É que a *Divisio Wambae* que, segundo modernos eruditos ⁽²³⁾ conservará a substância do Provincial hispânico do século VII, resume-se, quanto a limites, a citar os extremos de dois eixos perpendiculares, donde fatalmente resultam imprecisões. Todavia o bispo de Lisboa D. Gilberto, já em 1159, parece ter ideias definidas sobre os limites da sua diocese, como resulta do do-

(23) P.^o Pierre David *Études historiques sur la Gallice et le Portugal du VI au XII siècle*, pág. 6.

cumento de Fevereiro de 1159 onde cedeu todos os direitos episcopais nas igrejas que os Templários viessem a edificar na faixa do território de Cera (doado no mesmo mês e ano por D. Afonso Henriques à Ordem do Templo) compreendida entre a estrada medieval de Coimbra a Santarém, e o rio Tomar, a partir do porto de Tomar para Sul.

«... de omnibus illis ecclesis quas edificaverunt a portu de Thomar que est in strata de Colimbria e inde per pörtus de hourens et inde ad Sumitatem de beselga et inde per lumbum de contra Sanctaren quo modo uertit aquam ad beselga et quo modo descendit ad Thomar et inde peruenit ad stratam de Colimbria per portum de Thomar qui vadit de fraxineta...» (24).

Isto prova que D. Gilberto considerava de sua jurisdição, pelo menos, o território a sul do Tomarel, sendo lógico pensar que deste ponto seguissem os limites do bispado até ao Lis, englobando portanto o castelo e terra de Ourém. Oportunamente veremos ao tratar do eclesiástico de Ourém, que a doação de D. Teresa a Santa Cruz deve ter sido, mais ou menos, inoperante, pois os prelados de Lisboa até de bens legados por testamento vieram a esbulhar aquele mosteiro.

Sendo assim, i. e. se o bispado de Lisboa se estendia até aos vales do Lis e do Tomarel o mesmo será dizer que nos referidos vales terminava a diocese conimbrigense o que favorece a localização de Sellium no Castelejo — Selheira, ainda a Norte do porto de Tomar e portanto do Tomarel.

Este documento do bispo de Lisboa interessa ainda sob outro ponto de vista. Como se vê da data, ele é contemporâneo da doação do território de Ceras à Ordem do Templo, feita em Fevereiro de 1159 por D. Afonso Henriques, deferindo, de algum modo, a favor da Ordem do Templo, a posse das igrejas que se viessem a edificar no território doado pelo Rei. Mas, em vez de abranger toda a terra de Cera, até ao Zêzere, o bispo limita-se a mencionar o território que vai da estrada medieval e das lombas da Bezelga, até ao Tomar ou Nabão. Porque não estendeu a renúncia a toda a terra de Cera? Certamente por não possuir jurisdição do rio Tomar ou Nabão para Nascente, em obediência aos limites assinalados pelo provincial visigótico denominado *Divisio Wambae* para a diocese egiditaniense: «De Salla usque ad Navam,

(24) *Documentos medievais portugueses — Régios, Tábuas do I Volume, tábuas XLII.*

de Sena usque Muriellam» — i e. de oriente para ocidente de Salla até Navam ou Nabão que em 1254 numa bula de Alexandre IV aparece com a forma «Navã de Juncoso, sive Nabão fluvio, qui fluit juxta castrum de Tomar Templariorum» (25).

Vivia-se então ainda próximo da época em que a dinastia asturo-leonesa se considerava directa continuadora dos reis visigóticos com o culto das tradições, então mais vivas, e respeito pela documentação herdada, e ainda não desfeitas, como o foram depois os Provinciais, pela crítica excessiva, aliás em parte justificada. A intervenção dos «fabuleros» de que foram vítimas, introduzindo alterações interesseiras, interpolações, acrescentos ou omissões nas sucessivas reproduções, não conseguiram contudo, segundo autorizada opinião de Pierre David, inutilizar como fonte histórica os provinciais e paroquiais suevo-visigóticos.

Deste documento resulta ainda que não foram os templários ou os seus sucessores da Ordem de Cristo que transferiram do Zêzere para o Tomar, o nome de Navã pretensamente atribuído àquele rio com o fundamento de em Pedrógão Pequeno ter havido altares da deusa Nabia. Se transferência houve fora anterior à doação da terra de Cera. E não só o documento citado mas ainda a tradição antiga atribui à região o nome de Nabancia. Numas inquirições mandadas fazer em 1355, em consequência da extinção da Ordem do Templo encontram-se depoimentos curiosos que transcreveu D. Rodrigo da Cunha — *Historia ecclesiastica da egreja de Lisboa*.

É o primeiro, de Gil Esteves, vizinho de Tomar, que afirma ouvir dizer a seu avô Martim Tinoca: «que o dito Martim Tinoca ouvira dizer a D. Mendo de Porta, que fora no pobramento de Thomar, que elRey de Portugal dera o Castro de Cera aos Freyres do Templo para escambo das Igrejas de Santarem e que pobrando elles hum besteyro veyo ao mestre Galdim Paes e disse-lhe que lhe mostraria hũ lugar que fora pobrado de antigo: e que assi viera pobrar o castello de Thomar: e disse mais que onde está Santa Maria de Thomar ouvira dizer a muitos velhos, que havia hũa nobre cidade de christãos, chamada Nabancia e que a dita Igreja fora mosteiro de frades».

— Pedro Pombo, que deu segundo testemunho acrescenta que costu-

(25) Manuel Pereira da Silva Leal, *Memórias para a história ecclesiastica do bispado da Guarda*, tomo I.

mavam chamar a Santa Maria de Tomar «Sta. Maria de Selho» parece aludindo ao Abade Célio.

— O último que é Domingos Paez Roussado, «que ouvira dizer a muitos e bons, que Sta. Maria de Thomar fora cidade e fortaleza de christãos e ouvera aí mesmo confrades dos negrados em que houve hi um Abbade que chamarão Dom Celho irmão da madre de Sta. Iria o qual Abbade enviou a Roma para autenticar a Sta. Yria per santa depois da morte dela»... etc.

Tudo concorre, pois, tradição antiga e documentos, para identificar com o Tomar ou Nabão, a Navã de Juncoso ou «Navam» do provincial visigótico, limite ocidental da diocese egitaniense.

Nestas condições deve ter-se como impossível a localização de Sellium em Cera, ou imediações (1.^a e 2.^a hipótese do Senhor Tenente-coronel Costa Veiga, atrás especificada) ou no campo arqueológico da margem esquerda do Nabão, em Tomar, (hipótese Vieira Guimarães) pois admiti-lo o mesmo seria que situar na diocese da Egiditania a sede duma paróquia que, pela paroquial suevo-gótico se sabe ter pertencido à de Conimbriga ⁽²⁶⁾. Porém nos depoimentos dos vizinhos de Tomar inquiridos em 1135 topamos com o termo «Cêlho» ligado em regra pelos depoentes ao lendário abade Célio tio da lendária Santa Iria, depondo Pedro Pombo que a Santa Maria de Tomar, costumavam chamar Santa Maria de Celho. Quanto a nós este termo, que andava na tradição ligado ao lendário abade, nada terá com ele mas muito parece ter com Sellium. Confrontêmo-lo, com efeito, com S. Jorge de Selho, povoação do Minho que figura nas Inquirições de 1258 «inter Ave et Sellium»; confrontêmo-lo ainda com S. Cristóvão de Selho, ou de «Ripa Selli» nas *Inquisitiones*, págs. 5. Nada mais será preciso para ver em «Cêlho» ou «Sêlho» a forma para a qual evolucionou o vocábulo latino «Sellium» nome de um rio de Entre Douro e Minho, e nome também da paróquia mais medieval da diocese de Conimbrica, através provavelmente da forma Selio usada na paroquial suevo-gótico.

Por outro lado, no tomo da comenda da Sabacheira de 1711 vimos o escriba grafar, com uma insistência digna de notar-se, *Selheira* aquilo a que nós hoje chamamos *Soalheira* e o povo *Sólheira*. Deve ter havido aqui uma

(26) P.^o Pierre David, *Études historiques sur la Gallice et le Portugal*, pág. 36.

deturpação semelhante à que em nossos dias nos foi dado observar com «Cacheiria». Lembro-me de em pequeno ouvir dizer «Cacheiria» ou «Cacheirias», como aliás em documentos do passado se escreveu sempre. Ainda hoje algum raro velho assim pronuncia, mas o que toda a gente adopta, mesmo na linguagem oficial é Caxarias ou Caixarias, como se o étimo do topónimo tivesse sido *Caixa* e não *Cacheira* a que hoje ninguém liga o significado de moca, tendo-se tornado, na região, termo perfeitamente arcaico. Paralelamente Selheira etimologicamente, julgamos, ligada a Sellium, terá sido transformada em Solheira pela linguagem popular e oficializada em Soalheira, evolucionando para qualquer coisa de compreensível visto do significado primitivo ninguém já ter notícia.

Quanto à determinação *eira* vêmo-la nas proximidades ligadas a nome de sabor antigo v. g. Sabacheira (ligado a Sabachão, forma arcaica de Sebastião, segundo o Senhor Dr. Joaquim da Silveira, por informação do Senhor Alberto Pinheiro) Sandoeira (com a raiz Sand) e talvez Vermueira, usando-se mais para Poente de preferência a terminação *ia* com a mesma função: Gonde maria (ligado evidentemente a Gunthimar) Fartaria, Vintelharia, Moçomodia (ligado a Moço? parece que hipocorístico de Afonso, usado todavia na época da reconquista. v. g. Moço Viegas).

Do exposto parece-nos poder concluir que da Sellium do itinerário de Antonino ou da Selio da paroquial do VI século, persistiram na região os vestígios linguísticos em Selho e Selheira, os quais, por ninguém já lhes conhecer a verdadeira e antiga origem, aparecem deformados para qualquer coisa concreta e inteligível caso de Solheira, ou ligados a uma explicação lendária, também muito de agrado popular, caso da lenda do Abade Célio. Se a intervenção do lendário abade Célio tivesse para o ponto debatido algum valor, poderíamos invocar a lápida funerária existente na escada da igreja de Rio de Couros,

D. M. S.
FABRICIO FRONTONIO. AN. XXVI
FABRICIUS CAELI PATER
ET ALBURA MATER FILIO PIENTISSIMO
F. C. — H. S. E.

indicando que por ali houve uma família possivelmente da tribo *Caelia*.

A propósito é curioso notar a presença nas lápidas funerárias existentes

no castelo de Leiria da gens *Frontonio*, que também aparece nas de Monte Real, e do Almourol.

Recapitulando, em resumo, o que à questão de Sellium ou Selio, se refere parece concluir-se que as diferentes pistas seguidas nos conduzem a soluções contraditórias.

Se como depõe Pêro Pombo nas inquirições de D. Dinis as ruínas do mosteiro existente na margem esquerda do Nabão — mais ou menos Santa Maria dos Olivais — foram as de Santa Maria de Celho ou Selho, esta tradição torna extremamente provável a localização ali de Sellium.

Mas como admitir localizada em território da diocese da Egeditania a sede da paróquia mais meridional da diocese Conimbricense?

E note-se que nas mesmas inquirições se confirma ser tradicional o nome Nabância e portanto Navã ou Nabão, o rio que os árabes chamaram Tomar, até ao qual o paroquial visigótico trazia a diocese egitaniense, tradição que de resto foi de certo modo, digamos oficializada, pelo bispo de Lisboa D. Gilberto não considerando da sua jurisdição o território doado aos templários para leste do Nabão. Mais tarde, restaurada na Guarda a diocese egitaniense, os seus bispos, litigando com os de Coimbra sobre limites, convieram, em compromisso de 1254, com base no provincial visigótico, conhecido por *Divisio Wambae*, que a divisória fosse a «Navã de Juncoso, sive Nabão fluvio qui fluit juxta castro Tomar Templariorum» o que depois foi confirmado por bula do Papa Alexandre IV ⁽²⁷⁾.

Como sair deste dilema? Figurando Sellium no paroquial suévico como paróquia da diocese conimbrigense, é evidente que não podia ficar a leste do Nabão, e nesse caso ou Santa Maria de Celho nada tinha com Sellium, ou o Tomar não correspondia à Navã do provincial visigótico.

Dar-se-ia o caso de «Nabancia» corresponder não a uma povoação ou cidade mas a uma região mais vasta — englobando terras de uma e outra diocese, e confinando até com outros rios além do Tomar?

O epíteto de «Juncoso» que no compromisso dos bispos de 1254 aparece acrescentado a «Navã (a Navam ou Nava do provincial visigótico em que tal epíteto não figura) vêmo-lo num documento medieval, doação à Ordem de Malta do castelo de Belver, por D. Sancho I, como nome dum fundão. Vem

⁽²⁷⁾ Dr. Manuel Pereira da Silva Leal, *Memórias para a história eclesiástica do bispado da Guarda*.

transcrito na *Nova história de Ordem de Malta* com a forma juncoso: «...transeunt tagu hac parte vadit ad turre de dordolla et descendit per fundu de *iuncauso* et exinde ad Oleiros usque uzezar usque tamolla».

Transferindo para este «Juncauso» que parece ficar entre o Tomar e o Zêzere a Navã do provincial teríamos o problema resolvido a favor da localização de Sallium em Santa Maria dos Olivais, embora contra o que na época da reconquista se admitia sobre os limites das antigas dioceses.

A hipótese mais consentânea com esses tradicionais limites seria a de situar Sellium, na Selheira, i. e. no porto de Tomar acima do paralelo de Leiria considerada como a Lora do provincial.

Mas já vimos que a distância medida na estrada de Conimbriga por Alvorge-Ansião-Almoster-Arneiro que a via medieval seguia até ao porto de Tomar, é demasiadamente curta para preencher as milhas que o itinerário aponta entre Conimbriga e Sellium. Para a hipótese se tornar viável seria necessário admitir um trjecto diferente e mais longo para a via romana por exemplo por Rabaçal-S. Tiago da Guarda-Lagoa Parada-Ramalhais-Arneiro, isto é seguindo o Vale do Nabão mas contornando este rio pela margem direita sem o atravessar duas vezes como fazia a vida medieval que, aliás, poderia representar um atalho da estrada romana, uma variante estival, seguida só na altura em que o Nabão se transforma em «Rio Seco». A existência duma estrada medieval de Coimbra a Ramalhais, ou seja vizinhança de Abiul, é de certo modo confirmada pela presença ali, do Infante D. Afonso de Castela quando, vindo em auxílio de D. Sancho II, atacou Leiria. À ida ou à volta, esteve em Abiul (Brandão, *Crónica de D. Sancho II e D. Afonso III*, Porto, págs. 103). Tendo entrado pelo Sabugal e tomado Covilhã e Guarda que estavam pelo Conde de Bolonha, é natural que a base de operações contra Leiria tivesse sido Coimbra, sempre fiel a D. Sancho, preferindo o caminho acima suposto, ao de Soure-Pombal, castelos templários desafectos, pelo tempo, ao Rei.

Estas possibilidades que se apontam são, é claro, meras hipóteses, ainda não comprovadas. Actualmente, parece-nos, o mais que se podera induzir é que a Sellium do itinerário de Antonino e Selio do paroquial suevo-gótico, ficava por estas imediações parecendo-nos prematuro afirmar como se tem feito e continua a fazer a sua localização em Tomar, na margem esquerda do Nabão. Consequência das publicações de Vieira Guimarães, é de notar que os trabalhos deste autor nem sempre são desapaixonados não se podendo aceitar as suas afirmações sem crítica.

A AULA DE ANATOMIA DE CHAVES

pelo

sócio efectivo

J. T. Montalvão Machado

TÁBUA DAS MATÉRIAS

	PÁGS.
I — Considerações prévias	133
II — Surgem as Aulas Militares de Anatomia e Cirurgia	135
III — Manuel José Leitão e a criação da Aula de Chaves	137
IV — Instalação da Aula	141
V — Os Estatutos	146
VI — Funcionamento da Aula	152
VII — Discussões académicas	155
VIII — Nova fase da Aula	158
IX — Eficiência do ensino	163
X — Extinção das Aulas de Anatomia e Cirurgia	166

A AULA DE ANATOMIA DE CHAVES

I — *Considerações prévias.* — Têm afirmado os historiadores da nossa Medicina ⁽¹⁾ que era grande o atraso dos nossos médicos e cirurgiões, pelos meados do século XVIII, quando noutros países, como em França e na Inglaterra, os cirurgiões iam realizando novos progressos e desenvolvendo novas práticas.

É natural que tal atraso traduzisse a deficiência dos nossos estudos médicos, cujo grau, muito rudimentar, não habilitava capazmente os jovens galenos.

A Faculdade de Medicina de Coimbra, única existente em Portugal, teria a principal responsabilidade de criar bons ou maus profissionais da arte de curar. Mas, eivada dum espírito fradesco, ensinava muito de Grego e Latim, mas ensinava pouco de Medicina; explicava minuciosamente os Aforismos de Hipócrates, mas ignorava as novas práticas cirúrgicas da talha, da uretrotomia e da pupila artificial, o tratamento das hérnias, os novos processos de amputar e desarticular.

No Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa, pecava-se por um mal diametralmente oposto. Aí, graças ao ensino prático de mestres abalizados, como o francês Pedro Dufau e os portugueses Manuel Constâncio e António de Almeida, os alunos praticavam as disseções anatómicas e iniciavam-se nas ope-

⁽¹⁾ Augusto da Silva Carvalho, *A Régia Escola de Cirurgia de Lisboa*, Lisboa 1926.

rações cirúrgicas, mas não recebiam idêntica aprendizagem no campo da medicina.

Era evidente que essa deficiente preparação de médicos e cirurgiões não podia deixar de repercutir-se no Exército, onde os serviços da medicina castrense muito deixavam a desejar, sobretudo em tempo de guerra. O mal vinha de longe e já durante a Guerra da Restauração e a Guerra da Sucessão tinham sido adoptadas medidas para que não fossem admitidos cirurgiões militares, sem serem previamente examinados e aprovados pelo Cirurgião-mor do Reino.

Depois, no reinado de D. José, durante as lutas com a Espanha, o chamado *Regulamento de Lippe* procurou remediar algumas insuficiências e, durante alguns anos, melhoraram os serviços da medicina castrense.

Esta melhoria foi todavia sol de pouca dura, ficando novamente civis e militares à mercê de sangradores ignorantes que desconheciam os preceitos fundamentais da arte de curar.

A penúria dos socorros médicos de aquele tempo está aliás bem retratada num officio (2), guardado no Arquivo Histórico Militar, 1.ª Div., 1.ª Sec., Cx. 120, Pasta 1, enviado pelo Governador da Praça de Elvas, Manuel Bernardo de Melo e Castro, ao 1.º Ministro, Conde de Oeiras. Diz assim:

«He verdade Snr. que nesta Praça ha cinco cirurgioens, que são dos cinco Regimentos da sua guarnição, aos quaes assistem quatorze Ajudantes com obrigação de todas as manhãs hirem para o Hospital, a que não faltam, como em todas as mais vezes necessárias, a que também não falta mais hum cirurgião que he o da obrigação do Hospital: porem todos estes seis cirurgioens e quatorze Ajudantes estão muito necessitando de hum mestre que os insine e bem instrua no verdadeiro metodo curativo.....
.....podendo-se acudir se V.ª Ex.ª houver por bem abrir nesta Praça uma Aula de Anatomia.....

Elvas, a 5 de Junho de 1766.

Ao Ilm.º e Exm.º Snr. Conde de Oeyras.

Manuel Bernardo de Mello e Castro.»

(2) Arquivo Histórico Militar. Diversos documentos, cujas cotas vão citadas no texto.

Este officio não teve efeito immediato. Serve apenas para se aquilatar da insuficiência da nossa medicina castrense e era mais um contributo para fazer vingar uma ideia, que andava talvez na mente de muitos chefes militares: fazer abrir algumas Aulas de Anatomia e Cirurgia, junto dos Hospitais Militares de algumas praças do Reino.

II — *Surgem as Aulas Militares de Anatomia e Cirurgia.* — Eram tantas as queixas apresentadas pelos comandos militares, à imagem de aquela que acima ficou parcialmente transcrita; era paralelamente tão acentuada a magreza dos socorros médicos às populações civis, sobretudo nas regiões afastadas, que, dia a dia, se ia divulgando a necessidade de criar escolas práticas para o ensino da arte de curar.

Pretendia-se estabelecer tais escolas junto dos hospitais militares, para que cirurgiões-mores, dotados de relativa competência, pudessem preparar e educar convenientemente, na arte de curar, os jovens, civis ou militares, que quisessem ir ali estudar, trabalhar e aprender.

Durante muito tempo, as queixas e os desejos apresentados não foram ouvidos, mas, como «água mole em pedra dura tanto dá até que fura», as esferas governativas acabaram por reconhecer as necessidades expostas, e, em 1773, governando o Marquês de Pombal, foi criada a Aula de Anatomia e Cirurgia de Almeida. Dum estudo, publicado em 1945, pelo Senhor Dr. Manuel Gião⁽³⁾, transcrevemos o decreto que criou a Aula de Almeida:

«Atendendo a alguns justos motivos que me foram presentes: Hei por bem nomear a António Joseph Coelho Rodrigues no emprego de Cirurgião-mór do Regimento de Infantaria de Almeida. Com a obrigação de explicar Anatomia a todos os ajudantes de Cirurgia, e Praticantes do mesmo Regimento e dos mais que guarnecem a dita Praça, que uns e outros se devem exercitar no Hospital Militar della: E nesta consideração vencerá com o dito Emprego duzentos mil reis de soldo por anno, que lhe serão pagos pela forma que se pratica na Thesouraria Geral das Tropas das Provincias do Norte. O Conselho de Guerra o tenha assim entendido e lhe faça expedir os despachos necessário».

(3) Manuel Gião, *As aulas de Anatomia e Cirurgia dos Hospitais Militares*, in «Imprensa Médica», 1945, n.ºs 17, 18, 21, 22 e 24, e 1946, n.º 1.

Porque foi a praça de Almeida a escolhida para pôr a funcionar a primeira Aula de Anatomia e Cirurgia? Porque foi a Praça de Elvas preterida pela de Almeida, quando é certo que foi de Elvas que partiu, alguns anos antes, o apelo bem fundado, que acima transcrevemos? Quais foram aqueles «justos motivos», com que abre o decreto?

Nós não o sabemos, convindo lembrar todavia que o Cirurgião-mor Coelho Rodrigues, natural de Vila Real, servira na guarnição da Corte e devia ser altamente protegido.

Pondo de parte, por agora, a montagem, o funcionamento, a duração e a eficiência que tiveram estas Aulas, assunto de que adiante nos ocuparemos, vejamos, pela ordem cronológica, quantos mais estabelecimentos de ensino similares se abriram em Portugal.

A segunda Aula a abrir foi a de Elvas, no ano de 1783, sendo nomeado Cirurgião-mor do Hospital Militar, «com a obrigação de explicar Anatomia e Cirurgia», João Carvalho, o qual, como quase todos os cirurgiões-mores de aquele tempo, tinha sido aluno de Manuel Constâncio, no Hospital de Todos-os-Santos, até ao ano de 1770, e no Hospital de S. José, depois do mesmo ano.

Ao que parece, três anos mais tarde, em 23 de Dezembro de 1786, foi Filipe José Gonçalves de Andrade nomeado Cirurgião-mor do Hospital de Tavira, com a mesma obrigação de abrir aula para explicar Anatomia e Cirurgia.

Outros três anos tarde, isto é, em 1789, abria a 4.^a Aula, em Chaves, sendo nomeado seu director Manuel José Leitão, cirurgião da Casa Real e autor de livros de Cirurgia (4), mas sobre esta Aula de Chaves falaremos mais demoradamente.

Uma quinta Aula de Anatomia e Cirurgia começou a funcionar no Porto, alguns anos mais tarde, embora de começo tivesse um carácter meramente particular. Foi por aquela época que na Capital do Norte começou a evidenciar-se um cirurgião de nome António José de Sousa, o qual, por amor à arte, começou a dar lições de Anatomia e Cirurgia na sua própria casa (5). É certo que não havia naquele tempo, na cidade do Porto e para as gentes

(4) M. Ferreira de Mira, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, 1948.

(5) Maximiano de Lemos, *História do Ensino Médico no Porto*, Porto, 1925.

militares, qualquer estabelecimento para restauro da saúde. Assim, os enfermos militares eram conduzidos ao Hospital da Misericórdia, porque, conforme nos diz o Dr. Pedro Vitorino ⁽⁶⁾, o Hospital Militar do Porto só veio a estabelecer-se no Convento de S. Bento, por ocasião das Invasões Francesas.

Conquanto o curso de António José de Sousa fosse inicialmente de ensino particular, averiguado está que depois foi oficializado, a partir de 1812 ⁽⁷⁾, tinha lugar no Hospital Militar, e que o próprio António José de Sousa, havia de mais tarde, em 1825, ser lente de Clínica Cirúrgica na Régia Escola de Cirurgia do Porto.

Estas foram as Aulas de Anatomia e Cirurgia, que se criaram junto dos Hospitais Militares, nos fins do século XVIII e princípios do século seguinte, a saber:

Almeida	1773
Elvas	1783
Tavira	1786
Chaves	1789
Porto	1812

Vêm-se também nos documentos da época algumas referências especiais ao Hospital de Valença, mas é duvidoso que lá tivesse funcionado alguma Aula.

Como se vê, as Aulas fixaram-se principalmente nas Praças fronteiriças, porque, tendo maiores guarnições, possuíam também melhores hospitais, ou antes, menos maus.

III — *Manuel José Leitão e a criação da Aula de Chaves.* — Há já anos encontrámos numa obra do General Ribeiro de Carvalho ⁽⁸⁾ uma ligeiríssima referência a uma escola de estudos médicos, que teria existido em Chaves, nos últimos anos do século XVIII. Tal referência nos provocou viva curio-

⁽⁶⁾ Pedro Vitorino, *O Grito da Independência*, pág. 17.

⁽⁷⁾ Manuel Gião, *trabalho citado*.

⁽⁸⁾ Augusto César de Carvalho, *Chaves Antiga*, Lisboa, 1929.

cidade, tanto mais que essa escola tinha desaparecido totalmente da tradição popular, que habitualmente costuma transmitir de geração em geração as figuras e os factos culminantes na vida das populações. Aquela referência foi no entanto o ponto de partida para devassas e estudos, a que resolvemos remeter-nos.

Tinha razão o ilustre escritor flaviense, e temos por certo que ele só não aprofundou o assunto, pela simples razão de não poder na cidade de Trás-os-Montes consultar arquivos e literatura. Tinha razão, repetimos, não sòmente porque houve de facto em Chaves a escola apontada, mas também porque tal escola foi a mais eficiente entre as cinco Aulas de Anatomia e Cirurgia, que acima assinalámos, com sedes em Almeida, Elvas, Tavira, Chaves e Porto. É o ilustre historiador da nossa Medicina, Prof. Maximiano de Lemos, que assim o diz (9): «Para terminarmos, em Chaves, cujo hospital era inquestionavelmente aquele em que o ensino se achava mais desenvolvidamente montado, Frei António de S. Frutuoso, desde o princípio do Século actual (XIX) ensinava cirurgia pelo modo seguinte Temos todavia como certo que o ensino melhorara».

Por outro lado, é de notar que em todas as Aulas o ensino se fazia em quatro anos, excepto na de Chaves, que tinha a extensão de cinco anos, com uma distribuição de matéria, que adiante se exporá. Diga-se ainda que, entre todos os cirurgiões que estiveram à testa das cinco Aulas, nenhum, por seus trabalhos e valor, alcançou o renome de Manuel José Leitão, o grande propugnador e primeiro lente da Aula de Chaves.

É pois desta Aula que nós nos vamos ocupar mais desenvolvidamente, devendo acrescentar que aliás a organização e funcionamento dos cursos era semelhante em todas as Aulas.

Manuel José Leitão de Sousa Mourão era natural de S. Salvador da Ribeira da Pena, comarca de Vila Real, onde deve ter nascido em 1729 ou 1730, segundo a opinião de Silva Carvalho (10). Devemos dizer, antes de passar à frente, que também não encontrámos na população de Ribeira de Pena qualquer rasto de personagem tão ilustre. Nem admira! porque *les morts vont vite*.

(9) Maximiano de Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Porto, 1887.

(10) Silva Carvalho, *obra citada*.

Manuel José Leitão, conforme ele usualmente se assinava, fora em rapaz para Lisboa, ali se matriculou na Aula de Anatomia e Cirurgia do Hospital de Todos-os-Santos, fez os seus exames, obteve a sua carta e na capital se fixou para exercer clínica. Entrando depois para o Exército, alcançou a patente de cirurgião-mor, em 1776.

No ano seguinte foi nomeado cirurgião do serviço da Casa Real e nesta qualidade acompanhou, em 9 de Outubro de 1777, a Madrid, a Rainha D. Mariana Vitória, viúva de El-Rei D. José.

Sucedeu em determinada altura que, indo Manuel José Leitão de visita à guarnição de Chaves, encontrou a maior desordem nos serviços do Hospital Militar, o que lhe causou acentuada mágoa e certa revolta, tanto mais que estava na região do seu nascimento.

Por efeito dessa revolta, na ânsia de melhorar os serviços da Medicina Castrense, por isso e só por isso, como adiante se verá, Leitão começou a architectar a ideia de fazer criar junto do Hospital Militar de Chaves uma Aula de Anatomia e Cirurgia, semelhante às que já funcionavam em Almeida e Elvas, à frente da qual ele próprio poderia ser colocado, embora tal situação implicasse a sua saída da Capital.

Por isso, este cirurgião-mor enviou, em data que se não conhece ao certo, o seguinte requerimento ⁽¹¹⁾:

«Diz Manuel José Leitão Cirurgião da Casa de Vossa Magestade que teve a honra de acompanhar a Rainha Mãe nossa Snr.^a que Deus haja em glória à Corte e Reino de Espanha. Em tendo ocasião de hir à Prassa de Chaves pode observar a desordem que reinava no Ospital militar da referida Prassa relativa ao curativo da cirurgia: Porque os Cirurgiões Mores dos Regimentos depois de receiptarem os remedios, e servirem estes para o primeiro curativo, os que sobejavão se confundião, e misturavão de noite que nem elles mesmos nem os seus ajudantes os conhecião no dia seguinte para os aplicar às mesmas enfermidades para que forão receiptados nos curativos seguintes; e he preciso receiptarem outros, e os restos dos primeiros se corrompião, e se lançavão como inuteis; de cuja desordem procede o fazer-se despesa de cada ano à fazenda real mais de seiscentos mil reis; o que não sucederia se no referido

(11) Manuel Gião, *trabalho citado*.

Ospital ouvesse hum Cirurgião do Banco que receitasse e administrasse, e guardasse debaixo de chaves os referidos remedios, e como presentemente se acha vaga a praça de Cirurgião Mor do Regimento de Cavalaria de Dragões daquela Prassa.

Pede a V. Mg.^{de} seja servida nomear no Suplicante a praça de Cirurgião Mor do referido Regimento com a inspecção de Cirurgião do Banco à imitação do Ospital de S. João de Deus desta Corte, de Almeida e Elvas com o ordenado que V. Mg.^{de} for servida.

E. R. A. M.^e»

Este requerimento não foi deferido pelo Governo de D. Maria I, mas Manuel José Leitão, sempre pertinaz, apresentou dois anos mais tarde um novo requerimento, tendente ao mesmo fim, que assim terminava:

«O Supp.^{te} não quer nem quarenta mil reis cada mes como tem o de Elvas; nem trinta cada mes como lhe arbitrou o Governador de Chaves; mas sim o que V. M.^e for servida dar-lhe sujeitando-se à obrigação de receitar, administrar e goardar os remedios curar o galico daquele ospital com o methodo mais proprio, ao clima e temperamentos, e ensinar Cirurgia aos ajudantes dos Regimentos, e todos os mais que quizerem aprendella.

E. R. M.^e»

Como era usual em documentos de aquella época, estes requerimentos de M. J. Leitão não têm datas. Diz o Senhor Dr. Manuel Gião que, pela leitura do primeiro, se depreende que eles foram posteriores ao dia 15 de Janeiro de 1781, em que faleceu a Rainha D. Mariana Vitória. Mas, atendendo a que o primeiro requerimento alude à existência de serviços similares em Elvas, pode concluir-se que o primeiro requerimento não pode ser de 1781 nem de 1782. É provável que o primeiro requerimento fosse apresentado em 1783 e o segundo em 1785, visto que neste se diz ter havido um intervalo de dois anos entre o primeiro e o segundo.

No ano seguinte, 1786, conseguiu M. J. Leitão ver-se transferido para Chaves, mas apenas na sua qualidade de Cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria de Dragões de Chaves. Em 1.^o de Agosto de 1788, mandava-se ouvir o

Governador das Armas de Trás-os-Montes sobre a pretensão de Leitão: «formar uma Aula de Cirurgia no hospital militar». A informação deve ter sido favorável, porque finalmente em 28 de Janeiro de 1789 era o mesmo M. J. Leitão nomeado Cirurgião-mor do Hospital Militar de Chaves, com a obrigação de «explicar juntamente anatomia e cirurgia aos ajudantes dos regimentos de aquela guarnição e provincia e aos praticantes das sobreditas artes e nas aulas que se lhes ensinar, exercitando-se uns e outros no referido hospital e sendo também obrigado a acudir a todos os mais regimentos e hospitais da mesma Provincia de Trás-os-Montes, nos casos em que a eles for chamado e a seguir as instruções que a Rainha for servida mandar-lhe».

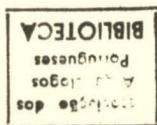
Estava satisfeito o sonho de Leitão, estava criada uma Aula de Anatomia e Cirurgia na sua provincia! mas as dificuldades a vencer ainda seriam muitas e grandes, a começar pela instalação da Aula.

IV — *Instalação da Aula.* — É de prever que Leitão não perdesse tempo e por isso no dia 8 de Abril de aquele mesmo ano de 1789, o Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa, enviou uma ordem, para começo de obras necessárias, ao Governador das Armas de Trás-os-Montes, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, o mesmo General que 19 anos mais tarde, contando já 73 anos de idade, havia de comandar a insurreição da mesma provincia, logo propagada a todo o País, contra Eil-Rei Junot.

Diz-se nessa ordem, guardada no Arquivo Histórico Militar, 1.^a Div., 9.^a Sec., L.^o 13: «... fazer na Casa da Guarda da Madalena, não só os concertos e reparos necessários para a sua segurança, mas tudo o mais que se fizer indispensável para o Ministério de que ha-de servir, na forma que aponta o referido Cirurgião-Mor, estabelecendo-se nela a Aula de Cirurgia, e Anatomia, para se dar principio à Leitura, e operações das mesmas faculdades com toda a brevidade possível, a cujo fim aprovará V. M.^e interinamente os Estatutos que lhe apresentar o mesmo Professor, e remeterá uma copia deles a esta Secretaria do Estado».

Onde era aquela *Casa da Guarda da Madalena*? Não é difficil responder a esta pergunta, desde que atentemos numa planta de Chaves (12), elaborada

(12) Padre Cardoso, *Dicionário Geográfico*, tomo XI, na Torre do Tombo.



em 1757, onde se vê que a Casa ou Corpo da Guarda era a *Casa dos Arcos*, demolida há poucos anos, na Rua da Madalena.

A mesma planta, que pode ser consultada na Torre do Tombo, mostra-nos o *Hospital de S. João de Deus* instalado no edifício conhecido entre o público por *Quartel de S. Roque*. Entre os dois edifícios, ficava o Quartel de Cavalaria, ocupando todo aquele quarteirão de casas que se interpõem entre o Largo da Madalena e o Terreiro da Madalena.

Muito embora o Ministro Pinto de Sousa ordenasse obras na Casa da Guarda, tudo nos leva a crer que tais obras foram principalmente realizadas no Quartel de S. Roque, adjunto à Igreja de S. João de Deus e tão intimamente ligado às recordações infantis do autor destas linhas.

Era ali que já funcionava o «Hospital Real em que se curão os soldados e officiaes que querem, dos Regimentos de Infantaria e Cavallaria da guarnição desta Praça com assistência de quatro ou cinco Religiosos (com um Prior) de S. João de Deus, e as despesas são feitas à custa de S. Magestade e pagas pela vedoria geral desta Provincia» (13).

Desde quando estaria ali aquele Hospital? Talvez desde o ano de 1674, data que se patenteia no portão de entrada, pela Rua de S. João de Deus. Durante perto de três séculos, aquele quartel tem tido numerosas applicações e, durante vinte e tantos anos, serviu também para albergar uma Aula de Anatomia e Cirurgia. Não admira pois que, volvidos 172 anos, o edifício não revele, ainda que minuciosamente vistoriado, grandes estigmas hospitalares ou pedagógicos, mas contém alguns.

Pelo lado Sul do portão de entrada, há uma outra porta, em cuja padieira se lê a palavra *BOTICA* e que dá para uma loja, onde, ainda há poucos anos, se viam estantes e armários à moda das antigas boticas.

Também, ainda nos fins do século passado se chamava *Cemitério* a um terreno próximo. Porquê? Naturalmente porque ali se sepultavam os soldados que morriam no Hospital, sendo certo que este estabelecimento sobreviveu muitas décadas à Aula de Cirurgia.

Há anos, voltámos àquele quartel e percorremos minuciosamente todas as lojas e compartimentos, à procura de quaisquer objectos ou utensílios, que

(13) Padre Cardoso, obra citada.

testemunhassem um passado de vida hospitalar ou ensino anatómico. Em vão procurámos uma mesa, que tivesse servido para as disseccções cadavéricas, mas tudo tinha desaparecido na voragem dos anos e das décadas. É provável até que, atendendo às fracas exigências de aquella época, as disseccções se fizessem em tosca mesa de castanho da região, a qual findaria seus dias como combustível.

Mas, deixemos estas divagações saudosistas e volvamos às obras de adaptação, que se tornaram mister para instalação da nova escola. Também, durante esta fase — obras de adaptação — Manuel José Leitão sofreu grandes e repetidas contrariedades.

Era administrador do Hospital Militar de Chaves um religioso, de origem inglesa, que, na Ordem de S. João de Deus, adoptara o nome de Fr. José da Natividade. Ao que parece, este Fr. Natividade simpatizou muito pouco com a ideia de se aproveitar o seu hospital para disseccção de cadáveres humanos e ensino de Anatomia e Cirurgia. Não podia ele rejeitar as ordens dimanadas do Governo, mas podia protelar, atrasar, interromper e modificar o plano de obras. Foi o que fez, à mistura com muitas intrigas e contando com o apoio do tesoureiro das tropas, com sede no Porto.

Não se perturbou Leitão com esta opposição e por isso no mês de Outubro, com obras ou sem elas, iniciou os seus alunos no estudo do esqueleto humano, a que logo se seguiram, como veremos, as disseccções nos cadáveres.

Entretanto, o Ministro dava as suas ordens ao Governador da Praça, no sentido de continuar a abreviar as obras que se tornassem indispensáveis, sob a responsabilidade de ele, Ministro.

Devem ter sido importantes as obras de adaptação então realizadas, porque o edificio, destituído de grandiosidade, tem um aspecto interior cheio de graça, ar e luz, que provavelmente não teria a quando da sua construção, decorridos, que eram, mais 100 anos.

Além das obras de adaptação, era evidente que se tornava imprescindível a aquisição de determinado material de ensino e ainda um certo arsenal para levar a efeito algumas operações cirúrgicas. Tudo previu Manuel José Leitão, embora os socorros pedidos não chegassem muitas vezes com a presteza desejada.

A este respeito, há no mesmo Arquivo Histórico Militar um documento

curiosíssimo, que se conserva na 1.^a Div., 16.^a Sec., Caixa 1, pasta 13, que começa por uma planta do quartel, onde se instalara o Hospital e onde ia pôr-se a funcionar uma Aula de Anatomia e Cirurgia. Esta planta era a base da proposta para obras, tem a data de 2 de Junho de 1789, é dirigida ao Ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho e tem a seguinte assinatura: «hum criado mais humilde ven.^{or}. O Cirurgião Mor do Ospital de Chaves M.^{el} José Leitão».

Segue-se uma longa relação de objectos e instrumentos requisitados, que assim vamos resumir:

a) — *Para as disseccções anatómicas:*

1.^o — Hum jogo de escalpelos que consta de doze, uma pinça de aneis e duas de molas;

2.^o — Uma seringa de lata grande que leve de líquido, de meia até huma canada, para injectar os vasos arteriais e venosos para demonstrarem ao natural aos praticantes que aprendem Anatomia, com meia duzia de pipos, proporcionados aos calibres dos vasos que se devem injectar segundo o seu diâmetro;

3.^o — Outra mais pequena que leve de hum quartilho até meia canada;

4.^o — Meia duzia de escopros, dos quais hum deve ser grande como os ordinários de carpinteiro, para cortar os ossos;

5.^o — Hum microscopio mediano para examinar as partes que a vista não pode perceber como o tecido celular e reticular de Malphigio;

6.^o — Dois esqueletos, hum natural e outro artificial;

7.^o — Meia duzia de estampas iluminadas para os praticantes nelas aprenderem a miologia, a angiologia e a splancnologia;

8.^o — Dois alguidares ou bacias, meia duzia de esponjas e outras miudezas.

b) — *Para as operações de cirurgia e partos:*

1.^o — Duas thesouras, huma recta e outra curva, tres bisturis, huma pinça de aneis, huma de spatula, duas sondas e huma unha de Aguia;

2.^o — Hum jogo de agulhas sorteadas;



Edifício que serviu de Hospital Militar e de Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves

3.º — Os instrumentos de mutilação de pernas e braços com todos os seus aparelhos;

4.º — Os instrumentos de trepanação;

5.º — Os instrumentos de liptotomia ou Talha com hum jogo de algalias, duas de criança, duas de homem e duas de mulher;

6.º — Os instrumentos de Extracção de Catarata e da Fistula das lacrimas e do Anus;

7.º — Dois ou três cauterios;

8.º — Os instrumentos para Partos que constam de Forceps, Speculum Matrices e tira cabeças;

9.º — Huma parturiente artificial de camurça, para nella aprenderem os praticantes;

10.º — Hum boneco de pau vernizado que represente hum rapaz de 12 a 14 anos com gonzos nas pernas e braços para aplicar ligaduras.

E terminava assim Leitão o seu rol de coisas requisitadas: «Quando o Snr. Rei D. José q.º D.º haja em gloria reformou a Universidade de Coimbra foi servido fornecer o Amphitheatro de Anatomia e Cirurgia de tudo quanto precisavão para as disseções anatomicas e operações Cirurgicas e assim também as Aulas de Chimica, Fisica experimental e de Matemáticas, não só em Coimbra mas em todas as Praças Melitares onde forão instituidas».

Alguns leitores poderão sorrir do que atrás fica transcrito, mas nunca se devem apreciar homens ou acontecimentos, sem os enquadrar na época em que esses homens viveram, ou em que esses acontecimentos se desenrolaram. Se M. J. Leitão requisitava «seringas de lata» e «bonecos de pau vernizado», é bom lembrar que algum tempo antes se ensinava Anatomia na Universidade de Coimbra sacrificando um carneiro, esfolando-o, abrindo-lhe as cavidades torácica e abdominal e mostrando onde ficavam o coração e os pulmões, o estômago e o fígado, os rins e mais vísceras ⁽¹⁴⁾. Haverá motivo para troça quando se disser que, em época adiantada do século XX, os médicos ainda procuravam curar pneumonias com poção de Todd e febres tifóides com comprimidos de fermentos lácticos?

(14) Teófilo Braga, «*História da Universidade de Coimbra*», Lisboa, 1892-95.

Leitão revelou em todos os livros e documentos, que saíram da sua pena, um entranhado amor à arte de curar, um gosto pedagógico de difundir o seu saber, um admirável espírito de disciplina e um extraordinário desejo de ser útil aos homens. De tudo isto se darão nítidas provas no decurso deste estudo.

V — *Os Estatutos*. — Já vimos acima que o Governo, entregando a Manuel José Leitão a regência da Aula e mandando fazer na Casa da Guarda da Madalena as necessárias obras de adaptação, encarregou também o mesmo Cirurgião-mor de elaborar os Estatutos da nova escola.

Dessa incumbência se desempenhou o ilustre cirurgião, nascido em Ribeira de Pena. Porque esses Estatutos são mais concisos do que extensos, não fugimos à tentação de os transcrever totalmente, porque eles são uma interessante peça histórica.

Acresce ainda outra razão. Em 1814 foi elaborado um relatório bastante circunstanciado ⁽¹⁵⁾, sobre as Aulas Militares de Anatomia e Cirurgia, por José Feliciano de Castilho, lente de Medicina na Universidade de Coimbra, inspector dos hospitais militares e pai do grande poeta António Feliciano de Castilho. Esse relatório é particularmente extenso na parte respeitante à Aula de Chaves, e só acerca desta é que J. F. de Castilho fala de *Estatutos*, o que nos leva a crer que nas outras Aulas talvez não vigorasse qualquer regulamento fundamental, se bem que possamos admitir que todas as Aulas funcionassem sob normas semelhantes.

A seguir se transcrevem os Estatutos.

(15) Manuel Gião, *trabalho citado*.

ESTATUTOS PARA A AULA DE ANATOMIA, E CIRURGIA,
E PARA O CURATIVO CIRÚRGICO DO HOSPITAL MILITAR DE CHAVES

CAPITULO I

Das obrigações do Cirurgião Mór do Hospital

1.º — O Cirurgião Mór do Hospital entende-se o mesmo que Cirurgião de Banco, com a differença que o Cirurgião de Banco tinha a sua jurisdição limitada unicamente áquelle Hospital aonde curava, e a do Cirurgião Mór do Hospital se estende a todos os da provincia assim Militares como de Misericordia, por ter obrigação de ir a elles quando fôr chamado, ou a reformar-lhes os abusos, ou de acudir sobre alguns casos que acontecerem.

2.º — Ao Cirurgião Mór do Hospital está incumbido o curativo Cirurgico no Hospital dos feridos de toda a Guarnição da Praça e ainda dos outros Regimentos da Provincia, que n'elle se-quiserem curar; para o que elle e todos os Cirurgiões Móres concorrerão a horas certas, juntos com os seus praticantes, a visitar todos os enfermos, curando-lhes as feridas e chagas com remédios precisos, que elle receitará depois de ter conferido com os referidos Cirurgiões Móres dos Regimentos; isto se-entende tanto os remedios internos como externos, em commum e por grosso.

3.º — Haverá na Enfermaria dos feridos, junto à banca aonde se receitar, um armário para n'elle se-depositarem os que sobejarem de um curativo para outro, e n'elle estarão também os pannos, ataduras, fios, talhas, etc.; a chave d'este armario, a-terá guardada o enfermeiro da referida enfermaria, para dar conta de ella quando lh'a pedirem.

4.º — Depois de feita a visita por todos os Cirurgiões Móres e conferidos entre elles os remedios, se-apontarão à cabeceira do doente, n'uma taboa envernizada de branco, ou em papel, para depois se-lançar no livro, que costuma ir à Botica. O receituário se-fará sempre na enfermaria, para que no caso se esqueça alguma coisa facilmente se recorde, informando-se novamente à cabeceira do enfermo.

5.º — O curativo cirurgico deve ser uma vez só no dia, e de manhã, para dar logar a os remedios que façam melhor o seu effeito no espaço de 24 horas, o que não podem fazer em 12, excepto quando houver alguma amputação, gangrena, ou chaga corrosiva, que necessite ou ser visitada ou curada 2 vezes no dia; n'este caso o Cirurgião Mór a quem pertencer o enfermo o-irá visitar ou curar de tarde com os praticantes que no Hospital estarão de guarda.

6.º — O curativo será feito de inverno ás nove horas, e de verão ás oito: para que se-juntem todos, não só os Cirurgiões Móres mas tambem os praticantes; se-tocará a sineta á entrada, e o Cirurgião Mór do Hospital distribuirá os feridos por aquelles praticantes que julgar mais habeis, aos quais explicará o estado das chagas e das feridas, e a qualidade dos remedios que devem pertencer a cada uma d'ellas, segundo o seu character; se houver percisão de algumas operações, estas as-farão os Cirurgiões Móres dos Regimentos, a quem pertencerem os feridos, ou os praticantes, que julgarem mais habeis e adeantados.

7.º — Quando no Hospital houver algum doente de perigo se-lhe fará uma ou mais juntas, ou conferencias, nas quais votarão não só os Cirurgiões Móres de todos os Regimentos, mas também aquelles praticantes que se achem mais adeantados, segundo a sua ordem de antiguidade, para se-irem instruindo na sua arte.

8.º — Acabado o curativo, e receituario, o mestre irá para a Aula de Anatomia e Cirurgia com todos os seus discipulos, assim os ajudantes de cirurgia dos regimentos como os de fóra que andarem aprendendo, sôbre os quais terá uma grande vigilancia que não falem às aulas; os quais repreenderá até à terceira ou quarta vez e d'ahi por diante o Governador arbitrará os castigos até à sua expulsão.

9.º — O Mestre, depois de ouvir aos praticantes a lição que no dia antecedente lhes explicara, lhes-fará algumas Perguntas avulsas sobre ella para lhes ficar mais fixa na memória, e ultimamente, lhes-passará á do dia seguinte, e lhe as explicará também para lhes ser mais facil o decoralla.

10.º — A aula será só de manhã, para ficar tempo de tarde para decorar a lição para o dia seguinte; por cuja razão serão maiores do que deviam ser, sendo duas vezes no dia. O tempo que deve durar a aula não se-pode determinar, por que durante o especulativo gasta-se menos tempo, e durante o práctico de inverno se gasta mais, e então fica recompensado. Os dias lectivos serão segundas, terças, quintas, sextas e sabbados, a quarta será feriado, excepto

se na semana houver algum dia santo; no sabbado se-lhes-perguntará tudo o que tiverem aprendido n'aquella semana; Ou o mestre fará esta recapitulação, ou os discipulos uns a outros; o mesmo se-fará no fim de cada mês, do que aprenderem no decurso de elle. No fim de cada curso lhes-fará um exame para, depois de certificado que sabem, os-passar aos outros que se-seguem.

11.º — As férias serão as permitidas a todas as mais artes, e sciencias, dois mêzes de verão, Agosto e Setembro, quinze dias pelas festas do Natal e outros tantos pelas da Ressurreição. Os dois meses de verão ao Cirurgião Mór permitirão algum descanso, ainda mesmo no curativo do Hospital, e delegando este trabalho em qualquer dos Cirurgiões Móres que se acharem no Hospital, ou na Praça: quando por obrigação do seu cargo fôr preciso ir a algum Hospital da Provincia, delegará também a leitura da aula em algum de aquelles discipulos mais adiantados, para que o resto de elles não percam o seu adiantamento.

12.º — O Governador da Praça vigiará sobre a conducta, e obrigações do Cirurgião Mór do Hospital informando-se se serve com vigilancia e cuidado, assim no Hospital como na aula, para dar parte à Secretaria de Estado na Certidão que o dito Cirurgião Mór lhe-pedir no fim do anno.

CAPITULO II

Das Obrigações dos Cirurgiões Móres dos Regimentos

1.º — Assim o do Hospital como os dos Regimentos farão uma boa harmonia entre si, amando-se mutuamente, e concorrendo todos a satisfazer as suas obrigações respectivas para não haver faltas no serviço: e se entre elles se-mover alguma desordem que se não possa disfarçar, o offendido fará queixa ao Governador para este se informar da verdade e punir o culpado.

2.º — Os referidos Cirurgiões Móres dos referidos Regimentos concorrerão egualmente com o do Hospital a horas certas, como fica dito, do curativo, aonde todos juntos alegarão os remedios para o primeiro receitar como fica já prescripto.

3.º — Os ditos Cirurgiões Móres terão toda a authoridade que tinham sobre os seus ajudantes, relativamente ao serviço dos Regimentos e quartéis;

as escallas do Hospital pertencerão ao Cirurgião Mór do Hospital, o qual castigará o que commetter alguma falta.

4.º — Os Cirurgiões Móres dos Regimentos de esta guarnição, e ainda os do resto da Provincia, quando quizerem ir á aula de anatomia, serão nella tratados pelo Lente e seus discipulos com muita atenção e respeito, dando-lhes logares distinctos e separados da Turba dos praticantes, excepto nos dias de exames aonde não haverá logares privilegiados, senão para o General e Governador.

CAPITULO III

Das Obrigações dos Praticantes dos Regimentos no Hospital e Aula, e dos discipulos que de fóra se applicarem

1.º — Todos os praticantes dos Regimentos de esta Guarnição serão effectivos n'esta Praça, e de cada um dos Regimentos das outras Praças da Provincia residirão dois para se applicarem á cirurgia e anatomia; e depois de instruidos n'ellas se recolherão aos seus regimentos para virem outros dois em seu logar, os quais também depois de instruidos voltarão, e no logar d'elles virão outros.

2.º — O Cirurgião Mór do Hospital fará de todos elles uma escalla para entrarem de guarda 24 horas no Hospital, 2 a 2, dormindo ambós n'elle á noite que lhes pertencer sem fallencia para vigiarem sobre os accidentes que de repente acontecerem e os-remediarem, ou darem parte ao Cirurgião Mór do Hospital, ou ao do Regimento a quem o doente pertencer, e se elle pertencer á medicina para avisar o médico.

3.º — As obrigações de estes dois praticantes serão enquanto estão de guarda além do já referido, as seguintes. Pela manhã um de elles antes do curativo irá visitar os quartéis da Guarnição, ver se no dia e noite antecedente adoeceo algum soldado; sendo assim avisará a o Cirurgião Mór do Regimento a quem este pertencer para lhe dar as providências necessárias: enquanto este faz esta obrigação, o seu companheiro fica no Hospital e terá o cuidado de ter estendido os enguentos e emplastros, e aprontar os fios, pannos e ligaduras e todos os demais remedios precisos para o curativo que o mestre lhe tiver determinado, com aquella ordem e methodo que elle lhe tiver ensinado; um delles fará a relação dos enfermos que-se-ha-de dar à o Major na parada,

e depois de a-entregar voltará para vir assistir á aula, que deve principiar logo depois do curativo como fica dito.

4.º — Acabado que seja o curativo, e receituário, o mestre irá para a aula com todos os seus praticantes aos quais fará repetir de cór a lição que lhes passaram, e explicara no dia antecedente; e conhecendo o mestre que elles a não sabiam bem lha explicará de novo, fazendo-lhes algumas perguntas avulsas como fica dito; logo lhes passará lição para o dia seguinte e lha-explicará também para melhor a-comprenderem.

5.º — Dos praticantes que comem, nenhum soldado será eximido de esta obrigação; por cujo motivo devem assistir e estudar, e segundo o methodo que lhes fôr prescripto por seu mestre; e se faltarem sem legítima razão, serão reprehendidos por seu mestre, como fica dito, até á sua última expulsão e baixa.

6.º — Todos os praticantes assim do regimento como de fóra guardarão uma inteira obediencia a seu mestre, assim como uma intima harmonia entre si; quando porem alguns de elles perderem o respeito a seu mestre, pela primeira vez serão de elle reprehendidos em particular, ou deante dos seus condiscipulos; se isto não fôr bastante, dará parte ao Governador para este o castigar, à proporção do crime.

7.º — Todos os soldados, que morrerem no Hospital Militar no tempo do inverno, serão conduzidos a os anphiteatros de anatomia para nele serem anatomisados; e se estes não chegarem para as disseccões irão do Hospital da Misericórdia, e ainda de fóra os pobres que morrerem na Vila e Praça.

8.º — O Professor de Anatomia e Cirurgia lerá estes estatutos no primeiro dia que abrir a aula, e aos praticantes que de novo vierem; e os-fará observar com todo o rigor sem relaxação alguma.

*

Por ordem de Sua Magestade approvo inteiramente estes estatutos, que tem 7 folhas por mim rubricadas e numeradas, para a criação da aula de Anatomia da Praça de Chaves; o que fará executar o Snr. Governador, ou o comandante da dita Praça no que lhe pertence. Quartel General de Bragança 20 de Junho de 1789 — O Marechal Commandante da Provincia Manoel Jorge Gomes de Sepulveda».

E aqui acabam os Estatutos da Aula de Chaves, sendo de estranhar que eles revelem algumas lacunas importantes: tempo de duração do curso, matérias versadas em cada um dos seus anos, número de professores, etc. Como explicar tão graves lacunas? É de notar que os Estatutos foram redigidos em Junho de 1789, quando a Aula de Chaves ainda não estava aberta, nem Manuel José Leitão tinha a devida madureza pedagógica. É muito natural, até pela sua pouco cuidada redacção, que estes Estatutos representassem um simples regulamento inicial ou ponto de partida, a que, mais tardes, com a experiência adquirida, se fizesse suceder um regulamento mais perfeito e completo.

VI — *Funcionamento da Aula.* — E assim começou funcionando a Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves, em Outubro de 1789, tendo como Director e professor o Cirurgião-mor Manuel José Leitão.

Já vimos acima que Leitão estava em Chaves desde 1786, como simples Cirurgião-mor do Regimento de Dragões de Chaves, mas esse tempo ele o aproveitou admiravelmente, para concluir, dar a última demão e fazer imprimir o seu notável *Tratado Completo de Anatomia e Cirurgia, com hum resumo da história da Anatomia e Cirurgia, seus progressos e estado de ella em Portugal* (16). Este Tratado, em 5 volumes, aguardava a chegada dos alunos matriculados na Aula de Chaves, fez sua época em todo o Reino e foi seguido e adoptado nas demais Aulas de cirurgiões, em Portugal.

Todos os Regimentos de Cavalaria e Infantaria da Provincia de Trás-os-Montes eram obrigados a destacar, todos os anos, para a frequência da Aula de Chaves, respectivamente 2 e 3 soldados.

A Aula estava igualmente franqueada a todos os civis, que conhecessem a língua latina ou a língua francesa. A princípio, pretendeu-se que os alunos tivessem também estudado Filosofia Racional, mas depois considerou-se que tal exigência era demasiada.

Leitão não desanimava entre as dificuldades encontradas, e por isso podia, em 26 de Janeiro de 1790, comunicar ao General Sepúlveda, Governador

(16) Manuel José Leitão, «*Tratado Completo de Anatomia e Cirurgia*», com hum resumo da história da Anatomia e Cirurgia, seus progressos e estado de ella em Portugal, Lisboa, 1788.

da Província, que na véspera «fizera uma dissecação dos músculos do braço, assistindo todos os estudantes e oficiais da guarnição e presidindo o General Forbes, que muito se interessava pela Aula de Anatomia e Cirurgia, animando continuamente os estudantes».

Foi um sucesso, ao que parece, aquela primeira dissecação no cadáver!

Continuou sem intermitências o ensino de M. J. Leitão e por isso o Inspector J. F. de Castilho havia de dizer mais tarde que muitos alunos frequentavam a Escola de Chaves, embora só 10 ou 12 levassem o curso até ao fim. É claro que devia ser difícil impor, num meio tão primitivo, hábitos de estudo aturado e de interesse pela cultura do espírito. Por isso, já em 9 de Março de 1890, isto é, alguns meses após a abertura da Aula, M. J. Leitão enviava uma carta ao Marechal Comandante da Província, dizendo-lhe «que ha alunos militares preguiçosos que não dão nada e que o melhor era manda-los embora» e chegou mesmo a pedir licença para os prender durante alguns dias... Pudera! muitos desses estudantes de Anatomia e Cirurgia gostavam muito mais de trabalhar de enxada nas hortas de S. Roque ou de meter conversa com as lavadeiras do rio Tâmega.

Parece que *nesse tempo* ainda o curso da Aula de Chaves se compunha apenas de 4 anos, como nas demais Aulas Militares, com as cadeiras assim distribuidas:

- 1.º ano: Anatomia e Fisiologia.
- 2.º ano: Patologia Externa e Higiene.
- 3.º ano: Medicina Operatória, Arte Obstetrícia e Prática.
- 4.º ano: Clínica Cirúrgica.

É de notar que não havia nenhuma cadeira de Patologia Interna nem de Clínica Médica, o que significava uma preparação exclusivamente cirúrgica, mas, mais tarde, como adiante se verá, e pelo menos na Aula de Chaves, introduzir-se-ão cadeiras de Medicina.

Prosseguiam os trabalhos de ensino de Leitão, mas não afrouxava a a má vontade do Prior, Fr. José da Natividade, o qual não mandava varrer as salas da Aula, nem emprestava um braseiro nos meses de Dezembro e Janeiro, nem sequer uma toalha para limpar as mãos. A própria água e o transporte dos cadáveres eram custeados pela algibeira particular do professor Leitão.

Inaugurara-se a Aula havia alguns meses, quando as guarnições do Norte foram inspeccionadas pelo General Conde de Oeyenhausen, de origem alemã, que se interessou pelo nascente estabelecimento cirúrgico. Então, os três cirurgiões-mores de Chaves elaboraram e entregaram ao mesmo Conde uma representação, expondo as maiores necessidades do Hospital e da Aula. Parece todavia que tal exposição só teve um resultado prático, qual foi a destituição do Prior e do Presidente do Hospital, que vinham sendo fortes empecilhos.

Ficam ainda por esclarecer algumas características da Aula de Chaves, sobre as quais não pudemos documentar-nos. Era só um professor ou havia simultaneamente mais professores? Iniciava-se um curso em Outubro de cada ano, como sucede hoje, ou só se iniciava um curso, de 4 em 4 anos, quando findava o curso anterior?

Do relatório de J. F. de Castilho, conclui-se que geralmente, em cada Aula, havia um único cirurgião professor, sendo natural que esse professor não pudesse reger simultaneamente oito cadeiras, espalhadas por quatro cursos. Por isso mesmo, o citado relatório nos diz que, em Elvas por exemplo, o professor José Fradesso Belo regeu um curso desde Outubro de 1803 até Julho de 1808, um segundo curso desde Outubro de 1808 até Julho de 1812 e um terceiro curso, que se iniciara em Outubro de 1812 e continuava em 1814, data em que foi apresentado o citado relatório.

Proceder-se-ia da mesma forma na Aula de Chaves? Não encontramos nenhum documento que nos elucidasse sobre este ponto, devendo aliás dizer desde já que em Chaves havia mais de um professor, como adiante se verá, e por isso é possível que se iniciasse um curso em Outubro de cada ano.

No final de cada ano lectivo, no mês de Julho, todos os alunos eram submetidos a exame sobre as matérias estudadas, com o formulário da Universidade, sendo o juri constituído pelo Lente, que servia de Presidente, e mais dois cirurgiões-mores dos Regimentos. O respectivo assento era lavrado em livro especial, assinando o Presidente e os Arguentes.

No fim do curso, extraía-se uma certidão do que constava acerca de cada aluno finalista, o qual estava pronto a seguir a carreira da medicina castrense. Porém, essa carta não lhe servia para se dedicar ao pulso livre da clínica. Se a tanto aspirasse, devia o jovem cirurgião, saído de qualquer das Aulas Militares, apresentar a sua carta nas instâncias competentes e submeter-se a um exame perante o Físico-mor do Reino.

VII — *Discussões académicas.* — É cedo ainda para nos pronunciarmos sobre a eficiência das Aulas Militares de Anatomia e Cirurgia. Não queremos porém passar à frente sem dizer que pelo menos alguns dos seus professores tinham a consciência das suas responsabilidades.

M. J. Leitão, primeiro director da Aula de Chaves, não era licenciado por qualquer Universidade, mas tinha alcançado uma preparação prática na Aula de Anatomia e Cirurgia do Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa. Essa preparação, a vontade perseverante de estudar, aprender e realizar, e bem assim a prática quotidiana durante muitos anos, tudo isso lhe concedeu acentuado renome, que ele fazia por não desmerecer.

Já vimos que em 1788 publicou ele o *Tratado Completo de Anatomia e Cirurgia*, em 5 volumes, obra que foi adoptada e seguida em Portugal durante muitos anos. E logo no ano seguinte, em 1789, publicou o mesmo autor a *Arte de Sangrar* de que saiu uma 2.^a edição, muito mais tarde, em 1828 ⁽¹⁷⁾.

Depois, enquanto regeu o seu curso na Aula de Chaves, estudava muito bem os seus enfermos, à luz da ciência contemporânea, e, sempre que o entendia conveniente, transmitia às revistas científicas da época o resultado das suas observações e congeminações.

Quem esfolhear o *Jornal Enciclopédico*, de 1789 ⁽¹⁸⁾, lá encontrará um artigo de Leitão, acerca de fracturas do crâneo, que vamos resumir em poucas palavras, porque, escrito há 172 anos, denota bem os predicados de observação e raciocínio, e encerra também um certo sabor literário.

Tal artigo foi escrito a propósito dum tal «António Vieira, ourives de prata nesta villa de Chaves, que andando dirigindo os trabalhadores, que lhe cavavam huma vinha sua, hum destes, em consequencia de razões, que entre ambos se tinham movido, levantou huma enchada, e com o olho della lhe deu no alto da cabeça huma pancada, de maneira que lhe fez huma pequena ferida contusa do comprimento de huma polegada».

Diz depois que, chamado para ver este ferido e reconhecendo que houvera fractura craneana, teve que lutar contra a má vontade do enfermo, da sua família, de outros dois cirurgiões e do público em geral, para conseguir operá-lo e livrá-lo da morte.

⁽¹⁷⁾ Manuel José Leitão, «*Arte de sangrar*», Lisboa, 1789 e 1828.

⁽¹⁸⁾ *Jornal Enciclopédico*, Lisboa, 1789 a 1791.

Em seguida, Leitão, que tinha um espírito arguto e era ávido de decifrar o desconhecido, aborda vários problemas, este por exemplo: porque seria que este homem, tendo recebido uma sacholada, que lhe fracturou o hemi-crâneo direito, aparece com paralisia nos membros do lado esquerdo? Porque teria sucedido o mesmo naquela mulher de Mirandela, naquele soldado de Monforte e em tantos outros feridos, que lhe passaram pelas mãos?

Ao que parece, ele pôs esta questão ao seu colega da Aula, Professor Manuel António de Mendonça Morais, que era licenciado pela Universidade de Coimbra, onde se aprendia muito de Grego e Latim, e a quem Leitão presta a maior homenagem por «suas luzes e senso medico». Mas aqui começa a grande controvérsia.

O Dr. Mendonça diz que, para explicar aquela hemiplégia oposta, «basta recorrermos à comoção que faz a pancada recebida, pois esta comoção, produzida em todo o cerebro, vai produzir o seu efeito vibratório na parte do cérebro contrária àquele que recebeu a pancada». Pelo menos, acrescentava, é o que dizem os grandes fisiologistas como Haller e Vanswieten.

O cirurgião Leitão riposta que em tal não acredita ele, porque «o cerebro é matéria fluida que amortece as tais vibrações». E acrescenta que sempre se persuadira de «que a causa disto era porque os nervos, que se distribuem no lado direito, têm a sua origem no lado esquerdo da medulla oblongada e cerebro, e os que se distribuem no lado esquerdo do corpo tinham o seu nascimento no lado direito da base da mesma medulla oblongada e cerebro».

Vê-se que o prático cirurgião, ao contrário do que poderia supor-se, tinha uma erudição mais actualizada do que o licenciado de Coimbra. Conquanto estivesse por construir a sistematização do sistema nervoso, a qual só veio a fazer-se um século mais tarde, pelos métodos anátomo-patológicos, seguidos por Goll, Burdach, Gowers, Ramon Cajal e tantos outros, certo é que Leitão já sabia, ou já *adivinrava*, que havia cruzamento de nervos entre a tal «medulla oblongada» e cérebro, e as diferentes regiões do organismo.

Ao mesmo tempo, Leitão incitava os seus camaradas, e era por isso que, em Fevereiro de 1790, o mesmo *Jornal Enciclopédico* publicava um artigo do já mencionado Professor Mendonça Morais, acerca de *gravidez extrauterina*, a propósito dum caso da sua clínica.

Ainda no dito *Jornal Enciclopédico*, em Agosto de 1791, publicou o mesmo Professor Leitão outro artigo, em que mui judiciosamente advoga a prática de autopsiar todos os enfermos que morram nos hospitais, porque só

Cirurgia Militar

Do Tratado Cirurgico das Enfermidades do País etc.

No qual se trata do seu Curativo,
Além das quas regras, no tempo de paz, como
nos Hospitais ambulantes, agora, no tempo de
guerra, desle modo necessário para a instrução dos
Cirurgiões, Majoros dos Exércitos, dos Regimen-
tos, e Comandantes, mas também para os Offi-
ciaes e Soldados de Fuzil, e para os que se occupam
na instrução do modo de curar estas Enfermidades.
e Comporá a sua parte



Offerecido.

Ao J. M. Ex. mo Sr. Luiz Pinto de Souza Coutinho
Machado dos Exércitos do Brazil, Pedaliteiro.
Mestre, e Secretário do Estado da parte da guerra,
e Regedor da Guerra

Por Mando do Sr. J. M. Ex. mo Sr. Luiz Pinto de Souza Coutinho
de Cavalleiro del Rey do Hospital Real Militar
dista Praça, e Relator de Matéria de Cirurgia
Cirurgião do Hospital da Casa da Real Magestade de São João
de Lisboa, e Relator de Matéria de Cirurgia do Hospital de São João de Lisboa.

em 1774.

Fac-simile da primeira folha da Cirurgia Militar.
do lente cirurgião-mor Manuel José Leitão

assim se podem confirmar e completar os diagnósticos feitos em vida, ou, pelo contrário, infirmar os diagnósticos errados, prática esta, de autópsias, que muito concorrerá para aumentar o saber e a sagacidade dos profissionais da arte de curar.

Finalmente, compôs Manuel José Leitão a última das suas obras, que não chegou a ser impressa, mas se encontra na Biblioteca Nacional, Secção dos Reservados (19).

Damos um *fac simile* da 1.^a folha desta obra, *Cirurgia Militar ou Tratado Cirurgico das Enfermidades do Exercito*, que é muito curiosa, porque, além de abordar vários problemas de clínica, médica e cirúrgica, contém também uma crítica acerba, mas justa, ao que se passava na arte de curar e particularmente na medicina castrense.

Dizia ele: «Esta falta de exercício e de observação fas estes homens (os cirurgiões militares) tímidos e posilamines, de maneira que huma pequena hemorragia de sangue n'hum soldado, fas nelles as mesmas tristes sensações que n'hum principiante que ve correr pela primeira vez o sangue. Falando deste modo, desconhecemos a lisonja a que nunca renderemos culto Esta ignorancia procede da falta de principios e conhecimentos da Anatomia

Diz que os hospitais militares estavam todos mal instalados e o de Chaves pior do que qualquer outro, porque o Senhor Conde de Alvor teve a infeliz ideia de construir um hospital acanhado, à beira do rio Tâmega, embora tivesse o cuidado de construir ao lado uma boa Igreja. Fala depois das inundações do mesmo rio que impedem muitas vezes os cirurgiões e os alunos de entrar no Hospital, a não ser que vão de barco. Por isso mesmo acrescentava, devia o Hospital Militar ser transferido para o Forte de S. Francisco, como de facto foi, mas muito mais tarde, e onde se conservou até que, há poucos anos, foi extinto, pelas novíssimas e transcendentales concepções da arte da guerra.

Fala depois da hygiene dos quartéis e de muitas outras questões, a que não podemos referir-nos, para não alongarmos demasiadamente a nossa exposição.

(19) Manuel José Leitão, *Cirurgia Militar ou Tratado Cirurgico das Enfermidades do Exército*, 1794, manuscrito, na Biblioteca Nacional, Secção dos Reservados, Fundo Geral, 5101.

Este trabalho de M. J. Leitão, ultimado em 1794, foi a última obra publicada por ele, visto ter falecido em 3 de Setembro de 1797 depois de dirigir a sua Aula de Anatomia e Cirurgia, com especial competência e grande dedicação, durante oito anos.

Não queremos passar à frente sem vincar uma vez mais o alto valor e a rija personalidade deste cirurgião e pedagogo, que trocou as benesses da clínica lisboeta e as honrarias de assistir à Família Real, pelo dever mais imperativo de ensinar e derramar os preceitos da sua arte pelos povos da sua província.

Desaparecido M. J. Leitão, ficou a dirigir interinamente a Aula de Chaves o Cirurgião-mor do Regimento de Infantaria, Manuel José Sampaio, que já era filho da mesma Aula, nela tendo adquirido a sua preparação. Parece até que Sampaio foi um aluno dilecto de Leitão, porque há um documento em que é classificado como o melhor aluno. Também se deve dizer que ele fez uma carreira rápida.

Natural de Bragança e tendo-se matriculado na Aula, como soldado-aluno em 1789, ano de abertura da mesma Aula, já no ano seguinte era nomeado Cirurgião Ajudante, e em 1794, ao ultimar os estudos, era nomeado Cirurgião-mor.

Faltava-lhe contudo a fibra voluntariosa de Leitão, além de que, ao que parece, nunca publicou qualquer trabalho. Por isso, em vão aguardou a nomeação efectiva para a Direcção da Aula, e, conquanto se dissesse que Sampaio «era aplicado e merecedor de toda a contemplação», a verdade é que a Aula ia decaindo dia a dia e por isso teve a desdita de se ver substituído pelo segundo Director efectivo, o que sucedeu em 1802.

Manuel José Sampaio, conquanto não tivesse qualidades de dirigente, deteve a direcção interina da Aula durante perto de cinco anos e ainda veio a prestar grandes serviços à Nação, porque serviu como cirurgião-mor na Guerra Peninsular, vindo a falecer a 21 de Junho de 1814.

VIII — *Nova fase da Aula.* — Estas foram as razões que levaram o Príncipe Regente D. João, regendo em nome de sua mãe, D. Maria I, já caída em alienação mental desde 1792, a fazer publicar o seguinte decreto, que extraímos do relatório de J. F. de Castilho:

«D. João por Graça de Deos Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, daquem e d'Além Mar, em África, de Guiné, da Conquista Navegação

Commercio de Ethiopia, Arabia e Persia e da India, etc., faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo consideração aos merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Fr. António de S. Fructuoso, Religioso da Ordem de S. João de Deos e Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, esperar d'elle que em tudo o de que fôr encarregado Me servirá muito a meu contentamento; por todos estes respeitos: Hei por bem e Me praz de o nomear (como por esta carta o-Nomeio) por Cirurgião Mór do Hospital da Praça de Chaves, com obrigação de explicar Anatomia e Cirurgia aos ajudantes dos regimentos de aquella guarnição e Provincia, e a os praticantes das aulas que se-acham para esse fim estabelecidas; executando-se uns e outros no referido Hospital, sendo tambem obrigado a accudir a todos os mais Regimentos, e Hospitais da mesma Provincia de Traz-os-Montes nos casos em que a elles fôr chamado, e a seguir as instruções em que Eu fôr servido mandar-lhe a respeito dos Cirurgiões Móres e Ajudantes dos Regimentos d'ellas, sem pretender mais soldo que o de 30\$000 Reis por mez; que lhe será pago na forma que se pratica pela Thesouraria Geral das Tropas das Trez Provincias do Norte; e qual logar servirá enquanto Eu o-Houver pro bem, e que elle usará de todas as honras, privilégios, liberdades, e izencções, e franquezas, que directamente lhe pertencerem, Pelo que ordeno ao Conde de Goltz Marechal dos meus exercitos, que mando-lhe dar posse de este lugar (jurando primeiro de satisfazer as suas obrigações) o-deixe servir e exercitar, e os Cabos, mais officiais e Soldados dos seus exercitos o-tenham e conheçam por tal Cirurgião-Mór, e as pessoas que em razão do seu exercicio lhe forem subordinadas-lhe obedçam e guardem suas ordens em tudo que tocar ao Meu serviço tão inteiramente como devem e são obrigadas; e o soldo referido se-lhe assentará nos livros a que pertencer para lhe-ser pago aos seus tempos devidos. Em firmeza de que lhe mandei passar esta carta por mim assinada, e sellada com o sello grande das minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos 27 de Abril de 1802. — O Principe com Guarda — Patente porque Vossa Alteza Real Ha por bem nomear a Fr. Antonio S. Fructuoso por Cirurgião-Mór do Hospital Militar de Chaves, como a cima se-declara — Para Vossa Alteza Real ver — por decreto de S. A. R. de 23 de Março de 1802 — Pedro Telles de Mello. A-fez escrever — Conde de Goltz — Conde de Aveiras — Marquez de Angeja».

O novo lente e director da Aula nasceu em Constantim, concelho de Vila Real, chamava-se António José Rodrigues e era filho de Domingos Rodri-

gues e Maria Madalena. Fazendo os seus estudos preparatórios, veio a matricular-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 4 de Outubro de 1797, precisamente no ano em que faleceu António José Leitão. Concluiu a sua formatura em 5 de Agosto de 1802, correspondendo precisamente o tempo dos seus estudos universitários com o tempo da direcção interina da Aula pelo lente Manuel José Sampaio.

Não faz isto admitir que houvesse uma certa protecção a Rodrigues em detrimento de Sampaio?

Certo é porém que o Licenciado António José Rodrigues foi um bom aluno da Universidade, conforme nos diz o Dr. Manuel Gião ⁽²⁰⁾, porque obteve as seguintes informações finais:

- a) — Em procedimento e costumes — aprovado por unanimidade;
- b) — Em merecimento literário — um muito bom e quatro bons;
- c) — Em prudência, probidade e desinteresse — aprovado por unanimidade.

Como se vê do que acima fica descrito há aqui uma certa discrepância de datas. Então António José Rodrigues, já nessa altura conhecido por «Frei António de S. Frutuoso, Religioso da Ordem de S. João de Deus e Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra» é nomeado «Cirurgião Mór do Hospital da Praça de Chaves», por decreto de 23 de Março de 1802, e só vem a concluir a sua formatura em 5 de Agosto do mesmo ano?

Deve estar errada a data atribuída ao decreto, e este deve ser, como diz o General Chaby, de 30 de Junho de 1803 (Arq. His. Mil. — Informações semestrais — L.º de Pagadorias).

O jovem bacharel entrara para a Ordem de S. João de Deus e aí adoptara o nome de Fr. António de S. Frutuoso. Porque escolheu ele este nome? Talvez para patentear a sua devoção, estima e respeito por um outro religioso, Padre Frutuoso Gonçalves, que viveu, morreu e ficou sepultado na capela-mor da igreja de Constantim, à beira de Vila Real. Foi em peregrinação a Roma e Jerusalém e ficou santificado ⁽²¹⁾.

⁽²⁰⁾ Manuel Gião, *trabalho citado*.

⁽²¹⁾ Maximiano de Lemos, *Encyclopedia Portugueza*, vol. 5, Porto, 1900.

Aparecendo à frente da Aula de Chaves, o frade-bacharel bem depressa se dedicou ao amparo, reforma e desenvolvimento da mesma Aula. E assim, educado em Coimbra, é natural que ele começasse por introduzir algumas cadeiras de clínica médica, porque, como vimos atrás, só eram regidas nas Aulas Militares cadeiras de Anatomia e Cirurgia.

Vinha de longe a separação entre *médicos*, saídos da Universidade de Coimbra ou de qualquer outra Universidade estrangeira, e *cirurgiões*, saídos das Aulas de Anatomia e Cirurgia, das quais a mais notável e eficiente era sem dúvida a do Hospital de Todos-os-Santos, depois transferida para o Hospital de S. José, após o Terramoto de 1755, no ano de 1770.

É bom notar que já Manuel José Leitão, sabedor e consciencioso, tinha remado, como escreveu na *Cirurgia Militar* contra a separação entre médicos e cirurgiões, porque uns aos outros se completam e tratam do mesmo objecto — a saúde do homem. Estava porém cansado e velho, tinham-no encarregado de montar e manter uma Aula de Anatomia e Cirurgia e por isso de ali não se passou.

Agora porém com Frutuoso chegava a vez de a Aula se desenvolver e entrar em fase de maior prosperidade e eficiência. Resolveu aumentar o número de cadeiras a professar e dilatar o curso para cinco anos, quando em todas as outras Aulas similares continuavam a vigorar os cursos de quatro anos.

No entanto, porque as Aulas eram de Anatomia e Cirurgia e porque *natura non facit saltus*, foi pequena e discreta a intromissão da clínica médica, como se vê no seguinte quadro de cadeiras, que extraímos do relatório de Castilho:

- 1.º ano: Anatomia.
- 2.º » : Fisiologia; Patologia Cirúrgica.
- 3.º » : Partos; Matéria Médica; Preceitos de Formular; Virus Venéreo.
- 4.º » : Princípios de Cirurgia; Operações.
- 5.º » : Cirurgia Prática.

Que se ensinava na Aula de Chaves, além da Anatomia e da Fisiologia? Como era feito o ensino das doenças e seus tratamentos? Quais eram as teorias que ali se ensinavam?

Não o sabemos ao certo, porque não temos conhecimento dos programas, mas podemos ajuizar do ensino ministrado, através do quadro de cadeiras

estabelecidas, dos estatutos em vigor e de outras notícias, que acima ficaram expostas.

Para acabarmos de fazer a nossa ideia acerca de aqueles estudos médicos e principalmente anatómicos e cirúrgicos, vamos esfolhear a *Cirurgia Militar*, de Manuel José Leitão, e trasladar para aqui o resumo de certas passagens, em estilo telegráfico:

1.^a — Na Serra do Marão, num ano de grandes nevadas, um desgraçado caiu extenuado pela fome, pelo frio e pelo cansaço. Encontrado por outras pessoas, levaram-no para a povoação mais próxima, aqueceram duas abóboras e com elas fizeram uma espécie de socos onde o doente meteu os pés. Foi o pior que lhe podiam ter feito, os pés gangrenaram e foram caindo. Deviam-lhe ter feito fricções nos pés com aguardente para estimular o andamento do sangue nos vasos.

2.^a — O melhor remédio que até ao presente se conhece para curar a sarna é o enxofre, mas há-de ser empregado interna e externamente, depois de se terem aplicado sangrias, purgantes e diluentes.

3.^a — As hemorróidas são frequentes, tanto nos soldados de infantaria, como nos de cavalaria.
.....Estas veias vão ao mezo-colon, assim como também às do mezentério, por entre grande quantidade de glândulas, que as comprimem e se opõem ao ascenso do sangue que se vai juntar aos troncos das veias mezaraicas, que compoem a veia porta ventral.
.....Tenho calmado as dores com a introdução do dedo index, molhado na clara do ovo fresco, que deve ser preferível aos óleos e muitas vezes repus as hemorroidas com facilidade na parte mais larga do intestino.

4.^a — Um soldado de Infantaria veio para o Hospital com uma inflamação na garganta que já não podia comer nem respirar. Introduzi o meu dedo index até à parte posterior dos arcos do paladar e encontrei uma elevação com líquido que flutuava. Determinei-me a abri-lo, mas faltava-me um instrumento próprio, chamado faringotomo, mas eu supri esta falta com uma lanceta, metida entre duas talas. No dia seguinte tornei a introduzir o index, para esvasiar o tumor, receitei gargarejos e o doente de todo se curou.

5.^a — De todas as moléstias que acometem os soldados, as mais frequentes são as venéreas. Os soldados, engolfados pela libertinagem, que lhes proporcionam as mulheres prostitutas que habitam geralmente nas praças mili-

tares, ficam com a saúde estragada e fazem nos hospitais uma considerável despesa à fazenda real. As gonorreias, as fimoses, os cancros venéreos, os bubões e últimamente o gálico inveterado e universal são os sintomas mais frequentes.

Nas gonorreias, além de lavagens, dão-se duas colheres de sopa por dia do seguinte xarope:

Electuário lenitivo	três onças
Jalapa em pó	três oitavas
Nitro puro	uma oitava
Xarope de rosas	q. b.

6.^a — Um soldado de Cavalaria de Miranda, recebeu um couce dum cavalo na cabeça e ficou prostrado. Um cirurgião na sua aldeia deu-lhe três pontos e no dia seguinte trouxeram-no para o Hospital de Chaves, muito mal. Limpei a ferida, fiz uma larga incisão crucial, tirei as esquirolas de ossos partidos, limpei a dura-mater, reconstitui o couro cabeludo e o soldado curou.

Etc., etc., etc.

Eram muitos os alunos que se matriculavam na Aula de Chaves, uns civis e outros militares, atraídos pela eficiência do seu ensino. Porém, com as reprovações e desistências, que se iam verificando, ano a ano, sucedia que em regra só 10 ou 12 alunos prestavam em cada ano as provas finais de curso.

IX — *Eficiência do ensino.* — Não queremos ser tão optimistas que creiamos na alta eficiência do ensino nas Aulas Militares de Anatomia e Cirurgia.

Os alunos entravam naturalmente mal preparados, porque muitos de eles pouco mais sabiam do que ler e escrever. Em muitos casos, nem teriam mesmo a indispensável educação cívica e menos ainda a responsabilidade da profissão que abraçavam.

Os professores eram poucos e, com excepção de Manuel José Leitão e Fr. António de S. Frutuoso, não tinham uma formação completa sobre ciências médicas e cirúrgicas, mesmo que os consideremos à luz dos conhecimentos da época.

No Hospital de Chaves, por exemplo, as instalações eram más e acanhadas e os conflitos com o prior e o administrador do Hospital eram frequentes.

Os cadáveres, para estudo de Anatomia e Operações, deviam ser poucos, porque eram reduzidos em tempo de paz os efectivos dos regimentos.

Pela mesma razão, deviam ser escassos os doentes, para se poder fazer um ensino intensivo e prático da Patologia e da Terapêutica. Da Obstetrícia nem é bom falar, porque os alunos só se poderiam exercitar na tal «parturiente de camurça»...

Finalmente, o meio era detestável, porque em Chaves por exemplo, na Madalena, em S. Roque e no Campo da Fonte, predominavam os hortelões analfabetos, os artistas manuais e os soldados bisonhos da Montanha, que não constituíam terreno especialmente predisposto para receber as sementes científicas de António de Almeida, Bichat, Corvisart, Laennec, Mechel, Bright e tantos outros varões ilustres de aquela época.

O intercâmbio científico era quase nulo, porque os professores eram poucos e não primavam em geral por uma sólida preparação. Depois, as comunicações eram difíceis, os livros em língua compreensível escasseavam e as revistas também eram raras. Em todo o caso, são admiráveis e dignos de todo o louvor a actividade, o espírito de iniciativa, o arrojo demonstrados por Manuel José Leitão, como ressalta de tudo quanto expusemos.

E, contudo e apesar de tudo, não podemos deixar de reconhecer que as Aulas Militares de Anatomia e Cirurgia tiveram efeitos benéficos, com repercussão sobretudo no seio da medicina castrense. Não mais se viu nos regimentos o aparecimento de cirurgiões ignorantes, quase analfabetos, destituídos de toda a preparação, mas que deviam as suas nomeações à simples declaração «de que sabiam sangrar».

Posto que a preparação nas Aulas de Anatomia e Cirurgia não fosse completa, era impossível que aqueles moços, frequentando mesas de dissecções cadavéricas, salas de aulas e enfermarias de hospitais, durante cinco anos, com exames no fim de cada ano lectivo, com reprovações e desistências, era impossível, repetimos, que aqueles moços não saíssem com umas luzes de Anatomia, Higiene, Patologia e Pequena Cirurgia. E com esses conhecimentos, ainda que rudimentares, estariam em condições de se desembaraçarem perante os casos mais correntes, e ainda em condições para poderem estudar os casos de interpretação e resolução mais difíceis.

Se, no Exército, ainda não havia uma perfeição nos serviços de saúde, que se parecesse com a que Frederico o Grande tinha introduzido nas tropas prussianas em 1755, nem por isso deixava de haver um relativo progresso, que nos punha ao abrigo da penúria de serviços médicos, tão saliente no século XVIII, tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra, como notara o Conde de Lippe.

Foi assim que, ao surgirem as Invasões Francesas e ao termos de enfrentar a Guerra Peninsular, o nosso Exército já não conheceu a mesma pobreza de socorros médico-cirúrgicos, que se tinha evidenciado em campanhas anteriores. Este é o maior e mais justo elogio que podemos fazer às Aulas Militares de Anatomia e Cirurgia.

Podemos e devemos ir mais longe e dizer que a Aula de Chaves, com a pequenez dos seus meios, não deixou de influenciar a clínica civil e foi talvez o ponto de partida para pôr em evidência alguns grandes valores.

A Aula, como acima se disse, tanto podia ser frequentada por soldados como por alunos civis. É de prever que, funcionando a Aula durante perto de trinta anos, muitos desses alunos, com ou sem exame, feito perante o Cirurgião-mor do Reino ou seu delegado, se dedicassem à clínica civil pelas terras de Trás-os-Montes, durante a primeira metade do século XIX.

Não conseguimos ver no Arquivo Histórico Militar qualquer relação dos alunos matriculados na Aula de Chaves, mas suspeitamos de que dois homens ilustres, pelo menos, ali começaram os seus estudos médicos.

Joaquim da Rocha Mazarém nasceu em Chaves, em Dezembro de 1775, e, em 1792, tendo 17 anos, passa a Lisboa e começa desde o primeiro dia a frequentar a Aula de Anatomia e Cirurgia do Hospital de S. José. Porque começou ele, desde o primeiro dia, após a sua chegada a Lisboa, a frequentar a Aula de S. José? Provavelmente, porque já vinha frequentando a Aula de Chaves.

Há outra razão ainda que nos leva a crer que Mazarém iniciou os seus estudos médicos na Aula de Chaves. Efectivamente, um seu biógrafo, fazendo o elogio fúnebre no *Diário de Governo* ⁽²²⁾, diz que ele foi destinado aos estudos cirúrgicos «desde verdes anos». Ora, os dezassete anos de idade com que se matriculou em Lisboa, não representavam *verdes anos*, sobretudo na-

(22) *Diário do Governo*, n. 96, de 25-4-1849, artigo «Necrologia».

quele tempo, em que os estudos preparatórios eram muito mais rápidos do que hoje.

Aqueles *verdes anos* devem querer referir-se à idade de catorze anos, que ele tinha em 1789, quando foi inaugurada a Aula de Chaves, para cuja frequência ele estava especialmente habilitado, visto que, filho do francês Louis Martin Meiziry (23), conhecia a língua francesa, como dispunham os estatutos da Aula.

Este homem que, ao que parece, se iniciou na Aula de Chaves, frequentou depois a Aula do Hospital de S. José, foi cirurgião assistente de D. João VI, durante os treze anos que este Monarca passou no Brasil, e foi professor de Anatomia, Fisiologia e Operações na Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Depois, regressando a Portugal, foi lente fundador da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa, onde se notabilizou na regência da cadeira de Obstetrícia, montando o serviço e o ensino da Enfermaria de Santa Bárbara e publicando numerosas obras, umas da sua lavra e outras traduzidas de autores franceses e alemães (24).

Outro homem ilustre da mesma época é José Caetano Paz, natural de Chaves (25), o qual, depois de iniciar os seus estudos na Aula da mesma vila, foi completar a sua preparação profissional em Londres, obtendo depois acentuada notoriedade.

X — *Extinção das Aulas de Anatomia e Cirurgia.* — A par de muitas dificuldades, já referidas, suportadas pelas Aulas, tiveram elas também uma desdita que consistiu na turbulência da sua época.

A Aula de Chaves abriu em 1789, ano marcado como do início da Revolução Francesa; às justas reclamações das classes oprimidas, juntaram-se as labaredas e os crimes da demagogia triunfante e todos esses excessos tiveram forte repercussão nos vários países da Europa e da América.

Em 1793, 94 e 95, deixámo-nos arrastar inãbilmente para a Campanha

(23) *Livro n.º 12 de Baptizados da freguesia de Chaves, 1761-1781*, no Arquivo Distrital de Bragança.

(24) J. T. Montalvão Machado, *Um Professor modelar da velha Régia Escola de Cirurgia de Lisboa*, Porto, 1955.

(25) A. da Silva Carvalho, *ob. cit.*

do Russilhão, de onde não tirámos qualquer partido ou vantagem e de onde saímos em situação pouco airosa, afora os sacrifícios impostos ao Exército e à Nação (26).

Em 1801, tivemos de suportar uma invasão espanhola pelo Alentejo e, como fomos facilmente vencidos, pela falta de material e de forças disciplinadas, tivemos de nos conformar com o roubo da cidade de Olivença.

Em 1807, sofríamos a primeira Invasão Francesa; em 1808 formámos a famigerada «Legião Portuguesa», ao serviço de Napoleão; em 1809 entrava por Chaves a 2.^a Invasão Francesa com vinte e três mil homens; em 1810 suportámos a 3.^a Invasão Francesa; em 1811 expulsámos os fortes exércitos napoleónicos, que continuámos perseguindo através da Espanha e no Sul da França, em 1812, 13 e 14.

Foi neste período conturbadíssimo, de sangue, desespero e todos os sacrifícios, que viveram as Aulas Militares de Anatomia e Cirurgia. Toda a Nação estava enlutada com os morticínios, os roubos e as selvajarias cometidas pelas tropas do déspota francês. As ruínas acumuladas e o desespero provocado desorganizaram toda a vida da Nação; e as Aulas Militares fatalmente haviam de sofrer da desordem, da penúria e da dor.

Vejamos o que diz J. F. de Castilho: «Como os alunos da Aula (de Chaves) não gozavam de privilégio algum, que os isentasse de pegar em armas, foram abandonando a escola no tempo da restauração; e foi então igualmente necessário que Fr. António de S. Frutuoso tivesse outro destino; sendo estes os motivos porque desde esse tempo até hoje (1813) a Aula de Chaves se acha sem exercício».

Eram as necessidades da Guerra. Se era preciso mobilizar os alunos para pegarem em armas contra o inimigo, indispensável se tornava também aproveitar os professores para acudir aos feridos nas campanhas.

A primeira Aula a encerrar as suas portas foi a de Almeida, porque, inutilizado ou reformado o seu primeiro director António José Coelho Rodrigues, e após algumas nomeações infrutíferas para fazer a sucessão, a Aula, abandonada de professores e alunos, deu por finda a sua missão em 1803, após 30 anos de trabalhos.

(26) Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, 1902.

Em 1808, succedeu o mesmo à Aula de Tavira e, em 1811, encerrava-se também a Aula de Chaves. Quanto às Aulas de Elvas e Porto, conseguiram ainda conservar-se mais alguns anos, vindo a desaparecer em 1817.

O ensino médico voltava a circunscrever-se à Faculdade de Medicina de Coimbra e à Aula do Hospital de S. José, em Lisboa, até que, alguns anos mais tarde, em 1825, para se dar satisfação a uma grande necessidade, eram criadas, com maiores possibilidades, as Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto, precursoras das actuais Faculdades de Medicina das mesmas cidades.

O PROFESSOR JOAQUIM FONTES
E A PRÉ-HISTÓRIA PORTUGUESA

pelo

sócio correspondente

Octávio da Veiga Ferreira

O PROFESSOR JOAQUIM FONTES E A PRÉ-HISTÓRIA PORTUGUESA

EM 1948 realizava-se em Lisboa mais um Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências; data dessa altura o meu primeiro encontro com o Professor Joaquim Fontes.

Já havia lido quase tudo o que ele tinha publicado e, sobretudo já visitara a sua famosa estação pré-histórica do Casal do Monte, uma das mais ricas e típicas estações de superfície da região de Lisboa.

Nas reuniões desse Congresso tive os primeiros contactos com o bondoso homem de Ciência que mais tarde viria a ser um dos meus mais dedicados amigos e Mestres.

Muito cedo, ainda estudante, começou Mestre Joaquim Fontes o seu afã do estudo da Pré-história portuguesa e, pode dizer-se, que foi sempre fiel a essa tendência até à morte, pois, três dias antes de morrer ainda passou um dia comigo e com Camarate França na exploração da Gruta das Salemas, em Ponte de Lousa.

Tenho bem presente o seu entusiasmo e os seus conselhos durante a exploração, sobretudo dos níveis do Paleolítico médio, que constituíram a sua especial predilecção. Embora já ameaçado pela doença que o havia de vitimar dias depois, não se poupou nunca a acompanhar e a interessar-se pela Pré-história a que tanto se dedicou ao longo da sua afanosa vida de investigador sério e consciencioso.

Numa época em que os estudos sobre o Quaternário estava ainda no Mundo a dar os primeiros passos, Joaquim Fontes começava a chamar a

atenção de pré-historiadores da Espanha e, sobretudo, da França para as suas descobertas da Serra de Monsanto e arredores de Lisboa; Casal do Monte passou a ser citado nos trabalhos estrangeiros sobre Pré-história. A sua descoberta do Paleolítico de Camosancos deu, início, por assim dizer, ao movimento de estudiosos do país irmão, a Espanha, nesta matéria.

Os Serviços Geológicos de Portugal não podiam ficar indiferentes à morte dum dos seus melhores amigos e colaboradores. Assim, pela pena do seu Director Ex.^{mo} Senhor Engenheiro D. António de Castelo-Branco, será prestada comovente homenagem.

Muito cedo, Joaquim Fontes, começou a frequentar o Museu dos Serviços Geológicos, da Direcção Geral de Minas, tendo feito a amizade do ilustre geólogo Paul Choffat e, foi ele, quem, numa altura infeliz da nossa vida pública, salvou da destruição as preciosas colecções dos Serviços Geológicos, pois alguém, então Ministro, queria distribuir pelos Liceus e Colégios o que tinha sido recolhido e classificado com ordem e método durante anos, e sabe Deus com que sacrifícios, e que faz hoje parte do núcleo principal das nossas colecções de Paleontologia e de Arqueologia pré-histórica sempre visitadas com o máximo agrado por especialistas do mundo inteiro.

As dádivas arqueológicas feitas pelo Professor Joaquim Fontes a este Museu constituem hoje colecções da mais alta importância científica.

A sua acção como Presidente da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses foi duma importância extraordinária. O seu apurmo moral e a sua envergadura como pré-historiador e conhecedor dos problemas de indústrias primitivas valeu-se sempre o maior respeito de todos os seus companheiros e discípulos. A sua fraqueza, por vezes rude mas sincera em qualquer questão científica ou moral, fizeram dele um homem respeitado e por isso, o seu conselho era sempre escutado atentamente.

Apesar de, nos últimos anos da sua vida já como professor catedrático, a sua prodigiosa actividade dispersa por vários estabelecimentos e centros médicos de investigação, de que era director, nunca abandonou a sua tão amada Arqueologia pré-histórica.

Assim quando, primeiro como Vereador e depois como Presidente da Câmara Municipal de Sintra, pôde ter à mão o pessoal e meios necessários, lançou-se numa obra de valorização do património arqueológico e artístico do concelho de Sintra, que hoje causa admiração mesmos aos mais exigentes ou descrentes.

A criação do Museu de Odrinhas, no local onde existiam várias ruínas, foi duma rara felicidade e demonstra bem o conhecimento psicológico do povo da região e a oportunidade de, em pouco tempo, reunir uma das mais úteis e belas colecções de epigrafia lusitano-romana.

As «Jornadas Arqueológicas de Sintra» da sua autoria, impulso e resolução, constituíram motivo para se valorizar duma maneira extraordinária o conhecimento da riqueza arqueológica de algumas das estações do concelho de Sintra.

As pesquisas na Penha Verde, as escavações de Odrinhas e em outros pontos do concelho, trouxeram novos elementos para o estudo, quer do Eneolítico, cultura do vaso campaniforme, quer do turbulento período lusitano-romano do Baixo Império, na região ao Norte de Sintra.

Por tudo isto e do muito mais que se poderia dizer da acção do ilustre Professor Doutor Joaquim Fontes, abnegado pré-historiador e cientista, muito lhe devem os Serviços Geológicos, a Associação dos Arqueólogos, o Concelho de Sintra, a Ciência, o País inteiro.

Auguns dos trabalhos sobre Pré-história publicados pelo insigne mestre:

Estação paleolítica do Casal do Monte. «O Arch. Port.», vol. XV, Lisboa, 1910.

Contribution à l'étude de la période paleolithique en Portugal, Le Mans, 1911.

Note sur le Moustérien au Portugal. «Compte Rendu du Congrès Pré-historique de France. Session de Angoulême». Le Mans, 1913.

Contribuição ao estudo da tatuagem. «Arq. de Anat. e Antrop.», vol. III, Lisboa, 1915.

Station paléolithique de Mealhada. «Com. Serv. Geol. de Portugal», t. XI, Lisboa, 1915.

Instruments paléolithiques dans la collection de pré-histoire du Service Géologique. «Com. Serv. Geol. de Portugal», t. XII, Lisboa, 1916.

Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes. «Bul. de la Soc. Port. des Sciences Nat.», t. VII, Lisboa, 1916.

O homem fóssil em Portugal. Lisboa, 1923.

Museu arqueológico de S. Miguel de Odrinhas. Sintra, 1955.

O PROFESSOR JOAQUIM MOREIRA FONTES
E OS SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL

pelo

sócio efectivo

D. António de Castelo-Branco

O PROFESSOR JOAQUIM MOREIRA FONTES E OS SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL *

NO Verão de 1960, o pessoal técnico dos Serviços Geológicos de Portugal levava a efeito a segunda e última campanha de escavações numa gruta pré-histórica situada perto de Salemas, a sul de Lousa.

Já antes se verificara aí a existência de um nível neolítico e de dois do Paleolítico superior; no decurso do mês de Agosto, começara surgindo um outro, contendo restos mustieroides associados a abundante fauna quaternária.

Foi a 29 desse mês que o saudoso Professor Joaquim Fontes visitou os trabalhos em curso. Não quisera deixar de o fazer, ao tomar conhecimento das descobertas realizadas. Um pouco alquebrado pela doença que em breve o roubaria ao nosso convívio, foram o seu grande amor pela Arqueologia, a sua curiosidade insaciável de investigador e aquele espírito de sacrifício tão característico em Joaquim Fontes, que quase à laia de bravata paternal procurava inculcar no espírito dos mais novos com o próprio exemplo, que permitiram ao ilustre mestre o deslocar-se por caminhos de piso incómodo, sem qualquer queixume ou mostra de desânimo, até ao local da jazida.

E o que deveria ser uma visita de breves minutos redundou em agradável convivência durante todo o trabalho desse dia.

Todos nós, nos Serviços, o estimávamos profundamente e os nossos mais novos investigadores nutriam por ele um grande, um especial afecto. Apre-

* Pelo Director dos Serviços Geológicos e seus colaboradores.

ciavam nele aquela aparência de rudeza, a transbordar de franqueza e lealdade em que o timbre grave e forte da voz se dulcificava num sorriso condescendente e benévolo. Inspirava-lhes confiança; sentiam nele aquilo que Joaquim Fontes para eles queria ser: um camarada mais velho e um leal amigo.

Foi, pois, com mágoa que todos, nesse dia, viram chegar a hora de suspender o trabalho. E nova visita ficou marcada para dali a poucos dias.

Mas o ilustre Professor já não pôde comparecer. Em contra-partida, recebia Veiga Ferreira a seguinte carta:

«Meu caro amigo

Não voltei a Lousa porque adoeci outra vez. Voltei para a cama.

Isto começa a ser barco velho, a meter água.

Então o que deu a camada quaternária?

Fósseis? Indústria?

Há restos de Homo?

E aqui tem o que era o meu desejo de ver na prometida visita.

O canastro atraiçoa uma pessoa.

Peço-lhe que me recomende ao Camarate França e ao senhor D. António.

Amigo grato

(a) J. Fontes

5/IX/60»

Em 10 desse mesmo mês, recebíamos algo inesperadamente a infausta notícia: Joaquim Fontes falecera.

Não pudera, por escassos dias, satisfazer o que era o seu «desejo de ver»: os primeiros restos humanos do Quaternário encontrados em Portugal. E o pessoal técnico dos Serviços Geológicos, curvando-se reverente perante a memória de quem foi seu amigo e mestre, resolveu, como preito de modesta homenagem, dedicar-lhe essa descoberta, baptizando, com o seu nome, a galeria da gruta onde a mesma se realizou.

*

Em 17 de Outubro de 1909, três rapazes descobriam, perto de Póvoa de Santo Adrião, concelho de Loures, uma jazida paleolítica de superfície localizada sobre o complexo basáltico.

A referida descoberta, ocorrida numa altura em que bem escassos eram ainda os conhecimentos acerca do Paleolítico do nosso País, despertou, então, nos nossos meios científicos da especialidade ou dela afins, uma reacção que nem sempre se traduziu de idêntica forma. Enquanto que alguns não só reconheceram o interesse do achado, como procuraram estimular o entusiasmo dos jovens estudiosos, orientando e acarinhando a sua actividade, outros houve também que, por incredulidade, ou sabe-se lá se por despeito, se limitaram a classificar as primeiras notícias de «mero devaneio de garotos».

Todavia, a descoberta da estação pré-histórica do Casal do Monte — designação por que ficou a ser conhecida a jazida — viria a coincidir com o início, senão mesmo a determiná-lo, de uma nova fase de pesquisas arqueológicas em Portugal encaminhada para rumos novos e, também, fazendo despertar definitivamente uma vocação pouco vulgar, arrebataria para esse ramo de actividades um jovem que deveria ser um dos mais brilhantes vultos da arqueologia portuguesa do nosso século.

Joaquim Fontes — porque a ele nos referimos — descobrira a jazida em companhia de seu irmão Vítor, quando ambos ainda estudavam no Liceu de Camões, e de José Gonçalo de Santa Rita, antigo aluno do mesmo Liceu e, ao tempo, frequentando o Curso Superior de Letras. Por curiosa coincidência ou talvez, mais logicamente, por simples confirmação de qualidades tão precocemente demonstradas, todos eles viriam, anos após, a ascender à cátedra.

Trabalhava, então, na Comissão dos Trabalhos Geológicos o eminente geólogo suíço Paul Choffat. Por parte desse organismo e de todo o seu pessoal, encontrou Joaquim Fontes, desde o início, a simpatia, o carinho e o estímulo de que necessitava, a par de um ambiente de trabalho e de uma soma de experiência que lhe devem ter sido benéficos e que ele jamais esqueceu. Ao publicar no ano imediato, ou seja em 1910, o que seria o primeiro de uma longa série

de valiosos trabalhos, o juvenil estudante agradecia «aos srs. Couceiro e Choffat pela maneira com que me trataram quando visitei o Museu da Comissão dos Trabalhos Geológicos».

Cerca de 50 anos após, o já ilustre Professor evocava ainda, saudoso, esses primeiros contactos no início da sua auspiciosa carreira de investigador:

«...Procurei depois o Museu dos Serviços Geológicos.

«Percorri e estudei a sua magnífica Galeria de Antropologia, como então era denominada, e onde estavam guardados, e se guardam, os achados de Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Frederico de Vasconcelos, Paula e Oliveira e outros mais.

«Paul Choffat, o último dessa ilustre pleiade de homens que tanto brilho dera a esta instituição, recebeu-me com a maior afabilidade; pôs à minha disposição as preciosas coleções de pré-história dessa casa e a sua magnífica biblioteca que já então era.

Pouco a pouco fui conhecendo os documentos mais importantes que então me interessavam.

Pude admirar o enorme esforço dispendido pelos sábios portugueses que tanto haviam contribuído para o estudo da geologia e arqueologia pré-histórica da nossa terra.

As magníficas coleções, metódicamente expostas, tinham valor didático indiscutível. Muito aprendia quem visitasse o Museu dos Serviços Geológicos».

Entre Joaquim Fontes e Paul Choffat bem cedo se estreitaram fortes laços de amizade; ao primeiro era grato encontrar, entre os mais velhos, quem nele acreditasse e estivesse disposto a ampará-lo; o segundo, perto já do fim da vida, contemplava, com benevolência e simpatia, os progressos do jovem estudante, revendo nele, talvez, a sua própria e distante mocidade. Pouco antes de falecer, ditando as suas últimas disposições, Choffat ofereceu a Joaquim Fontes os seus livros de arqueologia.

Acerca dessas relações, escreveu este último: «...Em Paul Choffat, eu tinha um amigo e um mestre. Quando encontrava materiais arqueológicos, remetia-mos; quando fazia observações novas, comunicava-mas e quase sempre que o visitava no seu gabinete de trabalho da Comissão Geológica, ele tinha alguma coisa de novo a ensinar-me».

E, referindo-se à sua morte, desabafava: «Nesse dia, perdi uma pessoa que eu estimava, um amigo e um mestre».

Data de 1915 o primeiro trabalho de Joaquim Fontes publicado pela

Comissão do Serviço Geológico de Portugal; nele era estudada a estação paleolítica da Mealhada; a este outros se seguiram.

Iniciara-se, assim, uma longa e fecunda colaboração que iria durar até os últimos dias da vida do distinto investigador.

De entre os sentimentos nobres que Joaquim Fontes cultivava e tão pròdigamente exteriorizava, um houve que orientou em grande parte as suas futuras relações com os Serviços Geológicos: foi o da gratidão. Jamais o académico ilustre, o investigador consagrado ou o político influente esqueceu o amparo e o carinho que foram dispensados ao estudante novato, desconhecido, sem qualquer recomendação de terceiros que um dia se afoitou a bater à porta do velho edificio da Rua da Academia das Ciências. E, feito um breve balanço, justo é reconhecer que mais os Serviços ficaram, por fim, devendo ao Professor do que o estudante o ficara àqueles.

Nunca, realmente, os Serviços Geológicos tiveram colaborador mais desinteressado e mesmo poucos se lhe podem comparar nas tantas manifestações de amizade e de deferência ou até na posição incondicional e entusiasta de firme intransigência, que sempre assumiu, quando alguém tentou, de qualquer modo, lesá-los.

Recordemos, incidentalmente e como breve exemplo, o seguinte episódio: um dia houve em que, mal avisadamente, se pensou em desagregar as colecções do museu, distribuindo-as por diversos estabelecimentos de ensino; Joaquim Fontes, não temendo as consequências que daí lhe poderiam advir, em face das «influências» que se ocultavam por trás do malfadado projecto, e sem que qualquer situação especial a isso o forçasse quanto mais não fosse «por dever de ofício», foi do reduzido número que abertamente ousou contrariar essa ideia. Vingou, finalmente, o bom senso; as colecções foram salvas e, com elas, o prestígio da Geologia portuguesa. Mas é bom que não se esqueça que, da feliz decisão tomada, algo há a agradecer, também, a Joaquim Fontes.

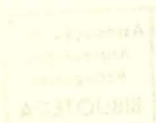
Muitas das suas colecções de arqueologia, resultantes de colheitas pessoais, ofereceu-as, mais tarde, ao museu dos Serviços Geológicos, que com elas se viu enriquecido especialmente nas representações do Paleolítico português.

Seria longo relatar o que foi essa colaboração de meio século; dela, aliás, se terá de falar a miúde, quando um dia se escrever a história detalhada dos Serviços Geológicos.

Meio século de colaboração — dizíamos nós —, precisamente o que separa o início da actividade científica de Joaquim Fontes do seu falecimento.

Duas épocas aparentemente tão distantes e que, todavia, se fundem num simbolismo espiritual tão elevado para nós. Puderam os anos, na sua marcha avassaladora, impor ao homem a sua natural evolução biológica e intelectual, transformando um rapazinho num velho e um estudante num sábio; mas não conseguiram, no coração de todos aqueles que já trabalharam ou ainda trabalham nos Serviços Geológicos, alterar a recordação única e gratamente saudosa, não isenta de perdoável orgulho, de uma só figura: a do homem que, como cientista, praticamente nasceu e morreu no seu seio.

Com a morte do Professor Joaquim Fontes, Portugal perdeu uma das mais notáveis figuras de quantas se têm dedicado ao estudo da sua Arqueologia; e os Serviços Geológicos de Portugal, ainda mais do que um distinto colaborador, perderam um grande Amigo.



DOIS PINTORES QUINHENTISTAS
DE ESCOLA ESTRANGEIRA

pelo

sócio efectivo

António Machado de Faria

DOIS PINTORES QUINHENTISTAS DE ESCOLA ESTRANGEIRA *

ACHA-SE, infelizmente, por fazer a história de grande parte dos artistas portugueses, assim como se ignoram as obras de muitos deles e, também, não se conhecem melhor as vidas dos estrangeiros que em Portugal exerceram actividade, nem a maioria dos trabalhos que produziram.

As causas são várias: a perda de parte das obras e dos documentos que a elas se referiam ou a seus autores, a falta de investigação sistemática das fontes documentais e, sobretudo, a pouca importância que muitos historiadores de Arte ligam a estas, preferindo a tudo o exame visual, como se ele permitisse suprir os conhecimentos ministrados pelos papéis antigos.

Se o historiador pode, muitas vezes, guiado pela técnica, definir escolas e descobrir maneiras, não lhe é permitido, todavia, baseado na mesma, indicar nomes, desde que eles não figurem nas obras ou não sejam mencionados por qualquer documento. Quando o fazem, desprezando as normas da boa Eurística, perdem a quantidade de historiadores, para, somente, terem o nome de adivinhos, cultores de ciência muito falível, que os leva, na medida que os seus conhecimentos se desenvolvem pela prática ou se alargam pela notícia documental, a substituir uma e, até, mais vezes os nomes que haviam lançado com segurança tal que se diria inabalável.

Os juízos dos historiadores de Arte — talvez com maior propriedade lhes devamos chamar, apenas, críticos — modificam-se e passam com eles pró-

* Este trabalho foi objecto de comunicação feita ao XXV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, efectuado em Sevilha no mês de Novembro de 1960, e, posteriormente, ampliado.

prios, mas as obras anónimas, frequentemente, perduram e desafiam a ousada inconsciência de outros, admitindo novas opiniões, até que um simples e esclarecido passo de escritura antiga desvaneca tanta leviandade, ou que, pelos tempos além, continuem esfingicamente a desafiar a curiosidade e a ignorância, a ciência honesta e a mistificação.

Respeitam-se hipóteses porque sem elas nenhuma ciência se constrói nem produz, mas não se admitem arrojados insensatos.

*

Não nos temos dedicado à história da Arte, o que, aliás não impede de conhecermos os métodos que a ela presidem, visto serem, fundamentalmente, os de todas as divisões da História. Há, porém, um elemento que os cultores de outros ramos desta ciência não têm a auxiliá-los: a obra de arte. Ela serve de contra-prova aos resultados obtidos por via escrita — não dizemos documental — por a obra de arte ser, igualmente, um documento.

O presente estudo não é, pois, feito por um técnico da historiografia artística, representando estudo completo. Ele serve, apenas, de subsídio, faltando procurar as obras que os pintores indicados deixaram, examiná-las e emitir parecer acerca do seu valor. Esse trabalho não é da nossa especialidade, pelo que o deixamos a quem o possa e saiba fazer.

*

Não encontramos na obra de Cirilo Volkmar Machado *Colecção de Memórias Relativas às Vidas dos Pintores*, etc. ⁽¹⁾ nem na de José da Cunha Taborda *Regras da Arte da Pintura...* ⁽²⁾, nem mesmo em a de Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores Portugueses e de Outros que, sendo Estrangeiros, Exerceram a sua Arte em Portugal* ⁽³⁾, nem, ainda, na de Vergílio Correia acerca dos *Pintores Portugueses dos Séculos XV e*

⁽¹⁾ Coimbra, 1922.

⁽²⁾ Coimbra, 1922.

⁽³⁾ Primeira, segunda e terceira série, publicadas, respectivamente, em Lisboa, 1903 e 1906, e em Coimbra, 1911.

XVI (4), informações relativas aos pintores quinhentistas António Leitão e Luzia dos Reis, embora daquele apareçam homónimos, bem distintos, porém, do que nos interessa (5). Deu, todavia, notícia resumida de António Leitão

(4) Coimbra, 1928.

(5) Lê-se na referida obra de Sousa Viterbo, 1.ª série, páginas 97 a 99, n.º LXVIII, um documento de renovação de emprasamento feito em 23 de Outubro de 1497 e confirmado pelo Rei aos 20 de Março de 1498 a Antão Leitão, pintor, morador em Lisboa, de umas casas que este já trazia aforadas a el-Rei na Carreira, de que era segunda vida e cuja primeira fora Constança Anes, nas quais pretendia efectuar obras, ficando a ser primeira vida no emprasamento novo.

Vergílio Correia, nos *Pintores Portugueses dos Séculos XVI e XVII*, página 88, mostra um registo em que este Antão Leitão e Pêro Vaz, na qualidade de sacadores dos pintores, aos 26 de Novembro de 1500 pagaram certa quantia a um recebedor.

Antão é forma abreviada de António, pelo que temos aqui um homónimo, mas que não se ajusta ao «flamengo», por ser muito mais antigo.

Na 1.ª série da mesma obra, Sousa Viterbo, na página 100, debaixo do n.º LXIX, ocupa-se de um António Leitão, moço da Câmara da Infanta D. Maria, filha do Rei D. Manuel, o qual esteve em Roma a aperfeiçoar-se na arte de pintura, sendo recomendado ao embaixador português naquela corte, Lourenço Pires de Távora, conforme se sabe pela minuta da carta a este dirigida, sem data, nem assinatura.

A minuta, primeira vez publicada por José da Silva Mendes Leal na obra começada pelo Visconde de Santarém com o título de *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, no tomo XIII, Lisboa, 1876, página 233, em sumário, foi transcrita pelo primeiro dos referidos académicos no *Corpo Diplomático Português*, tomo IX, Lisboa, 1886, pág. 149, e por Sousa Viterbo na mencionada obra e lugar.

Para que a possamos examinar, aqui a trasladamos, atendendo a ser curta:

«Lourenço Pyres de Tavora etc. Antonio Leytam, que vos esta dara, he moço da camara da infante dona Maria mynha muito amada e prezada irmaã, vay a esa corte para nela se exercytar na arte da pyntura, e porque eu per alguns respectos receberey contentamento em o averdes por encomendado para o favorecerdes no que for razam e vos requerer, vos encomendo muito que o façaes asy e muito volo agradecerey».

O Visconde de Santarém atribui-lhe a data de 1560, que Sousa Viterbo não aceita, por D. Sebastião, já rei neste ano, ser sobrinho-neto e não irmão da Infanta D. Maria.

A carta é, sem dúvida, de pessoa que estava no grau de parentesco de irmã da Infanta, mas quem poderia ser?

o erudito historiador da arte nacional Professor Doutor Vergílio Correia no seu livro *Artistas de Lamego* (6), transcrevendo dois documentos do cartório da

O Rei D. João III, morreu em 11 de Junho de 1557 e a Infanta D. Maria a 10 de Outubro de 1577. Foi, portanto, entre estas duas datas escrita a carta, mas os limites podem-se reduzir, pois se sabe que a Lourenço Pires de Távora foram dadas instruções para a sua embaixada em Roma por 17 de Abril de 1559, como se lê no *Quadro Diplomático*, tomo mencionado, páginas 27 e seguintes.

D. Sebastião, aclamado rei em 16 de Junho de 1557, somente empunhou o cetro a 20 de Janeiro de 1568, estando a governar, neste período, como regente, primeiro sua avó a Rainha D. Catarina, de 16 de Junho de 1557 até 23 de Dezembro de 1562, e, depois, seu segundo-tio o Cardeal D. Henrique, a partir desta data até a coroação do Rei.

Qualquer deles poderia tratar a Infanta por irmã, uma por ser sua cunhada e o outro por, na verdade, ter com ela tal parentesco consanguíneo.

Lourenço Pires de Távora terminou a sua enviatura a Roma em 1562, pelo que temos de tomar este ano como o mais elevado na hipótese a admitir. Fica-nos, portanto, excluída, a possibilidade de o Cardeal-infante, como regente, ter escrito ao embaixador. Não existe na minuta nada que nos prove ser de origem régia, permitindo, assim, admitir que ela fosse de outra pessoa com igual grau de parentesco.

Além das personagens indicadas havia, ainda, o Infante D. Luís, também irmão da Infanta D. Maria, mas este morreu em 27 de Novembro de 1555, em vida do Rei D. João III.

A carta é, portanto, da Rainha D. Catarina, única pessoa, que, durante o tempo em que Lourenço Pires de Távora esteve como embaixador na cúria romana, podia dar à Infanta D. Isabel o tratamento indicado.

*

É estranha a existência de um António Leitão, moço da câmara da Infanta D. Maria, à qual, o de que nos ocupamos, certamente serviu — introduzido pelo tio — como o deixa supor o dito das testemunhas de que ele teria ficado em lugar de embaixador da Infanta, se não houvesse regressado da Flandres.

Não há, todavia, nos documentos conhecidos, nada que nos autorize a identificar o que esteve em Roma com o vindo da Flandres. Se, porém, foram o mesmo já não serve de guia para a pesquisa da obra por ele deixada a pintura de carácter flamengo, visto ter estado a exercitar-se em Roma, não se sabendo, por isso, qual das escolas predominou nos seus trabalhos, se a flamenga, se a italiana.

A nossa convicção é, contudo, de se tratar de pessoas diversas, talvez pròximamente aparentadas. Os homónimos existiam com frequência no século XVI, às vezes numerosos.

(6) Coimbra, 1923.

Misericórdia desta cidade, sem nada nos dizer da obra do pintor, se ainda existe, pelo que ficamos na ignorância de ser muito ou pouco valiosa (7).

Pela nossa parte procederemos quase de igual modo, já por estarmos longe dos locais onde, talvez, ainda, se encontrem alguns trabalhos de António Leitão e de sua mulher Luzia dos Reis, já porque nos faltaria competência para emitirmos opinião a respeito deles, mesmo que os conhecêssemos. Apenas podemos informar que não há no Museu Regional de Lamego obras suas, conforme nos comunicou o seu ilustre Director, Senhor Dr. Abel Montenegro Flórido, que, também, declarou ignorar a sua existência na região.

Conseguimos, por meio de alguns processos *de genere* (8), saber a vida, antepassados e descendência do pintor António Leitão, reunindo minúcias curiosas, porquanto nos pareceu interessante dá-los a conhecer para que, por seu

(7) Os documentos trasladados nas páginas 27 e 28 foram tirados dos livros de contas da referida Santa Casa. Um, de 11 de Janeiro de 1565, diz na parte essencial: «...na casa do Cabido da Misericordia estando juntos o provedor e Irmãos e Antonio Leitam pintor e fizerõ conta do dinheiro do Retavollo asi da pintura como do ouro e acharõ que a casa lhe ficava devendo nove mil e cento e cincoenta Rs, de dous mil e quinhentos pais douro e dusetos de prata e duzentos rs de quebra de huas moedas q̄ lhe derõ em que se montou os ditos nove mil e ceto e L^{ta} rs que loguo recebeu e cõ eles se deu por bem pago entregue e satisfeito e a casa e provedor e Irmãos delle cõ declar[aç]ã que o fosse pera cõcertar na pintura dele q̄ elle o faria e cõ isso a casa ficou contente e satisfeita e o derõ a elle por quite e livre e desobrigado da pintura e ouro e de tudo o q̄ elle era obrigado...», e ainda «...declarõ que as obras da Misericordia que estão no banco elle lhe daria mais lustro e os Rostos de nosa Senhora da visitação e elRej de portugal cõcertaria...». O outro, de 20 de Julho de 1571, refere: «...Antonio leytao pymtor de pymtar sete varas e de pymtar o crocefixo da bandeira e a cruz e de pymtar o crucifixio grande e de pintar as Imagês dos altares e a bandeirinha que anda pella cidade os dias que se tiram as allmas do purgatorio e de dourar e rapar a caixinha para encerar o santissimo sacramento e do ouro para ella q̄ foram trezentos pais de ouro quatro mill rs...».

(8) Arquivo da Universidade de Coimbra — *Real Colégio de S. Pedro*, caixa 19, n.º 32, inquirições do L^{do}. António Homem Leitão, opositor ao mesmo Colégio, feitas em 1622.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Habilitações do Santo Officio*, Dr. António Leitão Homem, maço 6, diligência 247, efectuada em 1634; L^{do}. Mateus Homem Leitão, maço 1, diligência 16, feita em 1638; e Gregório Rodrigues, maço 1, diligência 4, a que se procedeu em 1622.

intermédio, se complete mais a história dos artistas nacionais e dos estrangeiros que trabalharam em Portugal e se possam identificar certas obras, apreciando com maior segurança quanto valem.

*

Em tempo de el-Rei D. João III esteve na Flandres, na cidade de Antuérpia, mandado pelo mesmo soberano em missão ainda pouco esclarecida, um fidalgo de sua casa, chamado Domingos Leitão.

Não se sabem, ao certo, quais as funções desempenhadas por Domingos Leitão, porque faltam documentos que nos indiquem quando e para o que foi nomeado.

Francisco Gomes de Brito, no seu estudo *As Tenças Testamentárias da Infanta D. Maria* ⁽⁹⁾, chama-lhe «apoderado» da referida princesa, isto é pessoa com poderes de representação: o procurador. Em uma habilitação do Colégio de S. Paulo, da Universidade de Coimbra, se diz que foi tesoureiro da mencionada infanta ⁽¹⁰⁾.

Algumas testemunhas dos processos referidos falam de «Domingos Leitão embaixador que foi em Flandes da senhora infanta dona Maria», outros indicam-no como «feitor em Flandes da infanta dona Maria» e «consul em Envers, o qual hera tido por pessoa de grande qualidade dor (*sic*) ser la mandado por el Rei dom João», e, ainda, por «agente da princesa».

Em vários manuscritos genealógicos se encontra designado por vedor, uchão, provedor da ucharia ou dispenseiro daquela Infanta.

Num processo de habilitação da Ordem de Cristo se diz que houve o officio de tesoureiro da Rainha D. Catarina ⁽¹¹⁾ e noutros papéis se lhe dá

⁽⁹⁾ Inseto no *Arquivo Histórico Português*, revista dirigida por Anselmo Braamcamp Freire, volumes V e VI, Lisboa, 1907 e 1908.

⁽¹⁰⁾ Citada pelo Dr. Cristóvão Alão de Moraes na *Pedatura Lusitana*, tomo III, volume II, Porto, 1945, no título de Leitões Barbosas.

⁽¹¹⁾ *Ementas de Habilitações de Ordens Militares nos Princípios do Século XVII*, publicadas pela Biblioteca Nacional de Lisboa, servindo-se de uma peça do seu Fundo Geral de Manuscritos, em Lisboa, 1931. Na página 19 vem a do processo de Baltasar Leitão da Silveira, neto paterno de Domingos Leitão e de D. Cecília de Góis da Silveira.

também o cargo de vedor da Rainha D. Leonor ⁽¹²⁾, mulher de Francisco I, o foro de fidalgo e se acrescenta ter servido o Imperador Carlos V nas guerras da Alemanha contra a França e que foi enviado na Suécia e na Inglaterra.

Talvez pisasse a terra flamenga como agente consular do Rei D. João III, mas o que não oferece dúvida é haver estado em «Paris de França» para tratar de resolver os negócios relativos aos bens da Infanta, do que ela própria o encarregara muito anteriormente à carta que lhe dirigiu em 2 de Abril de 1576, acerca do assunto, ainda por liquidar.

Já cinco anos antes, em 19 de Novembro de 1571, Domingos Leitão se encontrava em França, porque nesse dia comprou em Bordeus a dois ingleses de Bristol dez mil quintais de biscoito ⁽¹³⁾, encomenda certamente feita pelo Rei D. Sebastião, embora ali estivesse em serviço da Infanta sua tia, como supomos.

O mesmo Domingos Leitão achava-se em França em 1549, visto que a 7 de Setembro lhe passou el-Rei carta de administração dos bens de Rui Fernandes de Almada, que no seu testamento deixara muitos legados, obras pias e «cousas de muyta sostança», nomeando executores testamentários e tutores de seus filhos, aquele, Jorge Gomes de Carvalhosa e Martim Ferreira, seu genro ⁽¹⁴⁾.

⁽¹²⁾ Erradamente se lhe chama D. Maria, nome da segunda mulher do Rei D. Manuel, quando se trata da terceira, que, depois de viúva, foi rainha de França.

⁽¹³⁾ Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Compo Cronológico*, parte 1.ª, maço 23, documento 136 — «Escritura de venda de 10.000 quintais de biscouto a mil reis o quintal feita por Eduardo Sextre, e Ioaõ Haegnon inglezes a Domingos Leytaõ portuguez na cidade de Bourdeaux. A 19 de Novembro de 1571».

Perante Pierre Themer promotor no tribunal e notário e tabelião real na «ville et cite de Bourdeaulx et senneschau de Guyenne» compareceram Edouard Sextre e Iehan Haegnen «bourgeois et marchans de la villa de Bristol en Angla-terre» que venderam a «Domingos Laytan gentilhomme portuguee cheualier de lordre de nostre seigneur Iesu Crist».

Figura entre as testemunhas Simão Dias, mercador português, habitante, ao presente, de Bordeus.

⁽¹⁴⁾ Arquivo Nacional da Torre de Tombo — *Chancelaria de D. João III*, livro 226, folha 60.

Martim Ferreira meteu-se de posse de toda a casa e fazenda do testador e por não satisfazer com a conta e entrega dos bens desde a morte de Rui Fer-

Domingos Leitão devia ser, na verdade, pessoa de grande confiança e elevada categoria para o encarregarem de missões difíceis, como se nos afigura a da liquidação dos bens da Infanta D. Maria no Estrangeiro ⁽¹⁵⁾. Já era cavaleiro fidalgo da Casa do Rei D. João III em 1549, cavaleiro da Ordem de Cristo em 1571 e fidalgo da Casa da mesma senhora, como se lê no sobrescrito da carta de 1576, para a qual, certamente, passou da de seu irmão, embora o costume mais geral fosse o contrário desta mudança ⁽¹⁶⁾.

nandes de Almada, conforme lhe mandou o Rei, foi preso, mas fugiu da prisão para não cumprir tais obrigações, pelo que D. João III nomeou Domingos Leitão, cavaleiro fidalgo de sua casa, administrador, curador e feitor da casa e fazenda do defunto, removendo os outros dois testamenteiros dos respectivos cargos. O Rei diz de Domingos Leitão o nomeava, pois ficara por testamenteiro e tutor dos filhos do morto e, também, por «eu confiar delle que hee tall para que nesta admenistram faraa o que deue». O filho e herdeiro de Rui Fernandes chamava-se Fernão Rodrigues de Almada.

É curioso verificar que Rui Fernandes de Almada — filho de Fernão Rodrigues de Almada, conhecido por Fernão Rodrigues Bardassas, capitão de uma nau da Índia em 1502, e de sua mulher Catarina Carreiro de Almada — foi criado dos Reis D. Manuel I e D. João III, feitor na Flandres e em Safim, e embaixador deste último soberano a Francisco I da França.

Teve filhos ilegítimos em Isabel Caiado ou em Catarina de Anvers, mulher nobre desta cidade, filha de Jaques de Canst, e de Margarida Belfort. É possível que os filhos fossem havidos de ambas, justificando-se os amores com a última pelas funções de Rui Fernandes na Flandres.

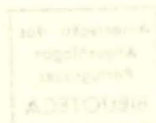
Jorge Gomes de Carvalhosa, administrador do antigo vínculo de capela dos Palhavãs, na igreja de S. Domingos, em Lisboa, era cunhado do mesmo Rui Fernandes por ter casado com uma sua irmã, Brites ou Catarina Carreiro de Almada.

Explicam estas informações de Jacinto Leitão Manso de Lima e de Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, nas suas obras *Famílias de Portugal* e *Nobiliário de Famílias de Portugal*, quais as razões da escolha que fez Rui Fernandes dos seus testamenteiros.

⁽¹⁵⁾ Estes bens eram os que, como filha única, herdara de sua mãe a Rainha D. Leonor, falecida a 18 de Fevereiro de 1558, em Talavera, junto de Badajoz, entre os quais havia senhorios que lhe dera o marido, Francisco I de França, morto em 31 de Março de 1545.

A Rainha, depois de viúva, passou à Flandres e talvez fosse na sua companhia, como oficial da casa, Domingos Leitão, o qual, por já aí se encontrar, D. João III teria aproveitado para cônsul.

⁽¹⁶⁾ Podem-se ver subsídios biográficos de Domingos Leitão na *Grande*



Quem eram os pais e avós de Domingos Leitão é difícil dizê-lo, pois uns autores o designam por filho de Gonçalo Vaz Leitão e de sua mulher Helena Barbosa, outros de Gonçalo Vaz Barbosa ou Leitão e de sua mulher Isabel Leitão e, ainda outros, lhe indicam como pais Gaspar Vaz Leitão e sua mulher D. Luísa de Moura (17).

A notícia de um processo de habilitação da Ordem de Aviz chegada até nós por intermédio de autor do século XVIII diz que eram seus pais Gonçalo Martins do Carvalhal e sua mulher Filipa Leitão (18). Se a informação recolhida do processo não foi alterada, é esta filiação, evidentemente, a verdadeira.

De qualquer dos modos sua família era gente nobre, de boa linhagem, os Leitões alcaides-mores de Castelo Bom, a qual se expandiu pela vila de Pinhel e região de Riba Coa.

Domingos Leitão morreu na França, em Bordeus, e os seus ossos foram trasladados para a sepultura de seu pai, na igreja matriz de Castelo Bom, com letreiro a indicar que está ali.

Nesta trasladação se consumiu toda a sua fazenda, conforme dizem memórias a ele relativas (19).

Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume XXXIX, Lisboa, 1959, página 925, reunidos pelo Senhor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, que aduz documentação encontrada em França, e nos apresenta Domingos Leitão também nas funções de espião, próprias, aliás, de um agente do Rei.

★

Os Leitões eram muito chegados à Infanta e sabe-se que pertenceram à sua casa Cristóvão Leitão, dispenseiro-mor, Francisco Leitão, cozinheiro, António Leitão, que foi a Roma estudar pintura, e, possivelmente, o seu homónimo de quem nos ocupamos.

(17) Nobiliários de Cristóvão Alão de Moraes, Diogo Rangel de Macedo e outros.

(18) Biblioteca Nacional de Lisboa — Secção de Manuscritos, Colecção Pombalina, *Nobiliário*, por Diogo Rangel de Macedo, códice n.º 383, título de Leitões Silveiras, folha 107, n.º 654.

(19) *Idem*, folha 107, n.º 208; *Luís de Góis, Senhor de Engenho no Brasil, Introdutor do Tabaco em Portugal, Jesuíta na Índia (1504 [?] — 1567)*, por Serafim Leite, na revista «Brotéria», volume LXI, Lisboa, 1955, páginas 154-155, o qual se refere a Domingos Leitão e seus irmãos Baltasar Leitão e Jerónimo Leitão, todos cavaleiros fidalgos e o último capitão-mor da capitania de S. Vicente, no Brasil, desde 1572 até 1592.



Este Domingos Leitão levou para a Flandres um sobrinho, filho de seu irmão João Gonçalves Leitão ⁽²⁰⁾, chamado António Leitão, natural de Castelo Bom e criado em Pinhel em casa de António Marmeleiro da Costa, casado com Lucrecia Leitão Barbosa, que uns dizer ser irmã de Domingos Leitão e outros sua mãe, a qual teria recebido António Marmeleiro depois de enviuar de Gonçalo Nunes de Cardenas, de quem tivera o mencionado Domingos Leitão.

Alude, também, à mulher de Domingos Leitão, D. Cecília de Góis da Silveira, a Luís de Góis, cavaleiro da casa da Infanta D. Maria, senhor de engenho no Brasil, introdutor do tabaco em Portugal, jesuíta na Índia, e a Pêro de Góis, donatário da Paraíba do Sul, filhos, estes dois, de Gil de Góis da Silveira, comendador da Ordem de Cristo, e o primeiro pai daquela senhora.

⁽²⁰⁾ Apesar de quase todos os autores dizerem que Domingos Leitão era filho de um Gonçalo não indicam o patronímico a seus irmãos, o qual poderia, contudo, existir em outro, deles desconhecido, como João Gonçalves, que o houvesse tirado directamente do nome do pai.

Não há dúvida que António Leitão era sobrinho direito de Domingos Leitão, porque embora no processo do Colégio de S. Pedro a testemunha Mateus Gonçalves, moradora em Castelo Bom, haja declarado que o pai de António Leitão era primo co-irmão de Domingos Leitão — o que colocava o pintor na relação de sobrinho deste — outra testemunha, Domingas Martins, moradora no lugar de Mido, termo de Castelo Mendo, disse que conhecera António Leitão e seu pai João Gonçalves Leitão e que o levava para a Flandres seu tio Domingos Leitão, assim como informou que António Leitão era primo co-irmão do Dr. João Gomes Leitão e de D. Isabel da Silveira (filhos de Domingos Leitão) e também Maria Pereira, moradora em Castelo Bom, afirmou ser António Leitão filho de um irmão de Domingos Leitão e primo co-irmão de João Gomes Leitão. — Processo para entrada no colégio de S. Pedro.

Podem, todavia, não ter sido Domingos Leitão e João Gonçalves Leitão irmãos germanos, mas, somente, uterinos, pois os genealogistas dizem que Lucrecia Leitão Barbosa, a quem dão por mãe de Domingos, fora casada com Gonçalo Nunes de Cardenas e, depois de enviuar deste, com António Marmeleiro da Costa. Sendo assim, é admissível ter João Gonçalves Leitão nascido do primeiro matrimónio e Domingos Leitão do segundo, ficando deste modo explicado diversamente o patronímico usado pelo João.

Devia ser este António Marmeleiro parente muito próximo de António Leitão — talvez padrasto de seu pai, conforme dizem alguns autores — para o ter educado em sua casa.

Tinha António Leitão irmãos, chamados Francisco Gonçalves, António Gonçalves e Maria Belo, «gente honrada e uirtuosa» e «lauradores limpos», todos naturais da mesma vila e tratando-se por «gente nobre e fidalgua» (21).

Na Flandres foi soldado e lá casou com uma mulher natural de Antuérpia, que, em Portugal, se chamou Luzia dos Reis, a qual «era muito bem disposta e muito fermosa» (22). Se não viesse da Flandres, informam as testemunhas, teria ficado no lugar de embaixador (*sic*) da Infanta, certamente em sucessão a seu tio (23).

António Leitão não teve nenhum officio (24), embora um seu irmão servisse os officios nobres de Castelo Bom (25), e nesta vila viveu com sua mulher. Enquanto aí esteve «tinha mula e caualo de estado e se seruia a sua mesa com muitos criados» (26), «trazia um chapéu de ueludo uerde com huma trança de ouro» (27) e «hum anel douro grande com as armas da senhora Infanta nelle» (28).

Viveram depois em Lamego, na freguesia de Almacave, «junto a praça

(21) Depoimentos das testemunhas Domingas Gonçalves, moradora em Castelo Bom, Catarina Esteves, natural e moradora na mesma vila, e outras — Processo de colegial de S. Pedro, a que nos referimos em a nota 8.

(22) Conforme disse a testemunha Maria Gonçalves, natural e moradora em Castelo Bom. — No mesmo processo.

(23) Dito da testemunha Domingas Martins, natural de Castelo Bom e moradora no lugar de Mido, termo de Castelo Mendo. — No mesmo processo do Colégio de S. Pedro.

(24) Conforme depôs a testemunha Domingas Gonçalves, referida em a nota 21. — No mencionado processo.

(25) Testemunho de Marcos da Fonseca, natural e morador em Castelo Bom. — No mesmo processo.

(26) Declaração de Domingas Martins, testemunha já mencionada em a nota 23. — No sobredito processo de colegial.

(27) Informação da testemunha Maria Ferreira, natural e moradora em Castelo Bom. — No processo referido.

(28) Depoimento de Maria Pereira, natural e moradora em Castelo Bom. — No processo para colegial de S. Pedro.

dalem» (29), nascendo nesta cidade pelo menos sua filha Maria Leitão (30). Por seguirem as partes do senhor D. António fugiram para Bragança (31), onde sua filha casou honradamente com Gregório Rodrigues, boticário, cavaleiro fidalgo da Casa do Duque de Bragança, que nele depositava muita con-

(29) Ditos das testemunhas João Fernandes e Álvaro de Sequeira Coutinho, naturais e moradores na cidade de Lamego, e do P.º António Dias Indiático, cônego na Sé lamecense, etc. — Processo de habilitação do Dr. António Leitão Homem para entrar no serviço do Tribunal do Santo Offício, atrás mencionado.

(30) Conforme depôs Domingas Martins, natural de Castelo Bom e moradora no lugar de Mido, termo de Castelo Mendo, que disse: «em Viseu lhe nasceu a dita Maria Leitão ou em Lamego». Esta é a única alusão à cidade de Viseu em qualquer dos processos *de genere* que falam de António Leitão, os quais vão referidos em a nota 8, porquanto julgamos não se poder tomar ao pé da letra. Houve, certamente, da parte da testemunha incerteza na cidade onde António Leitão viveu depois de sair de Castelo Bom, já casado na Flandres, e não no local do nascimento desta filha, como à primeira vista pode parecer. — Processo do Colégio de S. Pedro.

(31) Testemunho do P.º António Velho, natural e morador em Lamego. — Habilitação *de genere* para o Santo Offício, relativa a António Leitão Homem.

Só uma testemunha, o P.º Luís da Costa, morador em Lamego, disse que António Leitão e a família, quando saíram desta cidade, «forão morar a Miranda» e que Maria Leitão, filha daquele, casara em Bragança.

Manuel Rodrigues, natural e também morador em Lamego, informou que António Leitão e sua mulher Luzia dos Reis «tiuerão huma filha que casara em Miranda». — Processo do Colégio de S. Pedro.

Nas inquirições feitas em Bragança, relativas a Gregório Rodrigues, marido de Maria Leitão, não se fala em que ela e os pais houvessem morado em Miranda, mas, apenas, que tinha dois irmãos cônegos na Sé desta cidade. — Processo do Santo Offício, de Gregório Rodrigues.

Parece, portanto, não ser verdade que António Leitão e a família vivessem primeiro em Miranda e, depois, em Bragança. Pode-se admitir, contudo, que não foi sem base que as duas mencionadas testemunhas disseram ter Maria Leitão casado em Miranda. Deviam, talvez, saber que ela se recebera aí com Gregório Rodrigues. É aceitável que o casamento se celebrasse nesta cidade, pois seus irmãos, possivelmente, já seriam cônegos na sua Sé, mas, ainda que, então, não tivessem recebido tal dignidade, já exerceriam funções eclesiásticas na cidade e, por isso, ela iria lá para ser um dos irmãos a conferir-lhe o sacramentõ matrimonial.

O L.º João Teixeira de Moraes, cidadão, natural e morador em Bragança, declarou «que ouiuo dizer que a dita Maria Leitõa viera com seu paj Antonio Leitão para esta cidade da de Lamego». — Processo de António Leitão Homem para o Santo Offício.

fiança ⁽³²⁾ e familiar do Santo Officio, irmão do P.^o Manuel Rodrigues, abade de Freixedelo ⁽³³⁾, de António Rodrigues ⁽³⁴⁾ e de Sebastião Rodrigues, jesuíta ⁽³⁵⁾, todos filhos de Rodrigo Anes, ferreiro, e de Ana Fernandes.

Desta Maria Leitão e de seu marido nasceram: o Dr. António Leitão Homem ⁽³⁶⁾, colegial do Real Colégio Pontifício de S. Pedro, de Coimbra, deputado do Santo Officio, lente de Prima da Faculdade de Cânones na Universidade de Coimbra, desembargador do Paço ⁽³⁷⁾; o Licenciado Mateus Homem Leitão, promotor e deputado do Santo Officio, vigário geral da Torre de Moncorvo e de Valença do Minho, abade de S. Tomé de Esturãos, desembargador da Relação Eclesiástica de Braga, cónego doutoral nas Sés de Braga e de Coimbra e inquisidor de Évora ⁽³⁸⁾; e o Dr. João Rodrigues Leitão, ouvidor em Castelo Rodrigo ⁽³⁹⁾.

Semelhantemente depôs o P.^o Manuel Barbosa, cura de S. Jorge de Vila Nova, notário apostólico, também natural e morador em Bragança; e Sebastião Gonçalves Raposo, cura de S. João da mesma cidade, de onde era natural e morador. — No mesmo processo.

⁽³²⁾ Declaração de António Fernandes, trombeteiro, natural e morador em Bragança. — Habilitação de Gregório Rodrigues.

⁽³³⁾ Informação dada pelo P.^o Gaspar Rodrigues, reitor de S. Bento de Castro de Avelãs, reitor do Colégio de S. Pedro, de Bragança, e vigário na mesma cidade. — No mencionado processo.

⁽³⁴⁾ Testemunho do P.^o Manuel Barbosa, cura de S. Jorge de Vila Nova, notário apostólico, natural e morador em Bragança, e Domingos de Abreu, natural e morador na dita cidade. — Habilitação *de genere* de Gregório Rodrigues para o Santo Officio.

⁽³⁵⁾ Depoimento de António Fernandes, trombeteiro, natural e morador em Bragança. — No sobredito processo.

⁽³⁶⁾ António Leitão Homem se chamou primitivamente António Homem Leitão, trocando a ordem dos apelidos depois do lerte coimbrão Doutor António Homem haver sido condenado pelo Santo Officio, como informa o *Memorial de Ministros*, códice n.º 1079 do Fundo Geral de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa. Este lente coimbrão teve sentença de morte em 5 de Maio de 1624.

⁽³⁷⁾ *Biblioteca Lusitana*, por Diogo Barbosa Machado, 2.^a edição, tomo IV, Lisboa, 1935, página 37.

⁽³⁸⁾ *Idem*, tomo III, Lisboa, 1933, página 442; e processo de habilitação do Santo Officio.

⁽³⁹⁾ Conforme depoimentos relativos aos dois irmãos Mateus e João prestados por João Gomes Leitão, morador em Pinhel, parente do Dr. António

Teve Maria Leitão por irmãos inteiros a Belchior Leitão e João Homem Leitão, que foram cónegos na Sé de Miranda ⁽⁴⁰⁾, e a Isabel dos Reis ⁽⁴¹⁾.

António Leitão era pintor, mas não o aprendeu, nem o tinha por offício; e sua mulher pintava também como ele. Assim o disseram algumas testemunhas em um dos processos *de genere* ⁽⁴²⁾.

Os «framengos», como eram chamados em Bragança, aí morreram alguns anos depois das alterações do Reino, ele muito antes de Luzia dos Reis, e ambos foram enterrados na paróquia de S. João Baptista ⁽⁴³⁾, entre 1580 e 1590, como supomos pelos ditos das testemunhas dos processos *de genere*.

Eis o que se sabe deste «bom pintor» ⁽⁴⁴⁾ ou conforme parecer do P.^e Sebastião Gonçalves Raposo, cura da freguesia de S. João de Bragança, «mui insigne pintor» ⁽⁴⁵⁾.

★

É natural que uma investigação bem feita e por pessoa entendida levasse ao encontro de obras deste casal de pintores. Sabe-se onde viveram e, por-

Leitão Homem; por João Gomes Cabeças, morador na mesma vila; por António de Seixas da Fonseca, também aí morador e parente do Dr. António Leitão; por Jerónimo de Heredia Barbosa, outrossim morador na referida vila e parente do sobredito doutor. — Habilitação *de genere* de António Leitão Homem, para entrar no Santo Offício.

São, também, mencionados no processo de Gregório Rodrigues por várias testemunhas.

⁽⁴⁰⁾ Informação de Simão Rodrigues, hospitaleiro, natural e morador em Bragança, Gaspar Borges, cidadão e morador na mesma cidade, P.^e Gaspar Rodrigues, reitor de S. Bento de Castro de Avelãs, reitor do Colégio de S. Pedro, de Bragança, vigário na cidade. — Processo de Gregório Rodrigues.

⁽⁴¹⁾ Como depôs o P.^e Luís da Costa, morador em Lamego. — Habilitação do Colégio de S. Pedro.

⁽⁴²⁾ Depoimentos de Francisco Dias da Fonseca e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em Castelo Bom. — No mencionado processo.

⁽⁴³⁾ Dos ditos da testemunha L.^{do} João Teixeira de Moraes, cidadão, natural e morador em Bragança. — Habilitação de António Leitão Homem, para o Santo Offício.

⁽⁴⁴⁾ Conforme disse António Dias, cónego na Sé de Lamego, de cuja cidade era natural e morador. — No processo atrás citado.

⁽⁴⁵⁾ Informação que deu na habilitação de Gregório Rodrigues para entrar no Santo Offício.

tanto, conhece-se o seu campo de actividade, o que muito facilitaria o trabalho.

Em Lamego, António Leitão pintou para a igreja da Misericórdia e, possivelmente para outras; talvez o fizesse, também, em Bragança, para onde se transferira e passou o fim da vida; e não será arrojado supor que em Miranda existam trabalhos seus, sobretudo se repararmos que teve dois filhos cónegos na Sé desta cidade.

E a vila de Castelo Bom, sua pátria, não terá beneficiado dos seus méritos de artista, nem a de Pinhel, na qual viveu e tinha parentela?

Nestas terras Luzia dos Reis pode igualmente ter deixado produções suas.

Nada sabemos das características da obra dos dois, mas, de certo, há-de ter ressaibos da arte flamenga do seu século, pois não seria natural que tivessem aprendido em país tão devotado à pintura — de cunho fortemente acentuado — e em relações, talvez, com bons, senão com grandes pintores, cujos trabalhos puderam admirar, sem lhes sofrerem as influências.

COLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS

	Págs.
Professor Doutor Joaquim Moreira Fontes	4-5
Mapa da Calécia Romana	64-65
Mapa da região da Sertã - Sernache - Pedrógão Grande - Oleiros	96-97
Trajecto da estrada medieval Santarém - Coimbra, a partir de Chão de Maçãs, em direcção ao Norte	112-113
Edifício que serviu de Hospital Militar e Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves	144-145
<i>Fac simile</i> da primeira folha da Cirurgia Militar, do lente cirurgião-mor Manuel José Leitão	156-157

ESTE VOLUME FOI COMPOSTO
E IMPRESSO NA EDITORIAL
MINERVA, LISBOA, E TERMINOU
AOS 15 DE JUNHO DE 1962